

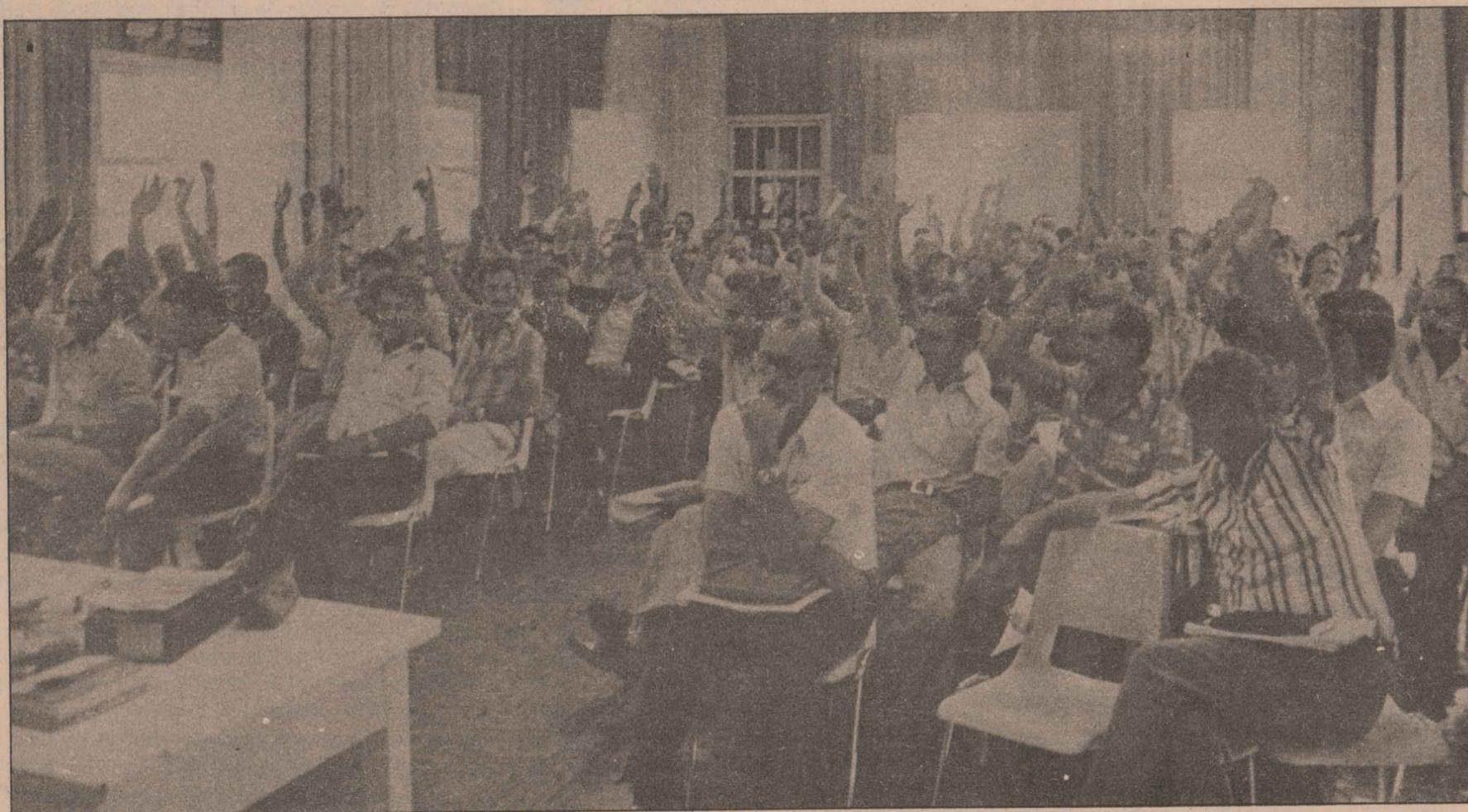


**NO LEITE,
TODO MUNDO
ESCONDE O JOGO**

— Página 8 —

**PREVIDÊNCIA RURAL:
O COLONO
QUE SE CUIDE!**

— Página 3 —



O PODER EM DISCUSSÃO

Um novo sistema eleitoral procura
aumentar a participação dos associados
nas decisões da Cooperativa

— Páginas centrais —

Caderno de Balanço

COOPERATIVA REGIONAL
TRITÍCOLA SERRANA LTDA



Rua das Chácaras, esquina
Porto Alegre - Caixa Postal 111
IJUI - RS
GERAL - PABX 332-1549

CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA N° 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva

Presidente:

Ruben Ilgenfritz da Silva

Vice-Presidente:

Arnaldo Oscar Drews

Suprintendente:

Clóvis Adriano Farina

Diretores Contratados:

Euclides Casagrande, Nedy Rodrigues
Borges, Nelcy Rospide Nunes, Oswal-
do Olmiro Meotti, Werner Ervin Wag-
ner e Eduardo Augusto de Menezes.

Conselheiros (Efetivos):

Alberto Sabo, Alfredo Driemeyer,
Hugo Lino Costa Beber, Pedro Biza-
rello, Flávio Sperotto e Reinhold
Luiz Kommers.

Conselheiros (Suplentes):

Antonio Primo, Itelvino Sperotto,
Herbert Hintz, Carlos Krüger, Ama-
ry Marcks e Renaleto Fontana.

Conselho Fiscal (Efetivos):

Bruno Eisele, Antônio Cândido da
Silva Netto, Olympio Belline.

Conselho Fiscal (Suplentes):

José Cláudio Koehler, Leonides Dal-
labrida, Telmo Rovero Ros.

Capacidade em Armazenagem:

IJUI (Sede)	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto	77.000 t
Tenente Portela	60.800 t
Vila Jóia	67.000 t
Esq. Umbú (Sto. Aug.)	50.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	48.000 t
Maracajú	84.000 t
Sidrolândia	12.000 t
Rio Brilhante	12.000 t



COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigido ao qua-
dro social, autoridades, universidades
e técnicos do setor, no país e exterior.
Nossa tiragem, 17.000 exemplares.

Associado
da ABERJE



Associado da

AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

EXPEDIENTE:

Redação e Administração
Rua Tiradentes 449,
Caixa Postal 111
IJUI - RS

TELEFONE: 332-1574

Registrado no Cartório de Títulos e
Documentos do município de Ijuí,
sob n. 9. Certificado de marca de
propriedade industrial M/C11 n.
022.775 de 13.11.1973 e figurativa
M/C11 n. 022.776, de 13.11.1973.

REDAÇÃO

Christina Brentano de Moraes
Manoel Canabarro

Composto no JORNAL DA MANHÃ,
Ijuí, e impresso em rotativa off-set
no DIÁRIO SERRANO - Cruz Alta.

Ao leitor

Como organizar 18 mil pessoas numa Assembléia, de maneira que todos possam falar, ouvir e votar conscientemente? Nos últimos anos, este talvez tenha sido o maior problema da nossa Cooperativa. O comparecimento às Assembléias, por isso mesmo, tem sido bastante baixo, em número quase sempre menor do que o democraticamente recomendável. Assim, sempre existe a possibilidade de uma minoria aprovar ou vetar projetos, contrariando os interesses da maioria.

Encontrar uma fórmula que possibilitasse maior participação de todo o quadro social nas decisões da Cooperativa é, portanto, um objetivo fundamental a ser perseguido, além de uma antiga reivindicação de quase todos os 18 mil produtores rurais ligados à Cotrijuí.

Este ano, depois de muita discussão nos núcleos e dois seminários centrais de associados, há uma proposta concreta para isso: a eleição, pelo voto direto, secreto e universal, de 59 representantes (dois para cada Unidade e mais um para cada 300 associados) que irão escolher as chapas concorrentes à direção da Cooperativa, neste mês de maio.

Por enquanto, pouca coisa vai mudar, as decisões ainda serão tomadas com base no voto daqueles que comparecerem à Assembléia. Mas já é um primeiro passo. Com o passar do tempo, há a possibilidade de mudanças na Lei do Cooperativismo brasileiro, no sentido de permitir às Cooperativas cujo quadro social é numeroso, a implantação de processos mais democráticos de decisão.

A história do novo sistema eleitoral, os dias das eleições, o roteiro das urnas e os mesários escolhidos são o tema da nossa reportagem de capa, publicada a partir da página 10.

§ § § §

De um agricultor certo hospital queria cobrar duas vezes uma mesma conta. De outro, um segundo hospital exigiu a assinatura de uma nota promissória em branco para garantir o pagamento das despesas com um filho menor que o Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural) não se responsabiliza em cobrir. Um terceiro agricultor perdeu a mão numa colheitei-

Do leitor

TEMOS MEDO DO FUTURO

Tenho especial satisfação de parabenizar o Cotrijornal, principalmente a edição n° 61, pela sua excelente apresentação e pela importância dos assuntos que apresentou, especialmente para a classe rural, visto ser um veículo de comunicação voltado para os agricultores. Uma menção especial para a matéria "Temos medo do futuro". É isto mesmo. Os jovens precisam se unir e conscientizar-se. Para termos um futuro estável eles precisam estar muito bem preparados.

Parabéns a este ótimo veículo de comunicação, agora bem mais acessível e com boa participação da classe rural. Continue assim que a meta será alcançada em breve.

Norma Golfeto
Santa Rosa.

GRANDE PROVEITO

Eu, Marli Soares, doméstica e horticultora, solicito-lhe, se for possível, enviar-me uma assinatura do Cotrijornal.

O motivo que me leva a este pedido, é que notei em suas brilhantes páginas bem elaboradas e de fácil interpretação para o leitor que delas usufrui, que pode-se tirar grande proveito, inclusive a apli-

cação de muitas técnicas nelas mencionadas. Sendo que também gosto de estar por dentro de tudo o que acontece e como funciona uma Cooperativa.

Marli Soares
Iraí - RS

ACOMPANHAR AS COOPERATIVAS

Tomando conhecimento do Cotrijornal através de colegas universitários, despertou-me o interesse em receber tal publicação. Estando cursando o 3° ano de Agronomia, é de grande valia o conhecimento de informações trazidas por este boletim, tanto nas áreas relativas a Cooperativas, como nas informações sobre agropecuária.

Acompanhar os trabalhos desenvolvidos por Cooperativas nas áreas práticas, econômicas e de pesquisa, é um estudo de grande interesse pessoal, uma vez que pretendo, mais tarde, como profissional, dedicar meu trabalho numa instituição cooperativista.

José Prado Alves Filho
Mirandópolis - SP

JOVENS POETAS

Somos jovens poetas que recém-querem começar a lançar suas primeiras

obras, que têm como tema predileto Deus, natureza e o homem. Necessitamos de um meio de comunicação para lançá-las ao público e por isso tomamos a alternativa de enviar aos conterrâneos a obra "Que Maravilhoso", para que vosso jornal publicasse, já que possui um setor de literatura. Queremos com isso engrandecer ainda mais esta publicação, além de contribuir com os redatores que pedem colaborações. Além disso, é uma grande força para nosso futuro literário, assim como uma forma de agradecimento por nos ter fornecido uma assinatura.

Guido Lang
Languiru - Estrela - RS

Guido, o Cotrijornal suspendeu sua seção de literatura, talvez temporariamente apenas. Nada impede porém, que em alguma oportunidade publiquemos seus trabalhos. Uma sugestão: porque você não entra em contato com a Cooperativa dos Escritores (no Clube de Cultura) em Porto Alegre? Procure ter uma conversa com o pessoal, pois eles também estão interessados em lançar seus trabalhos. Cooperativamente talvez as coisas acabem sendo mais fáceis para todos estes talentos ainda por descobrir.

Só aplique defensivos agrícolas em sua lavoura quando for realmente indispensável. Procure a orientação de um técnico. Economize dinheiro e preserve a sua saúde.





Previdência rural:

ATÉ AS BENZEDEIRAS SÃO MAIS EFICIENTES

O Governo anda anunciando que vai desfazer o que fez. Depois de unificar a previdência social no País, reunindo num só órgão, o INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social) o atendimento voltado ao trabalhador urbano e rural, promete que agora tudo deve voltar ao que era antes. Mas ninguém entendeu até hoje direito o que era para ser feito com esta unificação, pois as coisas, se mudaram, foram para pior. E ainda não foram dadas as explicações para esta separação que deve voltar agora, com a reativação do Funrural.

Mas como é que anda, afinal, a assistência ao homem do campo? As queixas são muitas. Os argumentos para reatê-las, porém, são raros e pouco convincentes. No interior, como também acontece nas cidades, são muitas as confusões e injustiças. O colono, muitas vezes, acaba sendo explorado por não saber de seus direitos. Eles são poucos, poucos mesmos, na verdade. Apesar de contribuir todo ano com uma porcentagem de sua produção para o Funrural, o agricultor é tratado como indigente em muitos lugares. Isso quem reconheceu foi o próprio superintendente do INAMPS no Rio Grande do Sul, num encontro que teve com os presidentes dos sindicatos de trabalhadores rurais. Os problemas com os hospitais são antigos; mas as denúncias de cobrança por fora de tabelas, mau atendimento, não têm encontrado respostas.

O agricultor não é bicho. É uma pessoa humana igual às outras. Mas ele está desesperado com esta situação e não acredita em mais nada, nem em sua entidade de classe. Mas também, o que pode o Sindicato fazer?

Este é um desabafo do Antoninho Lopes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chiapetta, quando começa a contar de todas as falhas que vê na assistência médica e social que é prestada ao agricultor:

— É tudo uma burocracia muito grande e ninguém explica direito para o produtor como é que funciona a assistência pelo Funrural. Tem muita coisa errada nisso tudo. A primeira coisa é que nós aqui do Sul pagamos para todo País e somos os que menos recebem assistência.

Está certo que a gente contribua para o pessoal lá do Norte, que produz pouco, também ter assistência. Mas também que não deixem o agricultor daqui desamparado.

A CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNRURAL NÃO É POUCA

Antoninho conta que num Congresso de Trabalhadores Rurais acontecido em Porto Alegre, algumas regiões chegaram a sugerir que fosse aumentada de 2,5 para 4 por cento o desconto sobre a produção agrícola para o Funrural. O que este pessoal estava pensando era, quem sabe, acabar de uma vez por todas com a idéia que muita gente têm de que realmente é muito pequena a contribuição atual e, assim, o sistema previdenciário oficial não possa oferecer um bom atendimento.

— Mas nós aqui da região fomos contra isso. Não é verdade que os 2,5 por cento são insuficientes. O que acontece é que eles são mal distribuídos. Se concordássemos em aumentar para 4 por cento o desconto quem ia garantir que a assistência ia melhorar? Ela talvez ia até mesmo piorar.

A diferenciação do trabalhador e do empregador rural para fins de previdência, levando em consideração a extensão de sua propriedade, também é criticada por Antoninho.

— Aqui em Chiapetta tem mais ou menos 85 agricultores que são donos de mais de dois módulos e o Funrural encara eles como emprega-

dores. Mas eles não têm nenhum empregado, porque o tipo de cultura, a situação da terra, permite que eles trabalhem em regime de economia familiar. Então ele paga uma taxa alta que é de 12 por cento sobre a décima parte de sua renda bruta, e quando vai no hospital não é assistido porque o hospital não tem convênio para o empregador rural. Ele não é empregador.

QUEM PERDE SEMPRE É O AGRICULTOR

Mesmo que fosse empregador, ele não seria atendido na maioria dos hospitais da região, exceto o São Francisco, de Augusto Pestana e o Santa Terezinha, da Cotrijuí, em Santo Augusto, pois nenhum dos outros hospitais mantém convênios para prestar assistência médica ao empregador rural. Quando ele precisa ser hospitalizado tem que pagar toda despesa, sendo reembolsado depois pelo Funrural. Só que nisso ele perde dinheiro, pois esta cobertura às despesas é inferior aos preços cobrados pela maioria dos hospitais.

Aí é de se perguntar: os hospitais cobram caro demais ou é a previdência oficial que paga pouco pelos serviços médicos e hospitalares? As duas um pouco. Os hospitais encaram as verbas do Funrural como apenas um subsídio, argumentando

que as despesas realmente efetivadas são muito maiores. Isso quem diz é Bruno Wayhs, o médico chefe da agência do INAMPS em Ijuí. Já Hedi Dalki, que é a representante do Funrural conta que os hospitais exageraram um pouco ao cobrar estas despesas:

— Para uma cirurgia eles cobram 8, 10 pares de luvas, quando se sabe que vão aproveitar depois este mesmo material, esterilizando-o. Num curativo cobram um rolo inteiro de esparadrapo, quando usaram um pedaço. A mesma coisa é com gaze. Assim, é claro, que a verba nunca é suficiente.

Para explicar o fato do Hospital de Caridade, por exemplo, não ter assinado o convênio para atender empregadores rurais, é Bruno Wayhs novamente quem fala:

— O convênio não foi concretizado quando das gestões iniciais realizadas entre o Hospital e o Funrural em 1977. Depois disso nunca mais procuraram a direção para firmar o convênio.

Ele não diz, mas é fácil de perceber que não é muito interessante para a maioria dos Hospitais atender através deste convênio os empregadores, tendo as tabelas de cobertura do Funrural valores menores que as taxas aplicadas para clientes particulares.

AS COISAS, NA PRÁTICA, SÃO DIFERENTES

O mais afortunado em todo processo de assistência é o assalariado. Isso no entender de Antoninho. No papel, ele diz, existe alguma coisa voltada para o pequeno produtor, mas na prática o que acontece é um pouco diferente:



A&C — março de 1979

— Além de descontar para o Funrural, o pequeno ainda participa das despesas. Se ele tem o bloco do produtor, mesmo sendo parceiro, paga uma parte quando baixa no hospital. Em alguns lugares isso acontece também para quem ganha até menos de 26 salários mínimos. A renda bruta pode parecer grande, mas depois de pagar todas as contas que ele deve, não sobra nada para o agricultor.

O problema vem de cima:

— Na hora de organizar a assistência, o Governo não vem perguntar para nós, como se acha que as coisas deveriam ser feitas. Então quem está contribuindo só pode mesmo fazer queixas. As coisas não funcionam, são deficientes.

REGIONALIZAR A ASSISTÊNCIA

Agora em Chiapetta está correndo um abaixo assinado pedindo

a vinda de mais um médico para atender no hospital da cidade. O único médico que existe não está contentando muito os agricultores:

— É um problema local que a gente sente aqui. Nós temos batalhado para regionalizar a assistência, para que ela não fique só dentro do município. Quando acontece como aqui, onde só 15 por cento do pessoal procura o hospital de Chiapetta, os agricultores que vão no médico de outras cidades pagam tudo particular, que o Funrural não aceita isso. O agricultor deveria ter uma assistência como aquela que o INPS dá para os trabalhadores de cidades, pois eles são assistidos em qualquer lugar do Brasil.

Antoninho confessa que realmente não entende porque tratam o agricultor diferente do trabalhador da cidade. Afinal, ambos contribuem para a previdência e o trabalho de um não é menos importante que o de outro. Mesmo assim o Governo destina uma verba bem menor ao atendimento do trabalhador rural. O médico Bruno Wayhs é quem conta que os recursos existentes são estimados mais ou menos em 10 por cento da verba para o atendimento do trabalhador urbano. Ele concorda que isso não é justo:

— Também acho que a luta do trabalhador rural deveria se orientar no sentido da equiparação dos benefícios e serviços de previdência rural aos do trabalhador urbano. Isso, contudo, não será possível de imediato, pois será necessário um aumento significativo da receita previdenciária rural, dependendo esse aumento do incremento da pro-

A exploração

Só mesmo brigando muito foi que Egon Matte, da Sede Velha, em Augusto Pestana, evitou de pagar duas vezes uma mesma conta no hospital da cidade. Isso sem falar que o hospital queria ainda cobrar por um exame de sangue que ele fizera há quatro anos atrás, quando também estivera internado por causa de uma recaída de cachumba, depois de já ter pago todas as contas que tinha por lá. No hospital disseram que tinham esquecido de fazer a cobrança deste exame. Vejam só se pode!

Vamos então por partes. A conta que era para pagar novamente referia-se a uma internação que ele teve há dois anos, quando se intoxicou lidando com semente de trigo. Naquele dia de manhã, num fim de março ou início de abril ele fora até Ijuí apanhar a semente. Na volta para Augusto Pestana começou a se sentir mal, com dor de cabeça. Não conseguiu nem almoçar. Dali a pouco foi aquela coisa: vômito e mais vômito, seu Egon branco de tão fraco. Estava na casa de um amigo, junto com o cunhado, que não teve dúvidas: foi buscar seu auto e levá-lo ao Hospital. Ficou baixado daquela tarde até o outro dia. Na saída pagou a conta. Uns tempos depois seu Egon estava

lá no Hospital, cuidando do sogro, quando vieram então querer fazer a cobrança do tal exame de sangue. Seu Egon já achou aquilo estranho, pois estiveram por três vezes antes no Hospital, durante operações que foram feitas pela mulher e por duas filhas e ninguém tinha vindo com aquela história do exame. Para azar dele, uns dias antes tinha feito uma limpeza nas papeladas e recibos antigos, queimando tudo. Provar que tinha pago o exame já não podia mais. Bem, o que fazer? Seu Egon até se dispôs a pagar, mesmo achando aquilo errado:

— O exame tinha custado Cr\$ 70,00, como me disseram. Dei então Cr\$ 100,00 e fiquei esperando o troco. Daí falaram que este dinheiro não chegava, que eu tinha que pagar o preço atual, que era Cr\$ 170,00. Aí me neguei. Se levaram três anos para cobrar, eu não tinha nada que ver com aquilo. E ainda mais que tenho quase certo que eu já tinha pago ele junto com a baixa. Falaram então na secretaria que só o médico do laboratório ia resolver. Fui lá falar com ele, e dizer que pagava se eles queriam de novo então. Mas só os Cr\$ 70,00. Eu não merecia aquele castigo de conta atrasada. O médico achou que não estava certo e disse

que ia para a Justiça. Falei para ele que fosse então! Até hoje não apareceu nada.

Mas quem é que diz que as confusões com o Hospital e seu Egon acabaram por ali? Uma semana depois disso apareceu uma duplicata para pagar a outra baixa hospitalar que ele tivera, esta no caso da intoxicação. Aí Egon ficou brabo mesmo

— Acho que eles pensaram que eu tinha queimado também a nota desta baixa, e então quiseram aproveitar para me cobrar de novo. Mas achei os comprovantes em casa e fui lá com o Chico, do Sindicato, e provei então que não tinha nada que me cobrar de novo. Eles chegaram até a mandar pelo bolicheiro o aviso de cobrança em vez de entregar em casa mesmo. Como o bolicheiro aqui não me conhecia, que eu não anda nunca por lá, foi mostrando para todos os vizinhos a nota, até que me encontraram. Enquanto isso, ficou todo mundo pensando que sou mau pagador.

A duplicata está ainda em cobrança, como Egon ficou sabendo. Mas não tem valor nenhum, pois ele não a assinou. Mesmo assim o Hospital, que mudou há pouco a direção — para alívio de seu Egon — quis explicar na época (isso faz mais



Matte: eu não merecia o castigo

ou, menos um ano) que aquele valor ali era da consulta:

— Mas nem consulta foi-feita. E se era para cobrar que fosse tudo junto, sem esquecer uma coisa para trás e depois vir com desculpa.

atividade agropecuária:

Então vamos condicionar a isso o atendimento? Se o homem do campo está sem dinheiro porque suas safras não correm bem, vamos esperar que ele produza mais para só então conceder tudo o que ele precisa? O médico então, encontra outra alternativa para aumentar as verbas destinadas para a previdência:

— A curto prazo se poderia aumentar a receita da previdência, criando uma taxa de saúde incidente sobre todos os artigos de consumo que têm ação prejudicial sobre a saúde (como cigarros, bebidas alcoólicas) e artigos de luxo. Isso, se não me engano, já existe na França.

SÓ MEIO SALÁRIO DE APOSENTADORIA

As diferenças feitas entre o trabalhador rural e o urbano não ficam só na área de assistência médica. Quando chega a hora da aposentadoria, por exemplo, a realidade também é outra. Agricultor não se aposenta por tempo de serviço, quando todo mundo sabe que na colônia é difícil ver um guri ou guria com mais de 10 anos sem pegar também no trabalho da roça. Só podem se aposentar com 65 anos de idade, quando muito trabalhador de cidade está se aposentando com menos de 50 anos. Lá conta o tempo de serviço (30 anos).

O valor da aposentadoria também muda. Para o trabalhador ru-

ral é só de meio salário mínimo sobre o maior valor pago no País. Isso tanto faz quanto de contribuição o agricultor pagou todo ano. Já o empregador rural tem um pouco mais de justiça, pois a aposentadoria é calculada proporcionalmente ao que ele pagou ao Funrural. Fala o Antoninho:

— Dizem que está em estudo baixar a idade para se aposentar de 65 para 60 anos. Mas essa de entrar ministro, sair ministro, a gente nem sabe. Essas de promessas é um ponto que se tem até medo, porque se chega numa conclusão de que promessas se tem bastante e as coisas ficam sempre na mesma.

RECLAMAR PARA QUEM?

Como é o Sindicato quem fiscaliza os convênios e está encarregado de dar baixa hospitalar a seus associados, muitos agricultores ficam imaginando que sua entidade é que não está funcionando muito bem. Esta é uma confusão muito grande que os presidentes sempre tentam esclarecer. A previdência só usa os Sindicatos para operacionalizar a assistência, não deixando nenhum poder de decisão para eles. Quando seus presidentes tentam saber alguma coisa de concreto, pouco conseguem. Para entender melhor tudo isso, é bom saber como as coisas foram acontecendo para chegar no pé em que hoje estão.

Exatamente há oito anos atrás, em maio de 1971, o Governo criou

o Prorural (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural), com a intenção de levar a todos os cantos do Brasil os mesmos serviços que já eram dirigidos ao pessoal das cidades pelo INPS. Mas não pensem que foi assim de mão beijada, não. Foi só depois de muita gritaria dos trabalhadores rurais. Este Prorural ficava ligado ao Funrural.

Mas é claro que o Prorural não ia existir sem o agricultor pagar por ele. Então foi criada uma taxa de 2,5 por cento sobre toda a venda de produtos agropecuários e mais um desconto de 2,4 por cento da contribuição que as empresas das cidades faziam para o INPS. Tudo o que era arrecadado acabava sendo distribuído para os hospitais e médicos que assinaram convênio com o Funrural para o atendimento dos trabalhadores. Aqui na região a maioria dos hospitais têm este convênio, que é fiscalizado então pelos sindicatos de trabalhadores rurais. A coisa nem bem começou a funcionar, e os médicos e hospitais já começaram a reclamar que o pagamento feito pelo Funrural para este convênio era insuficiente.

Aí os Sindicatos foram forçados a concordar com que o agricultor pagasse um pouco sobre as despesas. Isso de acordo com a renda que ele conseguia sobre a venda de seus produtos, dividida pelo número de pessoas da família. Calculan-

do para cá, calculando para lá, acabou surgindo uma tabela, que definia a participação do agricultor numa proporção que varia de 26 a 200 por cento. Apesar de aceita pelos sindicatos, muitos presidentes acham absurda esta participação.

PAGAMENTOS POR FORA

Mas não ficou só nisso. Com a fusão dos serviços previdenciários, houve um atraso no pagamento aos hospitais destas verbas de convênio. O atraso, e isto está errado, sempre existe. Se os hospitais reclamam, não deixam de ter razão. Mas o que alguns fizeram não está absolutamente certo: começaram a exigir o pagamento de taxas de internação, cirurgia e anestesia, além de cobrar ainda a participação do pequeno produtor em todas as despesas.

A exploração feita por alguns médicos e hospitais não é mais novidade para ninguém. Há até um caso, que serve muito bem de exemplo, de um médico que atendeu o filho de um colono que esmagou os dedos do pé numa colheitadeira. Depois de atender o caso, chegou a hora dolorosa: a conta. O colono perguntou "quanto lhe devo, doutor", e já foi tirando o dinheiro do bolso. O médico respondeu "Cr\$ 125,00" (isso foi há mais tempo, pelo preço dá para notar). Mas quando viu o maço de notas de Cr\$ 50,00 e Cr\$ 100,00, emendou: "Cr\$ 125,00 por dedo".

A injustiça

Foi numa manhã do mês de outubro do ano passado que o seu Virgílio Stochero, lá de São Valentim, no município de Ijuí, deixou de acreditar que as coisas andam muito certas por este mundo. Desde lá ele não dorme direito preocupado com uma dívida que tem com o Hospital de Caridade de Ijuí que não conseguiu ainda pagar. É ele quem conta:

— Naquele dia, aí pelas 10 e meia da manhã o guri aqui, o Ademir Paulo, se machucou no esparramador de calcário. Ele tava me ajudando na lavoura e escorregou para dentro do esparramador que acabou torneando o pé dele porque o trator estava funcionando. Foi coisa mais feia de ver, aquela sangreira e os nervos se balançando para fora do pé. Foi numa ligeireza que consegui uma condução e fui para a cidade, procurar o hospital para curar o guri.

Do atendimento, mesmo que demorado, ele até que não reclama muito. Afinal seu filho, de 13 anos, hoje já pode andar mais ou menos direito, mesmo que se queixe seguido de muita dor. O brabo é que o Funrural não pagou nada das despesas, porque a previdência não dá cobertura para acidente de trabalho dos dependentes do agricultor que não tem empregado nenhum para lhe auxiliar no serviço:

— Pelo que me disseram lá não tenho mais esperança de que me paguem a despesa. Mas não é certo. Na colônia, de oito anos para cima, tirando o meio dia que os filhos vão na aula, os guris sempre ajudam os pais. O Ademir Paulo faz todo



Stochero: é muita falta de caridade

serviço da roça e toma conta sozinho de tudo se é preciso. Então tinham que pagar os acidentes de trabalho deles. Como é que querem que se faça? Os guris não podem contribuir para o Funrural porque são menores, mas eles ajudando o pai, se pode produzir mais e então o Funrural arrecada mais na contribuição, porque o agricultor também vende mais. Na minha idéia isto não é certo. Se fosse que ele se machucava brincando não tinha dúvidas, mas trabalhando, me ajudando a colher mais, isso não pode.

O que houve no caso de Seu Virgi-

lio é que o menino não ficou hospitalizado, bem como lhe explicaram. Mas com isto também ele não concorda, pois acidente é acidente e a despesa sempre se tem:

— Se de cada dois anos me dá um problema, com os seis filhos que tenho, vou ter que acabar vendendo a terra para pagar as dívidas no hospital. Acho que não é certo estas leis que eles botam.

Outra coisa que Virgílio se queixa foi do jogo de empurra lá no Hospital:

— Eu cheguei lá muito nervoso e me mandaram de um lado para o outro enquanto o guri chorava de dor dentro do

auto. Da portaria fui no ambulatório. De lá me mandaram para a tesouraria. Tive que xingar muito para eles começar a atender o guri. Daí foi pronto, o médico cuidou bem dele. O que me queixo é do hospital e do preço. O doutor, o que eu acho também errado, não quis me fazer o preço, disse que nem queria discussão, me mandou na tesouraria onde cobraram Cr\$ 3.000,00 pelos 15 minutos que o médico atendeu o guri e mais Cr\$ 834,00 pela sala de curativo. O médico devia ser mais cristão. Vê se não é exagero? E tem outra coisa ainda: enquanto o guri gritava de dor, me mandaram primeiro ir na farmácia comprar os remédios e injeção prá só então limpar o pé do guri e fazer a injeção. No final, tudo me saiu Cr\$ 4.500,00.

E Virgílio anda chateado, pois o hospital está chamando ele no rádio para terminar de pagar a conta que ficou por lá. Oito dias depois do acidente ele conseguiu reunir Cr\$ 2.000,00 para saldar uma parte da dívida. Mas faltam ainda Cr\$ 1.834,00, que ele não tem jeito de arrumar. Afinal, ele tem 15 hectares, vem de safras frustradas e não sabe como fazer:

— Não me queriam deixar tirar o guri do hospital se eu não arrumasse logo o dinheiro. Queriam para o início da tarde. Claro que não deu. Então me fizeram assinar uma nota promissória, em branco. Do que eu paguei eu tenho recibo, mas essa de chamar todo dia no rádio, nem sei. Vou ter que pagar mesmo a conta que ficou, se não eu perco o crédito no banco.

OS DIREITOS NÃO SÃO MUITOS. MAS EXISTEM

O agricultor recebe dois tratamentos diferentes quando precisa recorrer à previdência social. Um é específico para o empregador rural e o outro para os pequenos produtores (que trabalham em regime de economia familiar) e para os trabalhadores assalariados. Um terceiro tipo de assistência é dado nos casos de acidentes de trabalho para estes empregados e pequenos produtores.

No caso de empregadores rurais, o funcionamento da previdência e assistência médica é para ser, segundo as leis, mais ou menos como no INPS (que é o sistema que ampara o pessoal que mora nas cidades). O agricultor e seus dependentes recebem uma carteirinha que apresentam toda vez que vão consultar um médico e precisam receber atendimento hospitalar. Ficando internados em quarto de segunda classe, não pagam nada por isso. Preferindo uma acomodação melhor, com direito a acompanhante, na primeira classe, deverão pagar a diferença, de acordo com tabelas que os hospitais recebem do Funrural e devem cumprir. O empregador rural tem cobertura para qualquer caso, seja doença, hospitalização e até mesmo curativos e atendimentos necessários quando se acidentam, tanto no trabalho como fora dele.

O PRORURAL

A coisa não é tão boa assim para os empregados e produtores que exploram sua propriedade em regime de economia familiar, não mantendo, portanto, nenhum empregado. No caso de acidentes no trabalho, por exemplo, tanto os filhos menores como a esposa do produtor não têm direito a atendimento gratuito. Só se

o hospital manter um convênio com o Prorural (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural), e ainda se as pessoas ficarem baixadas no hospital. Se o atendimento foi apenas no ambulatório, com curativos, injeções e assim por diante, o Funrural não cobre as despesas efetuadas. Neste caso, ainda, como em todos os atendimentos realizados através do Prorural, onde a baixa hospitalar é indispensável para não precisar pagar por todos serviços médicos e hospitalares, é necessário que o atendimento seja realizado no município onde reside o agricultor.

Já os acidentes de trabalho do empregado e do pequeno produtor, podem ser atendidos em qualquer hospital, o mais próximo do lugar onde aconteceu o acidente. É que para estes casos os hospitais não mantêm convênio com o Funrural, recebendo por tarefa realizada e não por mês, como acontece no Prorural. Outra diferença é que a baixa hospitalar não precisa acontecer para o Funrural pagar a despesa. Mesmo só com o atendimento ambulatorial, de urgência, os acidentados têm direito a receber os dias em que não puderem trabalhar. E quanto eles recebem por estes dias? O cálculo é de um valor igual a 75 por cento sobre o maior salário mínimo do País, correspondente aos dias em que o trabalhador ficou parado. O empregador nunca tem direito a auxílio doença.

O PEQUENO AINDA PAGA

Mesmo com o Funrural dando cobertura financeira nestes casos de atendimento, o agricultor que trabalha em regime de economia familiar ainda acaba desembolsando sempre alguma coisa para o

hospital quando fica internado por um dia ou mais. Os valores que ele vai pagar dependem também de uma tabela elaborada pelo Funrural de acordo com a renda bruta alcançada no ano anterior. Esta tabela fica com o Hospital e com os Sindicatos. Só não paga nada a pessoa que não conseguiu uma renda de até 26 salários mínimos (o maior valor pago no País), o que dá hoje, em torno de Cr\$ 40 mil por ano. Dali para a frente já começa a existir a participação do agricultor no pagamento das despesas. Então quem ganhou 26 salários mínimos paga 26 por cento sobre a tabela das diárias hospitalares elaborada pelo Funrural. Este valor atualmente é de Cr\$ 109,00. Então, 26 por cento de Cr\$ 110,00 são Cr\$ 28,00. Quem teve renda bruta perto de 100 salários, paga o valor total da diária e assim por diante, até o máximo de 200 por cento e o valor correspondente, que é Cr\$ 218,00, portanto o dobro do valor da tabela. Isto é vantagem em cidades maiores, onde os hospitais cobram mais caro pela diária. Do contrário, para o agricultor que teve renda que o obrigue a pagar mais do que o valor da diária, sai mais em conta pagar o preço da baixa particular. Os medicamentos utilizados durante a hospitalização são gratuitos. Já as visitas do médico são pagas pelo sistema de participação.

Todo este cálculo é só para o caso de pequeno agricultor, pois o empregador não desembolsa nem um tostão. Tudo sai de graça. O empregado que tem carteira de trabalho assinada ou que vai ao hospital acompanhado do patrão no caso de não ter nenhum documento que comprove seu emprego, também fica isento de pagar as baixas hospitalares.

Antes de pagar qualquer coisa nos hospitais, é bom que o agricultor procure se informar bem direitinho daquilo que pode ou não ser cobrado. O prazo que ele tem para então pagar, se for o caso, é de 48 horas. Neste período ele além de se certificar da validade ou não da exigência de pagamento, pode reunir todos os papéis necessários.

AS APOSENTADORIAS

As diferenças que o sistema previ-

denciário faz entre o empregador e o pequeno proprietário são também marcantes no caso de aposentadoria, seja por invalidez ou por idade. O empregador, por exemplo, desconta 12 por cento por ano sobre a décima parte do valor da produção para o Funrural. Esta contribuição, não pode ser menor do que um salário mínimo e nem maior do que 10. A sua aposentadoria é calculada em 90 por cento de 1/12 da média dos últimos três valores sobre os quais tenha incidido a contribuição anual. Traduzindo isso af, que é linguagem de lei e de decretos, fica o seguinte: se soma os três últimos valores considerados para o desconto anual, dividindo tudo por três. O número obtido é dividido mais uma vez, agora por 12 (porque o ano tem 12 meses) calculando então 90 por cento sobre este resultado. Se o valor apurado não alcançar, porém, 90 por cento do maior salário mínimo do País, a aposentadoria a que ele tem direito deve ser concedida então sobre este valor.

Já o pequeno produtor e o empregado recebem de aposentadoria apenas a metade do valor do maior salário mínimo vigente no País, o que até o dia 1º de maio representa exatamente Cr\$ 780,00. E isto tanto faz o valor da contribuição que ele fez ao Funrural nos últimos anos (o desconto de 2,5 por cento sobre a venda de seus produtos). É aposentadoria tanto por idade (aos 65 anos, sem contar o tempo de serviço), como por doença ou por invalidez por acidente de trabalho.

E tem mais um detalhe. Não adianta nada chegar pedindo a aposentadoria mostrando apenas a certidão de nascimento que comprove a idade de 65 anos. É preciso ainda, no caso de empregados assalariados, levar a carteira de trabalho, e no caso de pequenos produtores, se identificar mostrando o cadastro o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), provando que a pessoa que está requerendo aposentadoria desenvolveu atividade agrícola nos últimos três anos. Para o empregador basta apresentar o carnê de contribuição quitado nos últimos três anos.

Invalidez ou não?

Floravante Thomé perdeu a mão esquerda na colheiteira. Isso faz dois anos agora nesta safra de soja, e além de Floravante maldizer a perda da mão ele chega ao cúmulo de pensar: "melhor tivesse sido a direita". Assim ele teria direito à aposentadoria pelo Funrural:

— O médico não me deu como inválido quando me atendeu. Explicaram que tinha que ser a mão direita ou um pedaço maior do braço. Vê se tem cabimento. Se fosse outro médico talvez compreendia melhor a dificuldade que se tem para trabalhar na lavoura com uma mão só. Não posso cortar soja, cortar arroz. Carpir ainda dá, com este braço ajudando no cabo da enxada. Tem que trabalhar quase duplo, com uma dificuldade que só vendo.

Ele já andou lidando para tudo quanto é lado para ver se consegue a aposentadoria. Até lhe falaram que, em casos semelhantes, em outros municípios (ele é de Boa Esperança, em Ijuí), os médicos consideraram a perda da mão como invalidez:

— Dei umas pegadas de vez em quando para ver se conseguia alguma coisa. Estou esperando até agora, andei fazendo as papelamas que pediram. Aqui o Sindicato está me ajudando, forcejando, mas até agora não deu em nada. Nem fui mais lá no Funrural porque de pouco estava adiantando. Me lembrei até de botar advogado para dar uma pegada, mas me desaconselharam que de pouco ia ajudar. Então a gente vai se agüentando assim mesmo.

As despesas do hospital foram pagas pela Cooperativa, já que ele tem Unimed. Do Funrural recebeu Cr\$ 2.300,00 pelos dias que ficou sem trabalhar. Mas ficou só nisso mesmo:

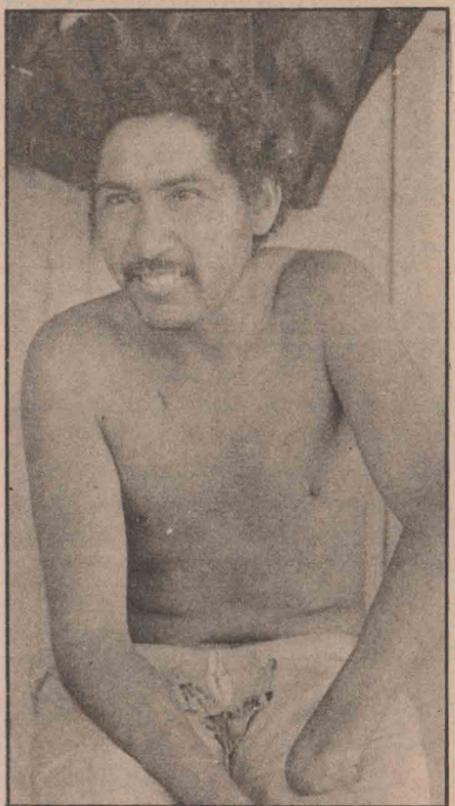
— Eu deveria ter mais apoio, porque eu fiquei só com uma mão e para lutar assim não é das coisas mais fáceis. Na hora que eu precisei foi pouco o auxílio, o que dependia decerto de eu ter também um seguro maior.

Para Floravante está sendo realmente muito pesada a carga de levar o trabalho só com uma mão. Não é dono de ter-

ra. O pouco que tinha, 9 hectares na Linha 14, ele vendeu pensando em comprar uns hectares na terra onde está trabalhando. Por enquanto está em negociação com o proprietário. Custou caro para ele a distração provocada pelo cansaço que dá uma colheita:

— A gente estava lá com a máquina atolada na lavoura, às 10 horas da noite, lidando naquilo e o dono da máquina me chamou: "olha aqui Thomé, tem um barquinho calçando aqui a máquina". Eu cheguei do lado e quando vi uma correia me pegou e arrancou a mão de vereda.

Perder uma mão, segundo as normas da previdência, não é invalidez. Isso cabe, talvez, no caso de trabalhadores urbanos, que podem desenvolver outra atividade sem prejuízos maiores. Agora trabalho de colono, sem uma mão, é mais do que difícil. É quase impossível. Se Floravante tivesse perdido todo braço é quase certo que sua aposentadoria, se ainda não tivesse saído, estaria pelo menos encaminhada e para ele restasse ainda alguma esperança



Thomé: como trabalhar com uma mão só?

— Quem faz estas leis devia estar aqui, no meu lugar, para ver se isso é ou não ser inválido.

A LAVOURA VAI PARAR?

Em reunião realizada no dia 14 de março, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG), lançou uma nota oficial endereçada ao presidente João Baptista Figueiredo, onde protestava contra a proibição da venda de gasolina, fora dos tanques padronizados, em quantidade inferior a 100 litros. A medida do Governo foi baixada em fevereiro, através das Portarias nº 62 e 69, e estabelece que os postos ficam proibidos de vender gasolina, fora dos tanques padronizados, em quantidade inferior aos 100 litros.

O Governo justificou a medida alegando que ela ajudaria a conter a inflação. A FETAG, entretanto, não concordou com o racionamento das autoridades, lembrando que o pequeno produtor rural não tem condições de estocar gasolina e comprá-la em quantidade acima de 100 litros.

"É preciso lembrar que o produtor rural não dispõe de recursos, especialmente agora, depois que a estiagem deixou desastrosas consequências, para adquirir de vez os

100 litros, que importam em quase Cr\$ 1 mil", dizia a nota da FETAG.

Mais adiante, o documento lembra, caso a medida for mantida, que "exatamente o que menos gasolina consome neste país, o pequeno produtor, será o maior prejudicado com as medidas governamentais".

DEPUTADOS

Poucos dias depois da nota da FETAG, os deputados da Comissão de Economia e Desenvolvimento da Assembléia Legislativa, expediam um memorial aos ministros da Agricultura e das Minas e Energia, enfatizando que a situação do pequeno produtor "está se tornando insustentável".

A seguir, publicamos, na íntegra, a nota elaborada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul:

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DA REPÚBLICA,**

"A Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul, por seu Conselho de Representantes, em nome dos duzentos e

vinte e oito Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Estado, que congregam cerca de meio milhão de agricultores, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência para formular veemente apelo no sentido de que sejam reexaminadas as determinações contidas nas Portarias de nºs 62 e 69, de fevereiro último, referentes ao racionamento da gasolina, a fim de que o agricultor não venha a arcar com ônus demasiadamente pesado em mais essa medida antiinflacionária.

Se mantida a determinação no sentido de que, fora dos tanques padronizados, somente se proceda à venda de gasolina na quantidade mínima de 100 litros, o pequeno produtor será enormemente prejudicado e os reflexos da medida serão profundamente negativos no setor da produção.

É preciso lembrar que o pro-

ductor rural não dispõe de recursos, especialmente agora, depois que a estiagem deixou desastrosas consequências, para adquirir de vez os 100 litros, que importam em quase Cr\$ 1.000,00.

Por outro lado, o agricultor necessita do produto constantemente para o desenvolvimento de suas atividades, entre elas, o trabalho com moto-serra, com pulverizadores, com estufas e outras.

Exatamente o que menos gasolina consome neste País, o pequeno produtor, será o maior prejudicado com as medidas governamentais.

Na certeza de que Vossa Excelência há de determinar urgente reexame do assunto, a fim de que o problema mereça solução justa, colhe o ensejo para reiterar os protestos do mais elevado apreço e distin-

Fraude do adubo

INQUÉRITO - PAPEL

Os quase 2 mil e 500 implicados na chamada fraude do adubo-papel podem ficar tranquilos. No final do mês de janeiro, após dois anos de investigações, a Polícia Federal, no inquérito que enviou à 3ª Vara da Justiça Federal de Porto Alegre, só conseguiu encontrar dois culpados: Marcílio Guilherme Fischer, agricultor e comerciante de Campo Real, e Danilo Pedro Bello, proprietário da firma Comércio e Representações Tiaraju, de Ibirubá.

O inquérito enviado à Justiça, segundo nota publicada pelo Coojornal, de Porto Alegre, em sua edição de fevereiro, é apenas um entre os muitos que foram abertos quando estourou o escândalo do adubo-papel. As principais provas contra Marcílio e Danilo são notas fiscais falsas, no valor de Cr\$ 535 mil e de Cr\$ 516 mil, que indicavam a compra de mais de 4 mil toneladas de calcário. Calcário esse "que nunca existiu e, muito menos foi aplicado na lavoura de Marcílio", diz o

Coojornal.

Muitos outros inquéritos sobre o adubo-papel continuam sendo investigados pela polícia. Mas, da maneira como as coisas estão caminhando, alguns anos ainda vão passar antes que qualquer criminoso seja apontado e punido.

Um dos processos mais importantes, por exemplo, que envolve a indústria Luchsinger Madorin (Adubos Trevo) e outros grandes proprietários de terras, foi devolvido à Polícia Federal, em outubro do ano passado. A Justiça pediu que o processo fosse desmembrado, com abertura de inquéritos individuais para cada um dos implicados.

Só para termos uma idéia do tamanho da fraude, basta dizer que o processo envolvendo a fabricante dos Adubos Trevo tem mais de 40 volumes e pesa 300 quilos.

Enquanto isso, os agricultores que realmente necessitam de subsídios para a compra de fertilizantes, devem aguardar.



Atualmente, os postos não podem vender menos de 100 litros.

Triticulor:

**Com
Rhodiauram
você vê
seu lucro
nascer e crescer**

Rhodiauram
Desinfetante de sementes e fungicida do solo



Tratando suas sementes antes do plantio com

Rhodiauram, você assegura:

1. Aumento do vigor e poder germinativo do seu trigo.
2. Melhor Stand; maior produtividade. E consequentemente mais lucros.
3. Controle absoluto das doenças que causam o tombamento: cárie, giberela, septoriose e helmintosporiose.

CNDA

COMPANHIA NACIONAL DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS
Porto Alegre: Rua Tobias da Silva, 267 - Fone: 22-1082 e 22-4092

AS IMPLICAÇÕES DE UM PROBLEMA POLÍTICO

Querendo ou não querendo, é quase certo que no próximo verão a entrega de leite pelos produtores da região será condicionada aos cálculos de leite-cota e leite-excesso, baseados na produção diária entregue nos meses de abril, maio e junho e julho deste ano. Será a aplicação de uma portaria da Sunab (Superintendência Nacional do Abastecimento), que protege mais a indústria do que os produtores, que já são bastante atingidos pela redução na produção de leite durante o inverno.

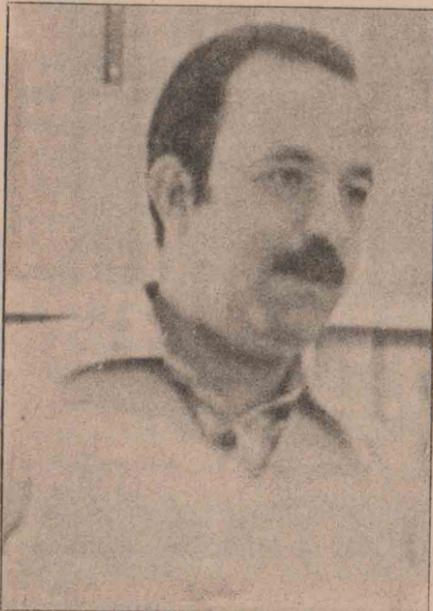
A aplicação da cota é apenas uma consequência da falta de estrutura que existe no País para o setor primário. Os produtores não estão organizados, e nem foram preparados ainda, para eliminar este problema. E o leite, é bom lembrar, é um dos produtos que sofre as maiores interferências por parte do Governo em sua comercialização. Ele é tabelado no preço, tanto para a compra do produtor como para a venda ao consumidor. Mesmo assim ainda sobram espaços de manobras para as indústrias e os intermediários.

Mas quem é que está sabendo direito de todas as implicações políticas e econômicas que estão influenciando na produção e comercialização do leite? Quais as variáveis mais significativas do problema? Isso foi o que se tentou discutir durante um Seminário, realizado na Cotrijuí no dia 6 de abril, onde foram reunidos técnicos, produtores, freiteiros e o pessoal da CCGL (Cooperativa Central Gaúcha de Leite). Colocações semelhantes e ainda uma visão da produção de leite no inverno foram também levadas às reuniões de núcleos de produtores, muito interessados em saber as razões da existência e aplicação do leite cota. Algumas destas reuniões, que deveriam ter acontecido durante o mês de abril, foram transferidas para maio, pois a colheita de soja estava prejudicando sua realização.

O produtor acha muito baixo o preço que recebe por cada litro de leite que entrega para comercialização (hoje ele ganha Cr\$ 4,50 para o produto que não apresenta qualquer grau de acidez e tem 3,1% de gordura). O consumidor, nas cidades, acha muito alto o preço de Cr\$ 6,10 que deve pagar por litro. E as indústrias reclamam que sua margem de lucro na transformação do produto em leite pasteurizado, queijos, cremes, etc. não está compensando o trabalho. Dá para ver que ninguém anda muito satisfeito.

Esse problema quem explica é o Antônio Lacerda, diretor administrativo da CCGL, que transfere para o Governo parte da culpa por este descontentamento, que parece ser geral:

— O preço do leite é um preço político. É um produto de consumo de grande massa, por isso o Governo tabelou seu preço, de acordo com variantes não apenas econômicas, tanto a nível de produtor como de consumidor, ficando bloqueada nas duas pontas a sua comercialização. O



Antônio Lacerda

que faz o Governo é procurar dar alguma coisa ao produtor, que nem sempre ele está esperando, com a remuneração por teor de gordura. Para proteger a indústria, ele permite a redução do preço pago por litro de leite produzido a mais no verão do que no inverno, aquele excesso de entrega.

AUMENTOS INSUFICIENTES

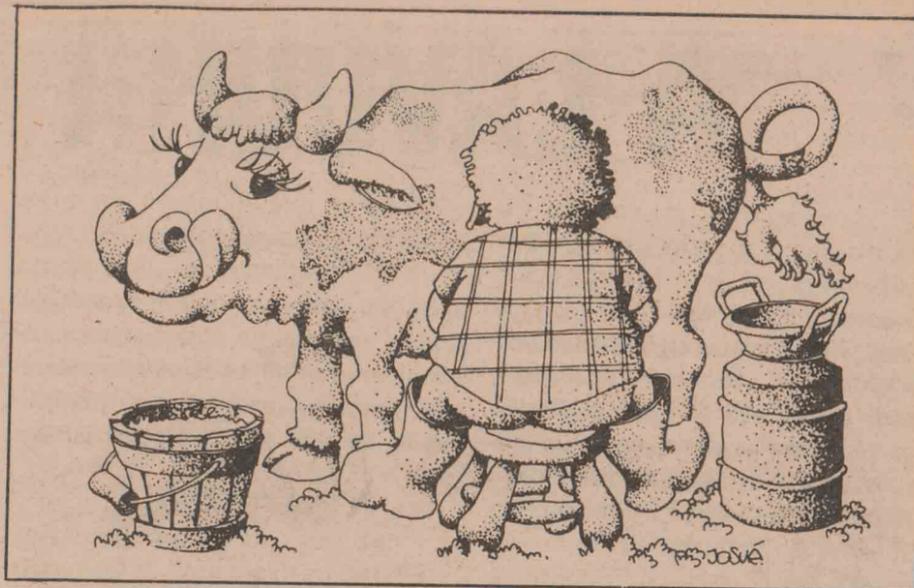
Lacerda fala ainda que o Governo não leva em conta os aumentos percentuais de custos de produção para estabelecer os preços. Mas aí é preciso reconhecer, como diz o agrônomo Paulo Roberto da Silva, que ainda não pode ser feito um estudo detalhado do custo de produção e nem se sabe ao certo qual é realmente a produtividade média de uma vaca na nossa região. Mesmo assim, ao conceder os aumentos para o preço do leite, o Governo não tem levado em conta os índices de inflação. O último aumento, por exemplo, ficou em 38 por cento, para ser aplicado em duas etapas, enquanto os próprios dados oficiais indicavam uma inflação de 44 por cento.

As críticas quanto à política do leite continuam:

— São comprimidas as margens de lucro na comercialização, tanto na parte das indústrias como dos comerciantes. O Governo faz pressão sobre o preço do leite líquido e deixa uma liberalidade muito grande em seus derivados (queijo, iogurtes, nata, etc) que representam 50 por cento da produção das indústrias. Faz ainda uma fiscalização extremamente rigorosa desde que o leite entra na plataforma da indústria até que sai de lá. Mas isso não acontece de uma maneira uniforme, agindo de uma forma no Rio Grande do Sul, de outra em Minas Gerais, e assim por diante.

CONCORRÊNCIA ENTRE AS INDÚSTRIAS

Tudo isso faz com que as indústrias praticamente se lancem numa guerra, nem sempre muito leal, para disputar os



mercados consumidores, principalmente dos grandes centros urbanos, onde o leite recebe ainda um subsídio de Cr\$ 0,47 por litro.

E aí é que entra também a vantagem do leite cota para elas. Pagando menos ao produtor por cada litro de leite que excede a cota formada durante o inverno, elas podem manobrar melhor com os supermercados e outros revendedores. O que fazem: como têm mais leite para vender a um custo de produção menor para pasteurizá-lo, podem também reduzir um pouco sua margem de lucro. Fala o Lacerda:

— Aqui no Rio Grande do Sul quase 50 por cento do consumo do leite líquido acontece na região metropolitana de Porto Alegre. Disputando este mercado estão 13 marcas de indústrias gaúchas e 11 (este ano foram 14) de marcas de outros Estados. Isso sem contar que 40 por cento do mercado está em poder de uma indústria estatal, a Corlac. Em subprodutos são 27 empresas que concorrem no mercado, com 81 marcas diferentes.

Oras, se é vantagem para indústrias de outros Estados trazerem seus produtos para comercializar em Porto Alegre, o negócio de leite para elas não deve ser tão ruim assim como ficam alarmando. Pelo menos elas têm para se desapertar em momentos mais críticos a famosa portaria da Sunab e ainda contam com a possibilidade de vender sem obedecer tabelas e preços fixos, os subprodutos de leite. E aí é que elas ganham seu dinheiro.

UMA FALSA SUPERPRODUÇÃO

Todo ano, quando chega o verão, aparecem nos jornais notícias de que indústrias de laticínios estão jogando leite fora, por não poder transformar todo o produto. Mas esta é uma falsa imagem que se tem de que todo problema do leite gira em torno da maior produção registrada no verão. Isto não é bem verdade. Pode existir realmente uma superprodução durante algum período, mas logo em seguida se chega até mesmo a notar uma escassez de leite. E não que esta superprodução não possa ser aproveitada. Ela é: as indústrias fabricam queijo, iogurte e estocam para vender no inverno, mesmo que os custos de armazenagem em câmaras frias seja elevado.

O problema não é produzir demais no verão. Ele é preço, condições de mercado e queda de produção no inverno. O produtor recebe pouco, mas para o consumidor também é muito caro pagar Cr\$ 6,10 por litro de leite. Aí está uma das explicações para o subconsumo que existe no Brasil. Quem trabalha para receber salário mínimo ou um pouco mais, pode comprar todo dia um litro de leite? E chega um litro de leite para alimentar uma família de 5 pessoas, por exemplo? É claro que não.

O INAM, que é o Instituto Nacional de Alimentação, diz que o consumo mí-

nimo de produtos derivados de leite deveria ser de 146 litros por ano (ou 400 gramas por dia). Hoje se estima a produção brasileira de leite em 7 bilhões de litros por ano. Só que para cada brasileiro consumir, no mínimo, o que recomenda o INAM, a produção deveria ser pelo menos de 17.520 mil litros anuais, isso se não crescesse em nada o número de habitantes do País. E este número cresce todo dia. Isso sem contar que a FAO, (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) fez um estudo onde determina que cada pessoa deveria consumir 182 litros de leite por ano. Aí então, a produção, deveria ser maior ainda.

ALGUÉM ESTÁ LUCRANDO

Se uns acham que ganham pouco e os outros que pagam demais, aonde está o problema? Alguém, é claro, deve estar lucrando alguma coisa. Aumentar o preço do leite não é solução, pois o consumidor não poderá pagar pelo produto. Então é preciso ver o que acontece depois do leite sair transformado de dentro da indústria até chegar ao consumidor. Do produtor até a indústria, a maioria já sabe: dos Cr\$ 4,50 que valem o litro para o produtor, são feitos os descontos de frete, acidez (pagando Cr\$ 1,00 por litro) e se for caso pagando mais Cr\$ 0,2 por decimal de gordura que ultrapassar o índice de 3,1. Isso no interior, pois nas regiões metropolitanas o produtor recebe um pouco mais (Cr\$ 4,80 por litro) e as indústrias que ali distribuem seus produtos, ganham ainda um subsídio de Cr\$ 0,47.

Isso não é muito justo. O que o produtor que mora perto das capitais e suas regiões metropolitanas gasta mais que o do interior para receber um adicional de Cr\$ 0,30 por litro? Há quem argumente que ele forneça mais concentrados para seus animais no lugar do pasto verde, que, de certo, acham que é abundante no interior. O pasto deve ser plantado e isto também custa caro.

Depois que o leite é industrializado, aí sim, é que as coisas também não andam lá muito certas. Os compradores do leite são, na maioria das vezes, grandes redes de supermercados, estrategicamente localizadas nos melhores pontos de vendas. Então elas usam e abusam desta condição, aproveitando ainda da concorrência que existe entre todos os fabricantes. Como todo mundo quer vender seu leite na cidade, alguns acabam fazendo concessões de preço (que recuperam aplicando o leite cota) que só beneficia financeiramente o intermediário. A indústria que não faz isso deixa de vender seu produto. E como o jogo não é muito correto, cada um fica jogando com as armas que têm ou cria. E no início e no fim da corrente estão o produtor e o consumidor, realmente os menos culpados de tudo. Eles estão sendo usados. Só que não sabem disso.

O PRODUTOR ESTÁ DESORIENTADO



Queixas e perguntas dos produtores nas reuniões

Sabiam que na região de Ijuí, a produção de leite já foi a atividade econômica mais importante? Isso lá pelos anos de 1930, 1940, quando 7.000 produtores tiravam uma média de 30 mil litros de leite diários em seus estábulos. Hoje, os produtores, reunindo ainda o pessoal de Ajuricaba, Augusto Pestana e Santo Augusto, mal chegam a 2.500 e os litros de leite a 44 mil.

Isso que a situação já melhorou desde que a Cooperativa decidiu tomar a peito o problema que enfrentavam os produtores de leite. Junto com outras cooperativas, participou da fundação da CCGL, isso em janeiro de 1976, que começou a operar um ano e pouco depois, adquirindo os equipamentos da indústria CAFRASA, de Ijuí. A Cotrijuí se responsabilizava em sua região (como as demais Cooperativas em suas áreas de atuação) a organizar a produção a nível de propriedade, transporte e recebimento, em levar ao produtor uma melhor assistência técnica e garantir ainda o pagamento em dia da produção entregue.

Alguns problemas já foram eliminados por completo. Mas há coisas que estão levando mais tempo para se ajustar. O Otaliz de Vargas Montardo, veterinário do setor de pecuária leiteira da Cotrijuí, é quem explica porque não podemos dizer que eliminamos todos os problemas existentes na área do leite:

— Uma das coisas é que não estávamos ainda bem preparados para trabalhar com o leite. É preciso reconhecer isso. Foi uma mudança violenta de rumo, um crescimento intenso de serviço para os técnicos. Nós estávamos acostumados apenas a prestar assistência médica, veterinária, aos produtores. Toda Cooperativa foi pega de surpresa pelo aumento de número de produtores que se verificou. Dos 800 que existiam antes de a CCGL comprar as instalações da CAFRASA e alugar o prédio, hoje temos estes 2.500. Além disso foi difícil superar os problemas decorrentes de um recebimento diário de produtos. Toda estrutura estava montada para safras, que acontecem em épocas bem definidas.

O LEITE PERDEU PARA A LAVOURA

E por que este aumento tão considerável no número de produtores? Aí é preciso voltar um pouquinho para trás no tempo, lembrando o que aconteceu naquela época em que se produzia bastante leite na região:

— No início da década de 50, a atividade leiteira começou a diminuir por não encontrar condições de competir com a

lavoura, que estava apresentando um bom rendimento. Começou a ser montada uma estrutura de comercialização e assistência técnica; o crédito era facilitado. E tudo isso não existia para o leite. A área reservada às pastagens, então, foi diminuindo, e os rebanhos colocados nos piores locais das propriedades, que eram bem impróprios para pastagens. Os animais, que tinham alcançado um excelente nível de qualidade, foram sendo vendidos para criadores de outras regiões.

O pouco de animais que foi conservados servia apenas para atender às necessidades próprias de consumo dos produtores, sem merecer uma atenção especial por parte deles. E foi assim por mais de 20 anos. Só que as coisas começaram a mudar, até que chegou o momento em que os agricultores foram levados a buscar novas alternativas de produção. E aí se pensou no leite.

A ACIDEZ, SEMPRE UM PROBLEMA

Hoje, dois anos depois de se começar a trabalhar com leite, está bem maior o quadro de produtores. Só que os níveis de produção continuam bastante baixos, sempre apresentando também uma violenta redução nos meses de inverno. O número de linhas de coleta foi bastante ampliado, passando de 13 para 29 e diminuindo, conseqüentemente, o tempo gasto para cada freiteiro cobrir o percurso. Nem por isso, porém, acabou o problema de leite ácido, exatamente uma das maiores queixas dos produtores.

O leite ácido, explica o Otaliz, um pouco é causado pela demora que acontece entre o momento em que o leite foi ordenhado e aquele em que chega na plataforma da usina. Mas não influi apenas isso. É fundamental a higiene na ordenha, para não contaminar o leite e facilitar, assim, a multiplicação das bactérias que provocam sua acidez:

— Nós sabemos que alguns pequenos produtores ordenham à noite seus animais para não precisar levantar de madrugada para tirar o leite. Realmente é às vezes um sacrifício para ordenhar uma vaca e levar até a estrada 5 litros de leite. Só que fazendo isso ele está prejudicando muitos outros produtores, pois misturando um leite contaminado com leite bom, todo produto acabará ficando ácido. Ainda mais no verão, pois a temperatura também conta para acelerar o processo de acidez do leite.

NÃO COMPROMETER O PRODUTOR

O ideal, segundo Otaliz e outros técnicos, seria que todos os produtores tives-

sem uma produção tal que compensasse aos freiteiros passar em cada propriedade e levar um tarro cheio de leite. Aí não se misturaria produto de ninguém, a coleta seria mais rápida e se poderia ainda promover, com maior facilidade, a melhoria do produto entregue. Mas aí se corre o risco de afastar o pequeno produtor desta atividade. Seria muito bom se todos pudessem comprar vacas de qualidade, que produzissem no mínimo 15 litros de leite por dia. Mas o que se pretende com o leite é não comprometer economicamente o produtor, e sim ajudá-lo a desenvolver uma alternativa de diversificação:

— Hoje o custo de uma vaca de raça, está mais ou menos em Cr\$ 15 mil, com uma estimativa de produção de 3.000 litros de leite por ano. Isto ainda está abaixo da média desejável, que fica em torno de 4.000 litros. É um custo inicial muito grande e poucos produtores podem se endividar ainda mais.

Otaliz acredita que atrapalha ainda um pouco o desenvolvimento da pecuária leiteira, o fato de os produtores não estarem completamente convencidos de que ela pode ser rentável:

— Ele ainda está naquela de experimentar para ver como é que fica. E mesmo aqueles produtores interessados em aumentar sua produção, estão ainda comprometidos com os bancos que financiaram sua lavoura. Então ele também não pode investir no leite.

AS QUEIXAS NO FRETE

Sendo pequena a produção dos leiteiros de uma linha, a coleta também será mais demorada e os problemas podem aparecer com maior freqüência, como é o caso da acidez. As queixas de produtores contra os freiteiros são antigas e muitas vezes justas: os atrasos, falta de cuidado ao recolher os vasilhames, má condição dos carros e assim vai. Mas os freiteiros também reclamam quando as linhas são muito extensas, pois é claro que é maior vantagem para eles recolher o leite em menor número de propriedades.

Os descontos atuais de frete, depois do último reajuste no preço do produto, passaram a ser os seguintes: de um a 30 litros, desconto de Cr\$ 0,67; de 31 a 80, de Cr\$ 0,57; de 81 a 150, de Cr\$ 0,42; e acima de 150, é Cr\$ 0,37. Então no verão compensa mais para o freiteiro, e inclusive, às vezes, o aumento da produção causa uma divisão de linhas, pois é maior também o número de produtores. Mas no inverno, em alguns casos, eles trabalham

quase com prejuízo.

Para organizar bem estas linhas é um problema. As estradas do interior, todo mundo sabe. É só chover que os freiteiros primeiro se benzem antes de enfrentar aquele barro todo. E chovendo também é difícil para o produtor levar até a plataforma da estrada seus tarros para o recolhimento.

FALTA UM DEBATE MAIOR

O crédito, ou melhor, a falta dele, também complicou um pouco mais as coisas logo no início do tempo em que a Cooperativa começou a trabalhar com o leite. Mas só o crédito também não adiantava:

— Nós precisávamos começar tudo quase que da frente. Mas não existia dinheiro para plantar forrageiras, construir cercas, comprar animais. Isso limitou um pouco o nosso trabalho de assistência técnica. Hoje, os bancos já estão financiando alguma coisa, mas ainda falta uma orientação maior ao produtor de leite, um debate mais amplo sobre os problemas que ele enfrenta.

Otaliz acredita que o maior problema, a nível de produtor, neste momento, é acabar com a sazonalidade de produção: enquanto se tirar mais leite no verão do que no inverno não poderemos eliminar as medidas prejudiciais que são tomadas, como por exemplo, a aplicação do leite cota e leite excesso. E nem evitar de ter no verão um quadro com 2.293 produtores e no inverno só 1.186, como aconteceu ano passado.

Ele está tentando provar, em todas as reuniões que vem realizando no interior, que é uma mentira a idéia que muitos produtores têm de que as vacas produzem menos no inverno:

— O que acontece é bem o contrário. A vaca não sente frio (tanto que as pessoas para se abrigarem usam roupas de couro). O que sente é fome no inverno porque falta comida para ela. Inclusive temperaturas variando entre 4,5°C e 24°C são as ideais para a produção de leite. Temperaturas mais altas que os 24°C provocam uma redução no consumo de alimentos. Comendo menos, a vaca produz menos. Então no inverno, quando é mais frio, a vaca pode produzir mais. É só lhe fornecer alimento à vontade, aumentando para isso, a área de pastagens. A produção leiteira, não podemos esquecer, é uma conseqüência da quantidade e qualidade do alimento consumido pelo animal.

Os cálculos da cota e do excesso

Até o inverno do ano passado, os meses que contavam para as indústrias definirem o leite cota dos produtores eram junho, julho, agosto e setembro. Agora a Sunab, que é responsável por esta portaria, mudou um pouco as coisas: no Sul do Brasil (e aí está incluído então o Rio Grande do Sul) ficam valendo os meses de abril, maio, junho e julho. Isso coincide bem com o início da época onde acabaram as pastagens de verão e as de inverno ainda não estão prontas para o consumo dos animais.

Por esta portaria, todo leite que for entregue pelo produtor além da média que ele obteve nestes quatro meses, mais um adicional de 20 por cento, será considerado leite excesso e pago um valor mais baixo por litro (Cr\$ 3,25 aos preços atuais). Assim, por exemplo, se ele entregou a média de 50 litros durante os meses de inverno, receberá o preço normal de Cr\$ 4,50 nos demais meses por até 60 litros. O que passar de 60 litros será leite excesso.

Na CCGL ainda não está bem definido se a portaria será ou não aplicada este ano e também se estes serão realmente os meses a considerar. Se ela for adotada é possível que se crie, paralelamente, uma cota-incentivo para aquele produtor que entregar mais leite no inverno.



O presidente apresentou a proposta...



... que foi discutida pelos associados.

TEMPO DE ELEIÇÃO

A reivindicação por maior participação dos associados nas decisões da Cooperativa já é coisa antiga. Este ano, ela começa a ser atendida, através de um novo sistema eleitoral: 59 representantes eleitos pelo voto direto vão escolher as chapas que concorrerão à direção da Cooperativa.

"Vamos ter, pelo menos, o direito e a oportunidade de tirar alguém do nosso meio para nos representar", afirmava Augusto da Silva, agricultor que mora em Mauá, quando terminou o 2º Seminário Central de Produtores Rurais sobre Estrutura do Poder, realizado dia 31 de março, em Ijuí.

O comentário de seu Augusto resumia, de certa forma, o sentimento da maioria dos presentes ao Seminário após uma manhã inteira de discussões em torno da proposta de operacionalização das resoluções sobre Estrutura do Poder, de autoria do Conselho de Administração. E resumia, também, o resultado de um longo tempo de trabalho, desde meados do ano passado, quando começaram a surgir as primeiras idéias concretas sobre uma forma de aumentar a participação dos associados nas decisões e nos rumos da Cooperativa.

Não se pode dizer ao certo quando foi que tudo começou. Mas é possível afirmar que grande parte dos 18 mil associados, já há algum tempo, vinha pensando e discutindo entre si sobre o assunto. E essa discussão — como pode o associado efetivamente participar do poder na Cotrijuí? — acabou sendo levada até os núcleos, em diversas unidades da Cooperativa.

"Isso vem desde o ano passado e se concretizou mesmo no 1º Seminário Central de Associados que realizamos em dezembro de 78", lembra Danilo Trevisol, da Assessoria de Comunicação e Educação.

A DISCUSSÃO

Antes do Seminário, de fato, volta e meia, nas reuniões de núcleo, o

assunto vinha à discussão:

"Nas assembleias da Cooperativa a gente não tem vez, não pode falar. Será que não tem jeito diferente de fazer as assembleias?", perguntava um associado. Alguém então sugeria que só os representantes de núcleos deveriam ser convocados para a Assembleia, que assim teria menos gente e seria mais organizada. Mas logo vinha outro e dizia que não abria mão de seu direito de votar. E mais outro, perguntando pela situação dos associados que não estavam reunidos em núcleos, etc. E a discussão se estendia até o final da reunião.

Em conseqüência disso, quando foi organizado o 1º Seminário Central de Associados, ninguém teve dúvidas em colocar o tema *Estrutura do Poder* na pauta de discussão. Afinal de contas, a vontade de mudar o sistema de assembleia já era da maioria dos associados e, portanto, o assunto estava maduro.

VOTO SECRETO

Havia, porém, mais coisa para ser discutida no Seminário, principalmente em relação a questões como, capitalização, expansão da cooperativa e diversificação da produção. Por ser algo mais imediato e tocar diretamente no bolso do associado, o assunto capitalização quase que não deixa tempo para a discussão dos outros temas. Mas foi possível notar, apesar disso, que os associados, no que se referia à estrutura do poder, reivindicavam dois pontos básicos: a escolha de no mínimo dois representantes para cada núcleo, e que essa escolha fosse através do voto secreto, direto e universal. Esses dois pontos,

aliás, constam das conclusões de todos os 10 grupos de associados formados no Seminário.

O tempo passou, entramos o ano com uma seca braba e quase todos tiveram de voltar a atenção para a lavoura, necessitada cada vez mais de maiores cuidados. Mas a Assessoria de Comunicação e o Conselho de Administração continuaram pensando no assunto. Até que, em março, surgiu a proposta: realizar a eleição de 59 representantes, através do voto secreto e em eleição direta, para escolherem as chapas que concorrerão na próxima assembleia e, também, estudar formas de melhorar a participação do associado nas decisões da cooperativa (ver quadro nº 1).

APRIMORAÇÃO

E assim voltamos ao começo dessa história, no dia 31 de março de 1979, quando o 2º Seminário Central de Associados, após decidir algumas alterações na proposta do Conselho de Administração, aprovou um plano de 15 pontos visando reformular o sistema tradicional de estrutura do poder na Cotrijuí.

Toda esta movimentação, porém, é oficiosa, experimental. A proposta aprovada não modifica os estatutos da Cooperativa, e, portanto, o sistema de eleição, pelo menos por enquanto, continuará sendo o de sempre.

Para que se fizesse uma reforma de estatutos seria necessária a convocação de Assembleia Geral. Mas este é um primeiro passo, onde todos os associados participam, para a aprimoração do sistema eleitoral e decisório na Cooperativa. Uma vez aprimorado o processo, será o caso, talvez, de oficializá-lo.

Quadro 1

A proposta aprovada

1º) Realizar eleições diretas para escolha dos Representantes que se encarregarão de organizar chapa ou chapas para as eleições do Conselho de Administração e Fiscal; cabendo de forma especial, estudar, aprofundar, dialogar com o corpo associativo e encaminhar, se assim for, as proposições cabíveis à institucionalização da Estrutura do Poder, inclusive reforma estatutária;

2º) Efetuar essas eleições no período de 05 a 14 de maio de 1979, com urnas em cada Unidade da Cooperativa;

3º) Cada Unidade elegerá no mínimo 2 (dois) Representantes e mais 1 (um) para cada 300 (trezentos) associados vinculados àquela unidade, ou seja: Ajuricaba, 4; Augusto Pestana, 4; Coronel Bicaco, 3; Chiapetta, 2; Dom Pedrito, 5; Ijuí, 14; Maracajú, 3; Rio Brilhante, 2; Santo Augusto, 5; Sidrolândia, 2; Tenente Portela, 13; e Vila Jói, 2; num total de 59 representantes.

4º) Poderão votar e ser votados todos os associados que entregaram produto no exercício de 1978/79;

5º) Não poderão ser votados os atuais membros do Conselho de Administração e Fiscal, isto é: ficaram impedidos de serem votados os atuais 3 (três) diretores eleitos e os demais membros do Conselho de Administração e Fiscal. Eles serão membros natos da comissão que se encarregarão de organizar chapa(s);

6º) O associado terá direito a um voto, que poderá delegar à esposa, identificando-se na ocasião de votar;

7º) Se um associado for eleito por mais de uma Unidade, automaticamente prevalecerá a indicação por aquela Unidade onde o número de votos tenha sido maior, considerando-se eleitos os associados a seguir mais votados;

8º) Em cada Unidade será

constituída uma mesa receptora de votos composta por 1 (um) funcionário da Unidade e 2 (dois) associados indicados em seminário da Unidade;

9º) Em cada Unidade haverá uma única urna receptora de votos, acompanhada de uma única lista dos associados, que entregarão produção no exercício de 1978/79, vinculados àquela Unidade e que deverá ser assinada por ocasião da entrega do voto;

10º) Realizar-se-ão seminários nas Unidades para definir locais de votação e composição da mesa receptora;

11º) A apuração será feita no mesmo dia, 14 de maio de 1979, em todas as Unidades, ficando a cargo de uma comissão composta pelo Gerente da Unidade, um membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Patronal, se houver, e dois associados indicados pelo seminário da Unidade;

12º) Cada Unidade enviará à sede da Cotrijuí as atas de apuração para a computação final e divulgação dos resultados a cargo da comissão apuradora da sede;

13º) Os Representantes e os membros titulares e suplentes do Conselho de Administração e Fiscal se reunirão quantas vezes julgarem necessário, por convocação e sob a presidência do atual presidente da cooperativa, e com a presença de, no mínimo, a metade mais um dos membros eleitos, para indicar os nomes que comporão chapa (s) para a Assembleia Geral;

14º) Ao atual Conselho de Administração será reservada a indicação de 2 (dois) membros do Conselho de Administração e seus 2 (dois) suplentes;

15º) Fica reservado o direito estatutário a um grupo de 15 (quinze) associados, pelo menos, que entregaram produto no exercício de 1978/79, apresentar chapa (s) para a Assembleia Geral.

"O caminho certo"

Após o Seminário Central e algumas reuniões de núcleos onde foi discutida a nova maneira de realizar eleições na Coope-

rativa, ouvimos a opinião de alguns associados. A seguir, publicamos algumas delas: "Eu acho uma boa, se o povo votar."

Uma assembleia com 17 mil associados não é possível. Faz bem uns seis anos que eu falo nisso, que precisa mudar. É o melhor caminho para terminar com aquelas assembleias tumultuadas" (Reinoldo Dobler, do Rincão do Tigre).

"É muito melhor, está mais democrático. Mas vai depender dos representantes que vão ser eleitos, porque se colocarem

um cara que não se interessa pode dar confusão. Mas acho que este sistema é muito melhor do que antes" (Benjamin Lorenzon, Colônia Santo Antônio).

"Achei que foi uma grande idéia da direção porque, para a Cooperativa se aperfeiçoar, só mudando o processo de votação. Acho que vai dar oportunidade de maior conscientização para o associado, porque

ele vai participar sabendo do que se trata. Até aqui a votação era só na Assembleia e o associado não tinha como participar. E este novo sistema tende agora a ser mais uma vitória na caminhada da Cotrijuí" (Paulo Rigodanzo, de Coronel Bicaco).

"Eu acho muito válido: Nós estamos no caminho certo e este é um assunto que foi muito bem aprofundado" (Edmundo

Schneider, Rincão dos Müller — Augusto Pestana).

"Foi a maior coisa que a direção pode inventar até agora. É o melhor: trazer o povo para resolver o problema do povo" (Alceno Volmer, Chiapetta).

"Do meu ponto de vista, o sistema está muito bem montado. Mas vai depender do comportamento do pessoal. Se os repre-

sentantes forem bem escolhidos, irá tudo bem. Agora, se a escolha for mal feita, vai trazer conseqüência negativa. Mas este novo processo de votação é bom, é ainda mais democrático do que o dos partidos políticos" (Jaime Wender, Parador).

"Eu acho que não é possível reunir todos os associados e esta, então, é a melhor fórmula. Mas o bom seria se todo o associa-

do pudesse participar" (Irani Santos do Amaral, Coronel Bicaco).

"Vamos ter, pelo menos, o direito e a oportunidade de tirar alguém do nosso meio para nos representar. Mas acho que um representante para cada 300 associados é pouco, o melhor é que fosse mais representantes por um número menor de associados" (Augusto Silva, Mauá).



Reinoldo Dobler



Benjamin Lorenzon



Paulo Rigodanzo



Edmundo Schneider



Alceno Volmer



Jaime Wender



Irani Amaral



Augusto Silva

O ROTEIRO DAS URNAS

No seminário central de associados e nos seminários realizados nas unidades durante o mês de abril, ficou decidido que a urna deveria percorrer algumas localidades, para facilitar o voto do associado. Os associados decidiram, ainda, quem seriam os mesários que deveriam acompanhar as urnas. Nesta página, publicamos o roteiro das urnas e a relação dos mesários. A exceção ficou com Santo Augusto, onde os associados decidiram que a urna deveria ficar sempre na sede.

IJUI

Data	Locais	Horários
05/05/79	Saltinho	8,00 às 9,30 horas
	Rincão da Laje	10,00 às 12,00 horas
	São Miguel	13,00 às 14,30 horas
	São Valentim	15,00 às 16,30 horas
	Salto	17,00 às 18,30 horas
06/05/79	Santa Lúcia	8,00 às 9,20 horas
	Dr. Bozano	9,30 às 11,00 horas
	Boa Esperança	11,20 às 13,00 horas
	Linha 8 - Floresta	13,30 às 14,40 horas
	Linha 6 Leste	15,00 às 17,00 horas
11/05/79	Linha 10 Leste	17,00 às 18,30 horas
	Vila Mauá	8,00 às 9,30 horas
	Rep. Piratini	10,00 às 11,20 horas
	Posto 11	11,30 às 13,00 horas
	Linha 2 Norte	13,30 às 15,00 horas
12/05/79	Povoado Santana	15,30 às 18,00 horas
	Rincão dos Goi	8,00 às 9,40 horas
	Rincão do Tigre	10,00 às 12,00 horas
	Araci Serves	13,00 às 14,30 horas
	Rincão dos Becker	15,00 às 16,30 horas
13/05/79	Alto da União	17,00 às 18,30 horas
	Itaí	8,00 às 10,00 horas
	Colônia Santo Antônio	10,00 às 12,00 horas
	Coronel Barros	13,30 às 16,00 horas
	Linha 8 Oeste	16,20 às 18,00 horas

OBS: 07-08-09-10- e 14 de maio, a urna estará na Cotrijuí-sede, em horário de expediente.

AJURICABA

Data	Locais	Horários
05 e 06/05/79	Unidade	8,00 às 12,00 horas
		14,00 às 18,00 horas
07 e 08/05/79	Pinhal	8,00 às 12,00 horas
		14,00 às 18,00 horas
09/05/79	Formigueiro	8,00 às 12,00 horas
10 e 11/05/79	P. L. 28 Norte	8,00 às 12,00 horas
		14,00 às 18,00 horas
12/05/79	Soc. Carovi	8,00 às 12,00 horas
		14,00 às 18,00 horas
13 e 14/05/79	Unidade	8,00 às 12,00 horas
		14,00 às 18,00 horas

SANTO AUGUSTO

Data	Locais	Horários
05/05/79	Bananeiras	8,00 às 10,00 horas
		10,00 às 12,00 horas
		14,00 às 16,00 horas
		16,00 às 18,00 horas
06/05/79	São Luiz	8,00 às 10,00 horas
		10,00 às 12,00 horas
		14,00 às 16,00 horas
		16,00 às 18,00 horas
12/05/79	Santo Antônio	8,00 às 10,00 horas
		10,00 às 12,00 horas
		14,00 às 16,00 horas
		17,00 às 18,00 horas
	Santa Lúcia	8,00 às 10,00 horas
		10,00 às 12,00 horas
		14,00 às 16,00 horas
		17,00 às 18,00 horas
	STR São Martinho	8,00 às 10,00 horas
		10,00 às 12,00 horas
		14,00 às 16,00 horas
		17,00 às 18,00 horas
	Assis Brasil	8,00 às 10,00 horas
		14,00 às 16,00 horas
	E. N. S. de Fátima	8,00 às 10,00 horas
		14,00 às 16,00 horas

Nos dias úteis a urna permanecerá na unidade de Santo Augusto a disposição dos associados durante o horário de expediente.

VILA JÓIA

Data	Locais	Horários
06/05/79	São Pedro	7,30 às 12,00 horas
13/05/79	São Roque	7,30 às 12,00 horas
06/05/79	Cará	14,00 às 18,00 horas
13/05/79	São José	14,00 às 18,00 horas

OBS: 05-07-08-09-10-11-12-14, a urna estará na sede em Vila Jóia.

TENENTE PORTELA

Dia	Locais	Horários
05/05/79	Alto Alegre	8,00 às 10,00 horas
	Alto Cordeiro Farias	10,00 às 11,00 horas
	Esquina Cardoso	11,00 às 12,00 horas
	São Marcos	13,00 às 14,00 horas
	Linha Glória	14,00 às 15,00 horas
06/05/79	KM 5	15,00 às 16,00 horas
	Daltro Filho	16,00 às 18,00 horas
	Barra da Fortuna	8,00 às 9,00 horas
	KM 12	9,00 às 10,00 horas
	São Pedro	10,00 às 12,00 horas
07/05/79	Linha São Luiz	13,00 às 14,00 horas
	Esquina Pinhalzinho	14,00 às 15,00 horas
	Santa Fé	15,00 às 16,00 horas
	Belo Horizonte	16,00 às 18,00 horas
	Três Marcos	8,00 às 10,00 horas
08/05/79	Derrubadas	10,00 às 12,00 horas
	Desimigrados	13,00 às 14,00 horas
	Centro Novo	14,00 às 15,00 horas
	Barra Grande	15,00 às 17,00 horas
	Alto da Bela Vista	17,00 às 18,00 horas
09/05/79	Esquina Colorada	8,00 às 10,00 horas
	Lajeado Librino	10,00 às 11,00 horas
	Cedro Mercado	11,00 às 12,00 horas
	Nossa Senhora da Saúde	13,00 às 15,00 horas
	Braço Forte	15,00 às 17,00 horas
10/05/79	Lagoa Bonita	8,00 às 9,00 horas
	Linha da Paz	9,00 às 10,00 horas
	São Sebastião	10,00 às 12,00 horas
	Vista Gaúcha	13,00 às 15,00 horas
	Linha Bonita	15,00 às 16,00 horas
11/05/79	Linha Progresso	16,00 às 17,00 horas
	Saltinho do Guarita	17,00 às 18,00 horas
	Tiradentes	8,00 às 9,00 horas
	Bom Plano	9,00 às 11,00 horas
	Linha Tigre	11,00 às 12,00 horas
	Esquina Jaboticaba	13,00 às 14,00 horas
	Jaboticaba	14,00 às 16,00 horas
	Cotovelo do Parizinho	16,00 às 17,00 horas
	Capoeira Grande	17,00 às 19,00 horas
	Unidade - Tenente Portela	8,00 às 18,20 horas



A reunião entre associados serviu para . . .

Estrutura do Poder



... escolher o roteiro das urnas e os mesários

MIRAGUAI

Dia	Locais	Horários
12/05/79	Tronqueiras	8,00 às 10,00 horas
	Lajeado Ouro	10,00 às 11,00 horas
	Linha São Paulo	11,00 às 12,00 horas
	Coxilia Ouro	13,00 às 15,00 horas
	Barra da Água Fria	15,00 às 16,00 horas
13/05/79	Lajeado Mangueirão	16,00 às 17,00 horas
	Irapuá	8,00 às 10,00 horas
	Colônia Nova	10,00 às 11,00 horas
14/05/79	Sítio Gabriel	13,00 às 15,00 horas
	Bela Vista	15,00 às 16,00 horas
	Miraguaí	16,00 às 18,00 horas
	Unidade - Tenente Portela	8,00 às 16,00 horas

CHIAPETTA

Dia	Locais	Horários
05/05/79	Linha São João (Escola)	8,00 às 10,00 horas
05/05/79	Rincão dos Stradas (Escola)	10,00 às 12,00 horas
05/05/79	Rincão dos Bandefres (Escola)	14,00 às 16,00 horas
05/05/79	Inhacorá (Escola)	16,00 às 18,00 horas
06/05/79	São Luiz (Escola)	8,00 às 10,00 horas
06/05/79	Faxinal (Escola)	10,00 às 12,00 horas
06/05/79	São Judas (Escola)	14,00 às 16,00 horas
06/05/79	Vila Nova (Escola)	16,00 às 18,00 horas
12/05/79	Às Brancas (Escola Sady Kurtz)	8,00 às 10,00 horas
12/05/79	Às Brancas (Escola Rural)	10,00 às 12,00 horas
12/05/79	Maurício Cardoso (Escola)	14,00 às 16,00 horas
12/05/79	Linha Iracema (Escola)	16,00 às 18,00 horas
13/05/79	Linha Modesta (Escola)	8,00 às 10,00 horas
13/05/79	Rincão da Lage (Escola)	10,00 às 12,00 horas
7 a 11/05/79	Supermercado (cidade)	8,00 às 12,00 horas 14,00 às 18,00 horas
14/05/79	Supermercado (cidade)	8,00 às 12,00 horas
14/05/79	Supermercado (cidade)	14,00 às 16,00 horas

CORONEL BICACO

Dia	Locais	Horários
05/05/79	Sindicato T. Rurais de Redentora	8,00 às 17,00 horas
06/05/79	Sindicato T. Rurais de Cel. Bicaco	8,00 às 17,00 horas
12/05/79	Sindicato T. Rurais de Braga	8,00 às 12,00 horas
13/05/79	Campo Santo (Coronel Bicaco)	8,00 às 12,00 horas
13/05/79	Turvinho (Coronel Bicaco)	14,00 às 17,00 horas
7, 8, 9, 10, 11 e 14/05/79	Escritório da Unidade de Coronel Bicaco	7,15 às 12,00 horas 13,30 às 18,20 horas

MESÁRIOS IJUÍ

Dia 05/05/79 - Nelson Gelatti, Euclides Gabbi
 Dia 06/05/79 - Nilton Gödens, Adauto Manchini.
 Dia 06/05/79 - Germano Glitzier, Egon Heicoof.
 Dia 08/05/79 - Avelino Duarte, Adelmo Panembeker.
 Dia 09/05/79 - Zenir João Pascoal, Ruben Dario Cardoso.
 Dia 10/05/79 - Benhur C. Mafra, Leodoro Maturana.
 Dia 11/05/79 - Henrique Dudar, Augusto da Silva.
 Dia 12/05/79 - Silvino Goi, Wilson Döbler.
 Dia 13/05/79 - Armando Boniatti, Benjamin Lorenzoni.
 Dia 13/05/79 - David Lorenzoni, Aroldo Scheer.
 Dia 14/05/79 - Delmar Barriquello, Nelson Virili.

MESÁRIOS VILA JÓIA

Dia 06/05/79 - L. Tamiozzo e Elci Furlan.

Dia 13/05/79 - M. Lassen e Tranquilo Menegassi.
 Dia 06/05/79 - L. Tamiozzo e Elci Furlan.
 Dia 13/05/79 - A. J. Kremer e Aldori Andreatta.
 Dia 05/05/79 - Onório Burtet e Valdemar Libardi.
 Dia 07/05/79 - Juca Viane e José Athaide Conceição.
 Dia 08/05/79 - João Henrique e Jovêncio Pedroso.
 Dia 09/05/79 - Aldori Andreatta e Iban José Kremer.
 Dia 10/05/79 - Pedro S. Moura e Leonisio Tamiozzo.
 Dia 11/05/79 - Carlos Poletto e Ovídio Bazzan.
 Dia 12/05/79 - Cleiton Gonzales e Elói Schwertz.
 Dia 14/05/79 - Juvênio Pedroso, José Athaide Conceição e Leonisio Tamiozzo.

MESÁRIOS CHIAPETTA

Dia 05/05/79 - Alfredo Blass e Protásio Lottermann.

Dia 06/05/79 - Antoninho B. Lopes e Jacó Romano Thomé.
 Dia 07/05/79 - Epitácio R. Lopes e Euclides A. Bueno.
 Dia 08/05/79 - Nercy Ottonelli e Antônio Rutilli.
 Dia 09/05/79 - Romeu Backes e Eduardo Mattioni.
 Dia 10/05/79 - Alfredo A. Inhareski e Mariano Liesbinski.
 Dia 11/05/79 - Flávio M. da Rosa e Valdomiro Rutilli.
 Dia 12/05/79 - Antônio R. Lopes e Euclides A. Bueno.
 Dia 13/05/79 - Werno Waldemar Scherer e Mariano Liesbinski.
 Dia 14/05/79 - Alfredo Blass e Werno W. Scherer.

MESÁRIOS AJURICABA

Dias 05 e 06/05/79 - Walter Henrique Anthauer e Clementino Sperotto.
 Dias 07 e 08/05/79 - Neri Luiz Bona e Dair Fischer.
 Dia 09/05/79 - Emílio Uhde e Leonides Dallabrida.
 Dias 10 e 11/05/79 - Ernesto Ger-

ke e Izaltino Dallabrida.
 Dia 12/05/79 - Lucildo Colatto e Alberto Wiegert.
 Dias 13 e 14/05/79 - José Inocência e Olímpio Bandeira.

MESÁRIOS AUGUSTO PESTANA

Dia 05/05/79 - Albino Finckler e Egon Matte.
 Dia 06/05/79 - Erasmo Winkelmann e Valter Kogler.
 Dia 07/05/79 - Alfredo Wildner e Avelino Göttens.
 Dia 08/05/79 - Edvino Maroski e Luiz J. Bauer.
 Dia 09/05/79 - Lotário Bruinsma e Arno Goergen.
 Dia 10/05/79 - Osmar Gerhart e Rudi Schenkel.
 Dia 11/05/79 - Aldir Schneider e Adélio Zardin.
 Dia 12/05/79 - Sidio Felten e Erni Kern.
 Dia 13/05/79 - Osvaldo Bremm e Osvino Matte.
 Dia 14/05/79 - Pedro Guiotto e Ocenir Kraemer.

Observações gerais

Nos seminários e reuniões realizadas na área de ação pioneira da Cooperativa, para discutir a forma de eleição dos representantes, várias questões novas foram levantadas. Estas questões merecem ser aqui apresentadas para que todos tomem conhecimento antes e durante a realização das eleições:

1º) ASSOCIADO ANALFABETO - Ficou decidido que o associado analfabe-

to poderá delegar o direito do voto à sua esposa. Se a esposa também não souber escrever, o associado poderá pedir para uma pessoa da mesa receptora de votos ou a outro associado de sua inteira confiança, para que escreva na cédula o nome de seu candidato. Depois disso, o associado colocará suas impressões digitais na lista de votação que acompanha a urna, no espaço onde deveria assinar o nome.

2º) APELIDO - Não valerá o apelido do candidato escolhido quando houver confusão na identificação do voto. O associado deverá escrever o nome completo do candidato.

3º) ASSOCIADOS COM NOME E SOBRENOME IGUAIS - Quem desejar votar em pessoa que tenha homônimo (outro com o mesmo nome), deverá informar-se do número de matrícula e, ao votar, escrevê-lo ao lado do nome do candidato. Caso não consiga o número de matrícula poderá informar-se da data de nascimento.

Se, ainda, o eleitor não conseguir a data de nascimento de seu candidato, poderá distingui-lo de outro colocando, ao lado do nome, o núcleo (localidade) onde mora o candidato.

4º) PARCERIAS - Quando o associado for uma parceria, os parceiros entre si escolherão um dentre eles para votar. A parceria somente terá direito a um voto. No entanto, todas as pessoas da parceria poderão ser votadas individualmente.

5º) Os demais casos omissos serão decididos pelas mesas receptoras de votos e pelos escrutinadores.

UM NEGÓCIO COMPLICADO POR DISCUTIR (E RESOLVER)

Vinha mais gente na reunião se avisavam pelo rádio que a Cooperativa ia dar pelo menos mais Cr\$... 200,00 de bonificação para quem fez semente de soja.

Isso é o que dizia o associado Vitorino Toso no início de uma reunião no núcleo da Linha 21, em Ajuricaba, onde iria se tratar exatamente do problema de produção de semente e das reclamações quanto à bonificação recebida na safra passada.

Este tipo de encontro, promovido pelos Departamentos Técnicos e de Comunicação da Cotrijuí, aconteceu em todos os municípios da região pioneira da Cooperativa. O objetivo era saber das reclamações e sugestões dos associados no sentido de aperfeiçoar a produção de semente e ainda levar para eles todos os dados sobre a safra passada e as razões da bonificação não ter alcançado exatamente as expectativas dos associados.

No jornal do mês passado já foram publicados os números finais sobre a quantidade de semente recebida pela Cotrijuí (754.058 sacos), a semente bonificada (566.539 sacos) e a efetivamente comercializada (396.433 sacos). E se colocava também o método adotado para definir os padrões de classificação desta semente, pois muitos associados não estavam entendendo direito o porquê de sua semente ter ficado num padrão abaixo daquele esperado e assim ter recebido uma bonificação menor. Tudo isso voltou a ser dito nas reuniões, numa tentativa de falar direto ao produtor, discutir e esclarecer todos os pontos de dúvidas.

ATRASO DA BONIFICAÇÃO

Uma das reclamações que os técnicos ouviram em Santo Augusto, na Linha São Jacó, foi sobre o atraso no pagamento da bonificação, que só começou a acontecer no final de janeiro. Disse Reinoldo Bartz:

— A Cooperativa deve ter negociado com o dinheiro enquanto a gente esperava que pagassem. O mais certo era dar a bonificação em dezembro, antes do Natal, pelo menos, porque é bem na época em que mais se precisa do dinheiro.

O agrônomo Antônio Vieira dos Santos, da Unidade, foi quem explicou a demora: primeiro um atraso no plantio da soja, o que retardou a compra de sementes pelos



Nas reuniões os técnicos buscavam sugestões dos produtores ...

associados. Depois problemas com a comercialização que estava sendo realizada com o Paraná, onde as normas de padrão de produto são bem mais rigorosas que aqui. O que deu de semente aprovada no Rio Grande do Sul que os paranaenses não queriam aceitar, não dá nem para calcular. Eles são tão mais exigentes, que enquanto a CESH (Comissão Estadual de Sementes e Mudanças) aqui do Rio Grande admite até 15 grãos de soja de outra variedade em cada amostra de meio quilo analisada no laboratório, a Comissão Paranaense admite só 5. Toda esta confusão de norma para cá, norma para lá (a CESH apenas a partir da safra passada faz a exigência de 15 grãos no Estado), levou um tempo bem grande para ser desenrolada. Enquanto isso não saía a bonificação, pois não se tinha como calcular a quantidade de semente vendida e assim fazer a divisão do bolo entre os produtores. E sendo ainda a comercialização menor do que o número de sacos classificados e para bonificar, este bolo ficou também mais dividido, ficando pouco para cada associado.

A MISTURA E OS PADRÕES

E exatamente esta dificuldade em colocar semente em outros mercados, além de entre os associados da Cooperativa, é que levou os técnicos a considerarem a mistura varietal para definir os padrões de classificação. É claro, eles explicam, que só venderemos semente para outros Estados, quando sobrar o produto por aqui. Volta a falar o Antônio:

— Todos vocês vão me confirmar que o problema de mistura é uma coisa antiga e um problema

muito sério na produção de semente. Uma amostra, por exemplo, que nós mandamos ao laboratório da CESH, em Porto Alegre voltou com o resultado de que quase a metade da soja analisada era de variedades diferentes. E não era só Bragg misturada com Bossier. Tinha também no meio Missões, Santa Rosa e assim vai.

Os padrões de semente, que só chegavam até o número 3, vão agora até o número 5, desde a decisão de considerar também a mistura de variedades. Com essa alteração alguns associados concordam, por achar mais justo dar também uma bonificação aos produtores que não conseguem deixar de lado tão fácil o problema da mistura. Já outros pensam que seria melhor deixar só em três padrões de semente, forçando assim uma melhora mais rápida na qualidade. É um assunto por discutir, pois eliminar totalmente a mistura é uma coisa que pode levar tempo.



... e ouviram também muitas reclamações sobre a bonificação

O seu Gilberto Scheiraider, da Linha São Jacó, pediu uma explicação para o que lhe aconteceu. Ele fez semente de uma lavoura de IAS-4, que inclusive ia entregar como soja comércio. Como os técnicos disseram que servia para semente ele ensacou assim mesmo, de cima do caminhão. Mas não é bem isso que ele estranhou. Metade da produção ele entregou no seu nome e a outra no nome do sogro. A sua parte deu padrão 3 e a do sogro deu padrão 2.

Pode parecer coisa mal feita. Mas não é bem assim. É o Antônio de novo quem explica: tudo depende da amostra. Apesar de ser a mesma soja, a amostra é diferente. Seu azar é que a parte recolhida como sua amostra tinha mais mistura que na do sogro. E isso que na hora de recolher a amostra, o pessoal dos armazéns tira um pouco de cada canto, para dar uma idéia mais ou menos geral de como é o produto. Isso quem acompanha a classificação quando é chamado na Cooperativa, sabe muito bem.

CAPRICO NA PRODUÇÃO

Os associados têm dito nestas reuniões que é muito certo exigir capricho na produção de semente para evitar as misturas tanto de outras variedades como de grãos de invasoras, como o feijão miúdo, a guanxuma, o picão. Diz o seu Vitorino Toso:

— Quanto a exigência de pureza, de capricho, isto está muito certo. A semente tem que ser boa, mas a bonificação também.

Alguns até acabaram se oferecendo para tentar purificar uns trechos pequenos de lavoura, onde os cuidados desde o plantio devem ser

bem maiores. Depois na época da floração, é preciso passar de tempo em tempo entre as fileiras e ir tirando toda flor que tem uma cor diferente da variedade plantada. E na colheita, então, nem se fala. Desmontar a automotriz, se for preciso, para não deixar um grãozinho sequer de outra variedade perdido lá pelos cantos. E saiu até um comentário lá em São Jacó, feito pelo Helmuth Seifer

Vamos precisar botar até uma placa para as abelhas não entrarem nestas lavourinhas purificadas, pois elas pulam de uma flor para a outra.

O EXCESSO DE SEMENTE

Como já deu para ver, os técnicos se passaram um pouco no número de lavouras certificadas para a produção de semente. Tanto que dos 754.058 sacos que entraram na Cooperativa, só 566.539 chegaram a ser classificados. Eles explicam que devido a seca e má qualidade do produto que estava para ser colhido, tinham medo que não houvesse semente que chega. E foram procurando mais lavouras em condições de aprovar. Este ponto foi muito comentado em todas as

reuniões, com os associados vendo exatamente aí a causa da baixa bonificação que receberam (uma média de Cr\$ 32,00 por saco). Mas na sua maioria concordaram que é quase melhor sobrar semente do que faltar. Aí sim a briga ia ser feia.

Nas reuniões também se comentava a existência de um Conselho de Produtores na Cooperativa, que andou meio desativado na safra passada. A função deste Conse-

lho era conversar com os técnicos, sugerir medidas a serem tomadas quanto a produção de semente, que variedades deveriam ser mais incentivadas, de acordo também com as preferências dos agricultores, dar opinião sobre a bonificação e assim por diante. Mas o negócio não funcionou muito bem com a soja e os resultados estão aí. Por isso se perguntou aos associados sobre as possibilidades de reativar o Conselho,

ou ainda que outras formas eles teriam como sugestão para que a produção de semente, que é um negócio bem complicado, pudesse satisfazer melhor todo mundo, tanto os produtores de semente como os outros, que só plantam soja e trigo para entregar como comercial.

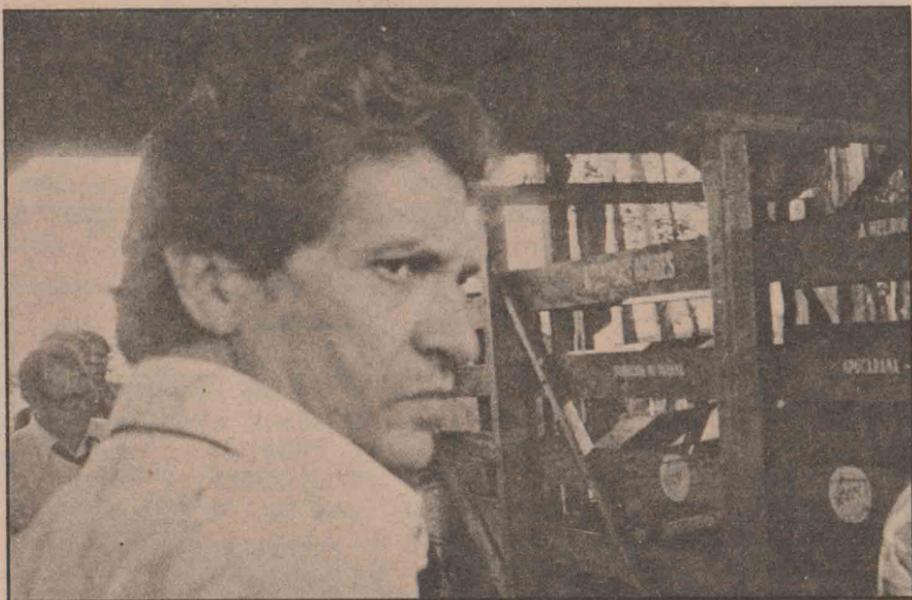
Para continuar a discutir o problema foram escolhidos em cada núcleo alguns representantes que continuarão a conversar sobre o assunto e então decidir mais coisas, como o Conselho de Produtores, normas de produção de semente dentro da Cotrijuí, indicar algumas lavouras de sua localidade que poderiam ser aproveitadas como semente, etc. O que ficou bem claro também, pode ser entendido só com as palavras do associado Waldemar Höring, de Santo Augusto:

— O produtor de semente tem que ser fiscal de si mesmo. De nada adianta ele levar o técnico para ver umas curvas de sua lavoura, uns trechos, ou caminhar por tudo com ele até que ele aprove, se o produtor mesmo não está convencido que tem que caprichar. O técnico é para ajudar o agricultor a produzir mais e melhor e não para ficar fiscalizando o que ele faz.



Na safra passada sobrou muita semente. A bonificação, então, foi menor para todos

A VISITA DO SECRETÁRIO



O Secretário visitou o CTC ...



... e ficou impressionado com as forrageiras

"Saio daqui impressionado com tudo o que vi e ouvi. E tenho certeza de que esta não será minha primeira e última visita. A Cotrijuí está de parabéns".

Estas foram as palavras do secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, Balthazar de Bem e Canto, após um dia inteiro de visitas às instalações e ao Centro de Treinamento da Cooperativa, no dia 18 de abril. Foi a primeira vez que um Secretário da Agricultura do Estado visitou a Cotrijuí assim, passando conosco um dia inteiro.

O Secretário chegou na manhã do dia 18, uma quarta-feira, e ouviu uma explanação sobre todas as atividades e setores da Cooperativa, em palestra proferida pelo presidente, Ruben Ilgenfritz da Silva, no auditório. O presidente contou ao Secretário a história da Cooperativa, desde a fundação, em 1957, com 20 agricultores, até os dias de hoje, quando o quadro social é de aproximadamente 18 mil sócios e a área de ação se expandiu, atingindo até mesmo outros estados, como o Mato Grosso e o Pará, na Amazônia.

Após a palestra do Ruben, três integrantes do Departamento Técnico falaram ao dr. Balthazar de Bem e Canto sobre alguns dos programas de diversificação. O agrônomo Hélio Pohlmann falou sobre a horticultura e a sua importância

para as pequenas propriedades. Depois, seu colega, Rivaldo Dhein, discorreu sobre o programa de forrageiras, abordando algumas das dificuldades enfrentadas neste setor, como, por exemplo, as limitações do crédito.

Otaliz Montardo, médico-veterinário, falou sobre o leite, programa de diversificação que despertou bastante interesse no Secretário da Agricultura. Na ocasião, Otaliz explicou os problemas que o produtor de leite enfrenta, como as estradas mal conservadas, a quebra da safra durante o inverno, etc.

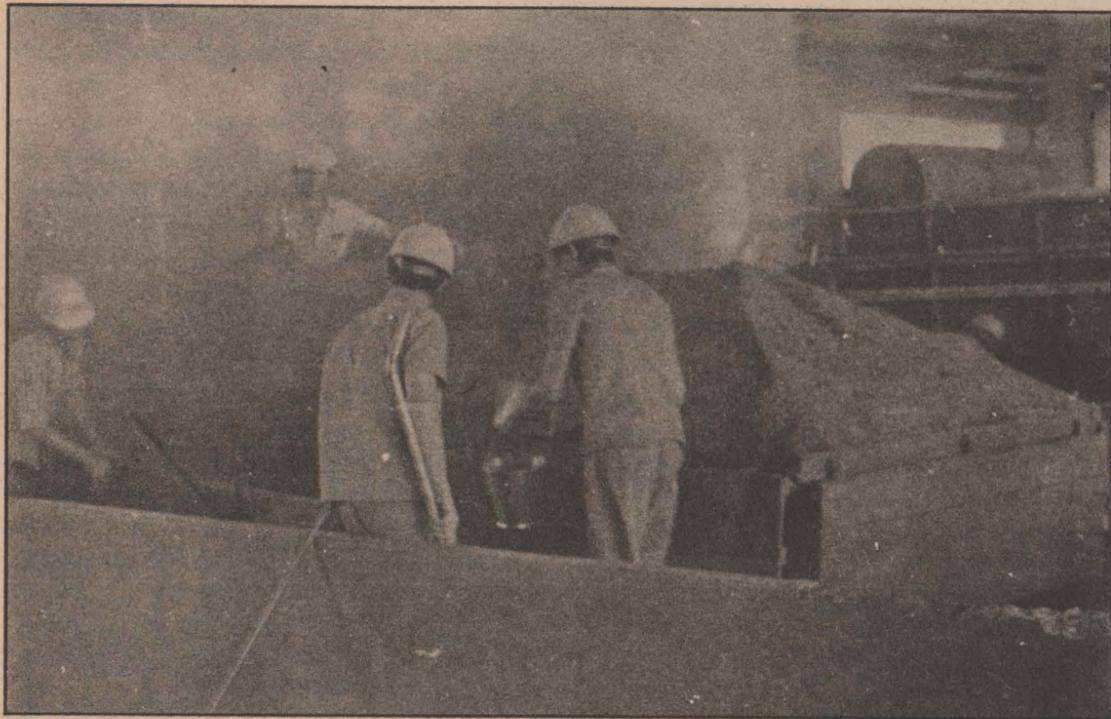
Finalmente, o agrônomo Becklerc de Oliveira, mostrou ao Secretário os primeiros resultados do programa de novilho precoce.

CTC

À tarde, após almoçar com a direção da Cooperativa e as autoridades municipais de Ijuí, o dr. Balthazar de Bem e Canto visitou o Centro de Treinamento da Cotrijuí, onde demonstrou surpresa ante os resultados dos experimentos realizados com forrageiras e, ainda, com o programa do novilho precoce.

Antes de seguir viagem, o Secretário da Agricultura afirmou que os problemas apresentados e debatidos pela direção e técnicos da Cotrijuí serão objeto de estudos mais profundos por parte da Secretaria da Agricultura.

QUEM SABE DIREITO DOS DESCONTOS FEITOS NA SOJA?



Na hora do descarregamento também se recolhe uma amostra do produto

Que a Cooperativa faz descontos de umidade e impureza sobre a soja entregue para comercialização não é nenhuma novidade. Estes descontos, porém, não são feitos assim "a Deus dará". Existem tabelas elaboradas depois de estudos, onde são definidas as proporções de descontos que podem ser aplicadas. No caso das impurezas, a tabela é sempre a mesma para qualquer produto que entra na Cotrijui. Já umidade é diferente, existindo uma para cada produto, exceto no caso das forrageiras, por exemplo, que são um caso novo de recebimento e não foram realizados ainda os testes necessários para definir uma tabela.

Mas por que os descontos? É que depois de receber a soja, neste caso em que estamos analisando as condições de recebimento, a Cooperativa vai comercializar esta produção. E quem vai comprar este produto — as indústrias — fazem uma série de exigências quanto à sua qualidade. Daí surgem as tabelas e, às vezes, as dúvidas e confusões.

Todo ano os descontos sobre o produto entregue na cooperativa são sempre um ponto de dúvidas. O associado olha o Recibo de Entrega de Produto, que lhe é entregue depois de descarregar a soja na moega, e fica olhando aqueles números que aparecem mostrando os descontos de impurezas e umidade. Mas será possível? Tudo isto de desconto? As dúvidas só ficam esclarecidas quando ele recebe a nota fiscal, onde aparecem, então em porcentagens e quilos os descontos realmente efetuados. No recibo de entrega, é bom lembrar, os números que indicam a impureza são em gramas encontradas em cada amostra de meio quilo e os de umidade são em graus. Mas para entender direitinho como é calculado este desconto só olhan-

do as tabelas que a Cooperativa elabora.

QUEBRA TÉCNICA

Bom, em cada carga entregue, existe já um desconto padronizado de um por cento, que é quebra técnica. Quer dizer, se o peso líquido do produto entregue for 5.000 quilos, o desconto de quebra técnica é de 50 quilos. Ele é feito porque se perde uma parte do produto desde o momento em que ele é descarregado nas moegas até o momento em que ele chega nas indústrias de esmagamento de soja. Se perde um pouco na armazenagem, outro pouco no transporte, e assim por diante. Além disso, ao entrar na Cooperativa, a soja apresenta um determinado grau de umidade, que, com o tempo é reduzido, diminuindo então o peso real do produto, porque, como

		cooperativa regional tritícola serrana Ltda. POSTO - 01 **IJUI				POSTO IJUI ENDEREÇO AV. PORTO ALEGRE, 995 S. SUL CGCMF 90.726.506.0016 - 51 NATUREZA RECEBIMENTO		CIDADE IJUI CGCICM 065 - 001856.7 TRANSP. RODOVIÁRIO					
RECEBIDO DE						MATRÍCULA 2295.15		NOTA FISCAL DE ENTRADA					
NOME: CARLOS FENGLER						CIDADE IJUI		SÉRIE ÚNICA					
ENDEREÇO: VILA CEL BARROS						ESTADO RS		NÚMERO 013401					
MUNICÍPIO: IJUI						CGCICM 065 - 103002.1		DATA EMIS. 15/04/79					
CGCMF:								1ª VIA - ASSOCIADO					
PRODUTO	MODALIDADE	UNID.	P.H. %	G.UMID.%	IMP.%	SACARIA	BRUTO	TARA	PESO LÍQUIDO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL		
SOJA	1.	PR. MÉDIO	KG	15,0	0,6		10.550	4.970	5.580	3,50			
DESCONTOS													
UMIDADE	IMPUREZA	SACARIA	Q. TÉCNICA					PESO DESCONTOS	PESO TOTAL	VALOR LÍQUIDO			
84	33		56					173	5.407	18.924,50			
DEDUÇÕES													
CAPITAL		FUNRURAL		CUSTEIO						TOTAL DEDUÇÕES			
TAXA	VALOR	TAXA	VALOR	TAXA	VALOR	TAXA	VALOR	TAXA	VALOR	TAXA	VALOR		
											0,00		
N. FISCAL PRODUTOR 253544		RECIBO ENTREGA NÚMERO 19499 DATA 14.04.79		CRÉDITO DE I.C.M., QUANDO DE DIREITO, CALCULADO A								VALOR DA NOTA	
				ALÍQUOTA DE % - Cr\$								18.924,50	
TRANSPORTADOR VIDE RECIBO DE ENTREGA		FUNRURAL - RETENÇÃO E RECOLHIM. DE RESPONSABILIDADE DA COTRIJUI											
ENDEREÇO		MUNICÍPIO: ESTADO:											
PLACA VEÍCULO		EMITIDA EM 4 VIAS POR PROCESSAMENTO DE DADOS											

Observando esta nota fica bem mais fácil de entender os descontos. Como o grau de umidade (compare no recibo ao lado) é de 15,0 pontos, foi feito um desconto de 1,5 por cento (confira na tabela de umidade), que correspondem nesta carga de 5.580 quilos a 84 quilos. As impurezas sofreram um desconto de 0,6 por cento, pois pesaram 8 gramas na amostra de meio quilo, trazendo uma diminuição de 33 quilos no peso. Os 56 quilos que ainda aparecem são referentes à quebra técnica, onde o desconto é sempre de 1 por cento.

NÃO SÓ ECONOMIA DOMÉSTICA

Dando continuidade à matéria iniciada na edição de março, passaremos a partir desta edição a focar núcleo por núcleo, dentro das características de cada um.

NÚCLEO DA LINHA 6 NORTE - PIRATINI

Em 1º de setembro de 1977 realizou-se a primeira reunião neste núcleo, onde participaram homens, mulheres e jovens. Esta reunião aconteceu devido a inúmeras solicitações das representantes deste núcleo, as senhoras Gertrudes Comander e Olinda Ketzler. Os principais assuntos discutidos foram: a participação da família na vida cooperativa, comercialização, assistência social e o valor da soja como alimento.

Este grupo, já se reunia uma vez por mês para preparar algumas receitas culinárias não conhecidas por todas participantes, planejar as comemorações do ano, assim como comemorar os aniversários do mês.

Ainda em setembro de 1977, foi realizada outra reunião com o grupo, desta vez, porém, referente à pecuária leiteira.

Em fevereiro de 1978, representando a linha de leite da região norte, as senhoras Gertrudes Comander e Ingrid Becker participaram de uma viagem de Estudos realizada às propriedades dos associados da Cotrijuf, Élio Grenz e Ali-



Na viagem de estudos à cooperativa de Languiru, as lideranças do núcleo visitaram propriedades leiteiras da região.

pio Friederichs, pertencentes ao núcleo de Alto da União. Elas visitaram também as cooperativas de leite de Languiru, Carlos Barbosa e Nova Petrópolis. Além desta excursão as lideranças participaram ainda do 1º Encontro Cooperativo de Núcleos de Senhoras, realizado em dezembro de 1977, e do 2º Encontro, que aconteceu em setembro de 1978.

Em 26 de outubro de 1978 participou-se novamente de um encontro mensal deste núcleo, dentro do esquema que o grupo vinha se reunindo independente de nossa colaboração.

A partir deste encontro o grupo começou a manifestar maior interesse em discutir outros assuntos além daqueles ligados à área de Economia Do-

méstica. Solicitaram também, se possível, a participação mensal de um elemento do setor de Comunicação e Educação da Cotrijuf.

Em 23 de novembro de 1978, o encontro tinha como principal objetivo realizar o trabalho até então desenvolvido e planejar dentro da realidade do núcleo os encontros para 1979. Como fruto deste encontro aconteceu uma reunião conjunta em dezembro de 1978, para discutir o problema da acidez do leite e cooperativismo.

A TAL DA MATEMÁTICA MODERNA

Em 23 de março de 1979, quando dávamos continuidade ao planejamento feito em novembro de 1978, no qual o grupo sugeria, entre outros assuntos relacionados a vida da cooperativa, a realização de "um curso ou estudo sobre matemática moderna, para que o agricultor e sua família possam resolver os seus problemas sozinho sem a ajuda de pessoas estranhas".

O assunto gerou uma discussão ampla, onde o grupo se perguntava e colocava: "Será que um curso de matemática moderna vai resolver nosso problema?" "A matemática mo-

derna não se adapta à nossa realidade!" "Na nossa comunidade temos casos de pais terem tirados seus filhos da Escola porque estes alunos não estavam tendo proveito mesmo após a 5ª série".

Uma participante que teve oportunidade de concluir a 8ª série do 1º grau salientou: "Me lembro que eu tive juro, regra de três, porcentagem, mas foi muito pouco, porque se meu pai me pede para fazer algum destes cálculos para ele, sinceramente eu não sei". Essa colocação foi complementada e confirmada pelos demais elementos do grupo.

Após longa discussão, foi perguntado se o grupo já tinha colocado o assunto em reuniões do Círculo de Pais e Mestres. Salientaram: "tentamos mas não fomos ouvidos, então não participamos mais. Então o que queremos lá nestas reuniões?"

Foi destacada a necessidade da comunidade reunir-se e tentar resolver o problema juntamente com o círculo de pais e mestres, pois se o problema realmente existe, é necessário procurar soluções ou omitir-se em função de fatos passados.

O grupo foi unânime em afirmar: "Vamos começar novamente a participar das próximas reuniões do Círculo de Pais e Mestres e tentar resolver o problema".

DIVERSIFICAÇÃO

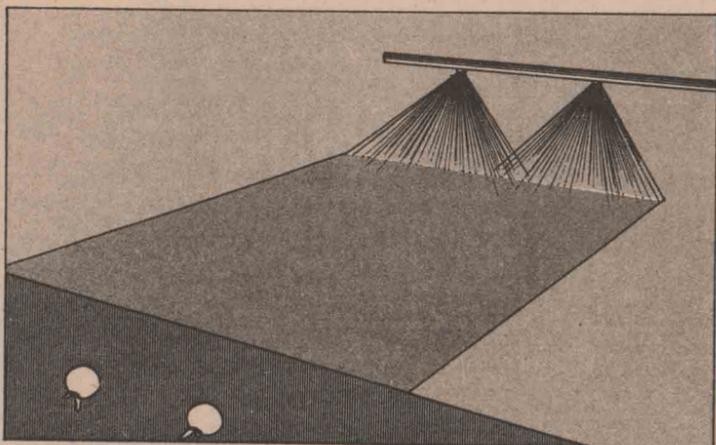
Em termos de diversificação o grupo concluiu: "É preciso diversificar para termos uma garantia de produção em nossa propriedade, mas diversificar não é substituímos a soja pelo leite. É importante que se faça uma rotação de culturas".

Com relação à Pecuária Leiteira o grupo relatou um fato: "Temos produtores em nossa linha, que por ser muito cedo o horário da coleta do leite, vendem sempre o leite do dia anterior que guardam na geladeira. Estes produtores vão fazer com que aquele leite fresco e limpo que entregamos mais tarde vá ficar ácido, nos prejudicando, porque todos nós produtores estamos deixando de ganhar dinheiro com isto". E concluíram: "Temos que tomar uma atitude, vamos começar a fiscalizar e decidir alguma coisa em relação a estes casos, ou todos terão que aumentar a produção para podermos dividir a linha e o freteiro começar a coleta mais tarde." "E também gostaríamos de participar de alguma reunião com os freiteiros".

As lideranças deste grupo salientaram: "quando acharem importante que nós participemos de reuniões de outros núcleos de senhoras e filhas de associados, avisem-nos que iremos a Ijuí e vamos com vocês até os núcleos". O consenso deste núcleo é que a parte prática do encontro é importante, porém a segunda parte é muito mais rica pelos assuntos trazidos para discussão, procurando desenvolver sempre mais a pessoa como SER.

Plantador de soja!

Da próxima vez que você for incorporar a sua mistura de herbicidas, pense na segurança. Pense Dual.



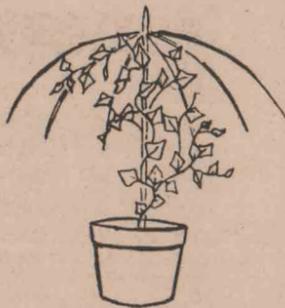
As misturas com Dual são aplicadas logo após o plantio e não são incorporadas. Portanto, o produto fica longe das delicadas sementes de soja em germinação. Com Dual, você fica mais seguro. É uma questão de bom senso!

Dual, o herbicida para soja tão moderno que dispensa incorporação.

CIBA-GEIGY



UM ARRANJO ORIGINAL



Aquele esqueleto velho de guarda-chuva que você vai jogar fora pode ser transformado num arranjo para sua casa. Pegue o esqueleto, abra-o, limpe-o, podendo inclusive lixá-lo ou pintá-lo. Depois finque-o na terra de um vaso, como mostra

a gravura. Plante uma trepadeira qualquer, e pronto. A planta irá crescendo e subindo pela formação do guarda-chuva, transformando-se num lindo e original arranjo.

PENTES E ESCOVAS BEM LIMPINHOS

Procure limpar suas escovas de cabelo toda a vez que lavar a cabeça. Assim, você não vai passar a poeira que se acumula nos pêlos da escova para o cabelo limpo. Antes de mais nada, passe um pente grosso pela escova para retirar os fios que ficam presos. Mergulhe então a escova numa bacia com água quente, sabão, e algumas

gotas de amoníaco. Deixe por 10 ou 15 minutos. Também pode-se usar álcool em vez de amoníaco. O álcool, além do mais, serve como desinfetante. esfregue bem com uma escovinha, enxágüe e enxugue com um pano grosso de algodão. Para limpar pentes use o mesmo método.

MALAS DE COURO

As malas de couro ou aquelas que tem reforços de couro exigem cuidados especiais. Retire primeiramente o pó e depois aplique um pouco de cera incolor no couro. Depois é só lustrar com uma escova e um pano macio.

Banco agrícola. Agrícola?

"Ao contrário do que se poderia esperar, o setor agropecuário foi o menos favorecido pelas aplicações do Banco do Brasil em 1978. Do total dos empréstimos realizados pelo BB no ano passado, a indústria ficou com 40,5 por cento, outras atividades com 48,1 por cento, e a agropecuária com apenas 33 por cento, segundo dados do relatório anual do Banco, que está em fase de elaboração".

A notícia sobre as aplicações do Banco do Brasil em 1978 foi publicada pelo jornal *Folha da Manhã*, de Porto Alegre, em sua edição de 14 de fevereiro de 79. Ainda segundo aquele jornal, "o crescimento nominal das inversões do BB na Agricultura durante o ano passado foi de apenas 31 por cento, muito abaixo da taxa de inflação do mesmo período".

O fato não chega a surpreender totalmente aos produtores rurais, há muito acostumados com a política agrícola executada pelo Banco do Brasil. O que surpreende são as explicações contidas no relatório para o pequeno cres-

cimento dos investimentos do Banco na agropecuária.

De acordo com o relatório, essa redução "já era esperada, pois a tendência é reduzir gradativamente os créditos subsidiários e aumentar a participação dos recursos próprios nos programas rurais".

Ora, é sabido que o crédito do Banco do Brasil não é tão abundante assim. De acordo com o ex-diretor de Coordenação e Execução da Política de Crédito Rural do Banco do Brasil, Antônio Alvares da Silva, "mais ou menos 80 por cento das propriedades rurais não são atingidas pelo crédito rural".

Além disso, "apenas um por cento dos contratos absorve atualmente 39 por cento dos recursos alocados para a atividade (rural), enquanto 83 por cento dos contratos são contemplados com apenas 18 por cento do total".

Diante dessas declarações do próprio diretor do Banco do Brasil, como então, pode pensar o banco oficial em reduzir gradativamente os créditos subsidiários à Agricultura?

Recados

Voltamos a lembrar aos senhores associados que a vaca de leite necessita de maior volume de forragem no inverno do que no verão, para manter a mesma produção de leite.

§ § §

Como estamos em plena época de plantio das forrageiras de inverno, informamos que a Cooperativa dispõe, em qualquer quantidade, sementes de Aveia, Centeio e Azevém.

§ § §

O associado que quiser recuperar alguma área de sua lavoura encontrará, também, sementes de Tremoço, para adubação verde.

§ § §

Os senhores associados inscritos para produ-

ção de sementes de forrageiras, devem manter contato com o Setor de Forrageiras, do Departamento Técnico, confirmando as áreas e as espécies, para posterior inscrição na SESF-RS.

§ § §

No dia 13 de maio, a Comunidade Evangélica de Chiapetta estará promovendo uma festa com fins beneficentes (conclusão do galpão comunitário). A animação estará a cargo do conjunto *Os Coringas*. A programação tem início às 10 horas da manhã, com a realização do culto. Depois, às 12 horas, haverá churrasco e, durante toda a tarde, festejos populares ao contento de todos.

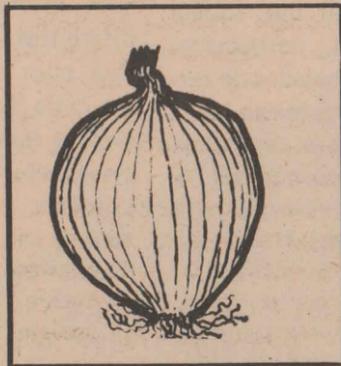
Alguns defensivos agrícolas podem até mesmo causar o câncer. Muito cuidado, então, ao aplicá-los.

A LAVOURA NO MÊS



FEIJÃO

As condições climáticas estão favoráveis para o bom desenvolvimento do feijoeiro do cultivo da safrinha. As lavouras estão em quase sua totalidade na fase de enchimento dos grãos, com as plantas apresentando uma boa carga de vagens. Se permanecerem estas condições, pode-se prever que aqueles produtores que optaram pelo plantio de safrinha, conseguirão obter um bom resultado. Só que serão poucos os produtores beneficiados, pois este cultivo não é muito realizado na região, em consequência de vários resultados negativos em anos anteriores.



CEBOLA

As mudas de cebola,

cuja sementeira ocorreu durante o mês de março, podem agora ser transplantadas, dependendo de seu tamanho. A boa muda de cebola deve ter um diâmetro (espessura) de aproximadamente um lápis, ou pouco menos, para apresentar bom vigor e formar uma planta forte, com boas condições para a produção. Para facilitar a operação de transplante, pode-se podar as raízes, evitando que fiquem mal colocadas no novo local. No momento de fazer a poda das raízes, deve-se também cortar os pontos da parte aérea, para que se mantenha o equilíbrio das plantas. Uma prática de grande utilidade é suspender a irrigação das mudas 4 a 5 dias antes do transplante, para que diminua o crescimento e aumente a resistência. Molha-se só, e abundantemente, apenas no dia anterior ao transplante. Nestas condições a eficiência da muda aumenta muito e se tem melhor padrão de lavoura.

LENTILHA

Sobre a lavoura de lentilha passaremos a fornecer as informações básicas neste quadro, por ser uma cultura de inverno que muitos produtores podem desenvolver em pequenas áreas. O local da lavoura deve ser relativamente seco, não muito argiloso e sem apresentar um

alto teor de matéria orgânica.

O período de sementeira vai de fins de maio a junho, usando aproximadamente 50 quilos de semente por hectare. O espaçamento entre linhas é 50 sementes por metro linear e tem apresentado bons resultados.



ALHO

Estamos agora no último período para o plantio do alho, onde devem ser observadas as recomendações do mês anterior. Para as lavouras plantadas no mês passado, cujas plantas já estão com até 5 centímetros de altura, é conveniente observar desde cedo a incidência de invasoras, que prejudicam muito quando a planta é ainda frágil e sem condições de competir pela água e luz.

As recentes chuvas provocaram a compactação do solo, pelo que se recomenda a escarificação ou capina, para quebrar a crosta endurecida do solo, aumentando assim o arejamento e facilitando o desenvolvimento das raízes.

PARA AS DOENÇAS DO TRIGO: DITHANE M-45 E KARATHANE

Triticulador, não deixe as doenças do trigo prejudicarem sua colheita e seu lucro. Use Dithane M-45 e Karathane. Dithane M-45 controla as ferrugens, septoríoses e a helmintosporiose. Karathane controla o oídio. É preciso produzir mais para importar menos. Lucra você, lucra o Brasil.



COISAS DA TERRA

Na enxurrada do ano passado, aí por meados de novembro, quando recém estavam lançadas as sementes de algumas variedades precoces de soja, muita coisa curiosa aconteceu.

Lucídio Hermann e Recieri Milani, por exemplo, dois agricultores vizinhos cujas terras estão quase na divisa entre o Rincão dos Góis e o Arroio das Antas, puderam observar que a chuva tinha causado efeitos diferentes em suas propriedades:

"Aqui na minha área, a chuva levou mais de um palmo de terra e eu tive que replantar uma boa parte do soja. Foi coisa impressionante", recorda Lucídio. Enquanto isso, Milani não teve trabalho praticamente: "A enxurrada não derrubou nenhum terraço da minha propriedade", diz ele, com um ar de triunfo no rosto.

À primeira vista, o episódio ocorrido entre os dois vizinhos parece um pouco inexplicável. Afinal de contas, as terras de Milani e Lucídio ficam lado a lado, não há nenhuma diferença de solo. Mas, quando a gente vai olhar a coisa mais a fundo, pode entender direito o porque da diferença.

Lucídio, como quase todos os agricultores da região, planta soja e trigo nas suas terras. E, depois de colhido o trigo, queima a palha para poder plantar a soja. Recieri Milani, entretanto, faz diferente:

"Há 20 anos que eu não planto trigo e nunca usei calcário na minha terra", explica ele.

EXEMPLO

Este ano, apertado pela frustração da safra de soja, Milani vai plantar trigo. E seu rosto fica tranquilo quando diz isso. O vizinho Lucídio é quem dá a explicação para a tranquilidade de Milani:

"Fomos nós, os vizinhos, que insistimos com ele para que plantasse trigo. Afinal, a terra dele está como manda o figurino e nós queremos ver mesmo se as técnicas de conservação de solo estão certas".

Ninguém, tanto no Rincão dos Góis como no Arroio das Antas, duvida da boa colheita de trigo que Milani vai ter. As dúvidas giram apenas em torno dos números: uns, como Olavo Hermann, pai de Lucídio, dizem que Milani vai colher 19 sacos de trigo por hectare — um número por si só já bastante acima da média de toda a região. Outros, porém, acham que, se o tempo ajudar, Milani pode colher até 30 sacos por hectare.

Antes mesmo da colheita, porém, o caso de Milani já está servin-

do de exemplo para os vizinhos:

"Eu nunca mais vou queimar a palha do trigo. Quando chegar a hora de plantar soja, vou plantar direto em cima da palha picada", afirma Lucídio. E ele explica: "Senão, dentro de 4 ou 5 anos a gente não tem mais terra para plantar".

A DIFERENÇA

Ao saber da decisão de Lucídio Hermann, Valter Colombo, técnico agrícola que administra o Centro de Treinamento da Cotrijuí, dá um sorriso de aprovação e diz: "só o fato de não queimar a palha do trigo já vai ajudar bastante na conservação do solo".

Colombo sabe do que está falando. É ele o responsável por um longo e importante trabalho que está sendo realizado no CTC, em conjunto com a Secretaria da Agricultura, para avaliar as perdas com erosão pela chuva natural.

O trabalho de Colombo tem um prazo de 15 anos para terminar. Mas antes disso ele já pode revelar alguns dados que deixam a gente de queixo caído.

"Tomando-se como exemplo a chuva que caiu entre os dias 16 e 18 de abril, que foi de 166 milímetros, a gente pôde constatar que aquela área que estava nua, descoberta, perdeu mais de 28 toneladas de terra por hectare. E na área onde havia soja com plantio direto, em cima da palha picada do trigo, a perda foi de 214 quilos por hectare, ou seja, quase 29 vezes menos", afirma Colombo.

Mas como será que Colombo possui estes dados? É ele mesmo quem vai explicando:

"Nós temos oito parcelas (canteiros) com diferentes culturas e diferentes sistemas de plantio. Em cada canteiro há uma canaleta, por onde escorre a água das chuvas, indo até um tonel, onde fica de-

positada. Mais ou menos seis horas depois de cada chuva nós medimos a quantidade de água e terra existente no tonel. E assim podemos estimar o quanto cada tipo de cultura e cada tipo de plantio perde com a chuva".

As parcelas foram cultivadas numa área idêntica a de toda esta nossa região: é o mesmo solo e o mesmo declive médio, de 9 por cento.

VÁRIOS PLANTIOS

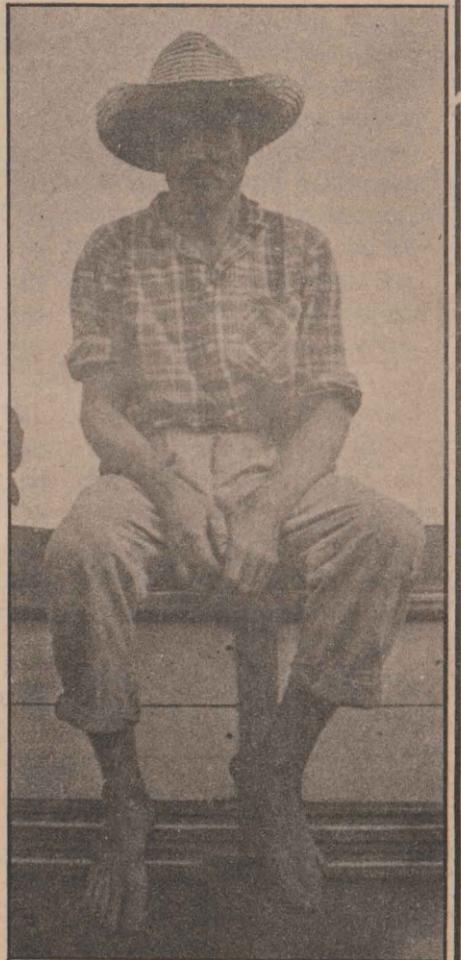
Os oito canteiros estão assim divididos: dois com forrageira perene de verão (setárea com siratro e alfafa), três com soja, dois com milho e um totalmente descoberto, sem qualquer cultura.

Os três canteiros que contém soja foram cultivados com três sistemas diferentes. Um deles, é o sistema convencional de plantação: uma lavra e duas gradagens, incorporada a palha do trigo; o segundo é com a soja plantada em cima da palha do trigo, depois de picada, o chamado plantio direto; e o terceiro, com a soja plantada depois de queimada a palha do trigo.

As duas parcelas plantadas com milho também têm sistemas diferentes de plantio: uma delas, está com o milho plantado direto em cima da aveia; a outra, teve uma lavra e duas gradagens em cima da aveia para depois receber o milho. Também aí as diferenças são gritantes: na primeira parcela plantada com milho, aquela do plantio direto, não houve perda de terra com a chuva que caiu entre 16 e 18 de abril. Na outra parcela, onde a aveia recebeu uma lavra e duas gradagens antes de semear o milho, a mesma chuva levou mais de 3 toneladas por hectare.

CHUVA ARTIFICIAL

Mas a experiência do CTC não



Milani: a terra como manda o figurino

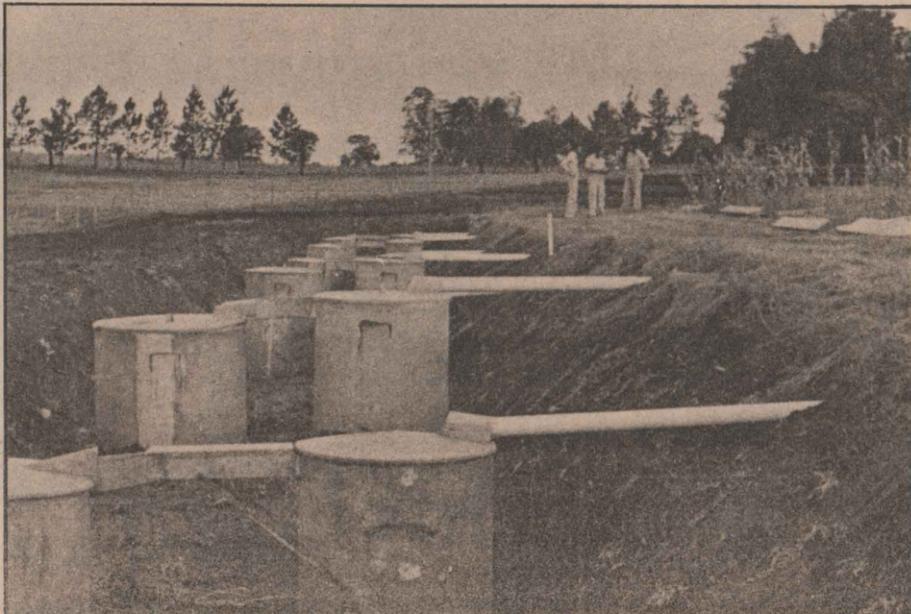
fica só nisso. Numa outra área há mais canteiros, quase todos plantados com soja, e um fazedor de chuva artificial. Os resultados da experiência ali realizada também são bastante claros.

Os canteiros foram divididos da seguinte maneira: soja com plantio direto, soja com uma passada de grade, apenas, e soja com uma lavra e duas gradagens. Ao todo, são nove canteiros, todos eles repetidos com esses tipos de plantio.

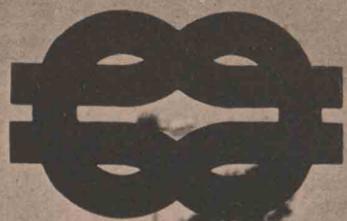
Num primeiro grupo, de 3 canteiros, a chuva foi constante e regular depois do plantio. Noutro, não houve chuva depois do plantio, isto é, os canteiros sofreram todos os efeitos da seca.

Nos três primeiros canteiros, onde a chuva foi regular depois do plantio, a soja com plantio direto teve um rendimento estimado de 35 sacos por hectare, enquanto os outros dois ficaram em torno dos 20 sacos.

Nos canteiros onde não houve chuva depois do plantio, porém, é que os resultados podem ser melhor avaliados. A soja com plantio convencional (uma lavra e duas gradagens) rendeu aproximadamente 15 sacos por hectare. A soja que foi plantada apenas com uma gradagem, não germinou em até 50 por cento. E a soja com plantio direto teve um rendimento aproximado de 25 sacos por hectare.



Os tonéis servem para medir a erosão



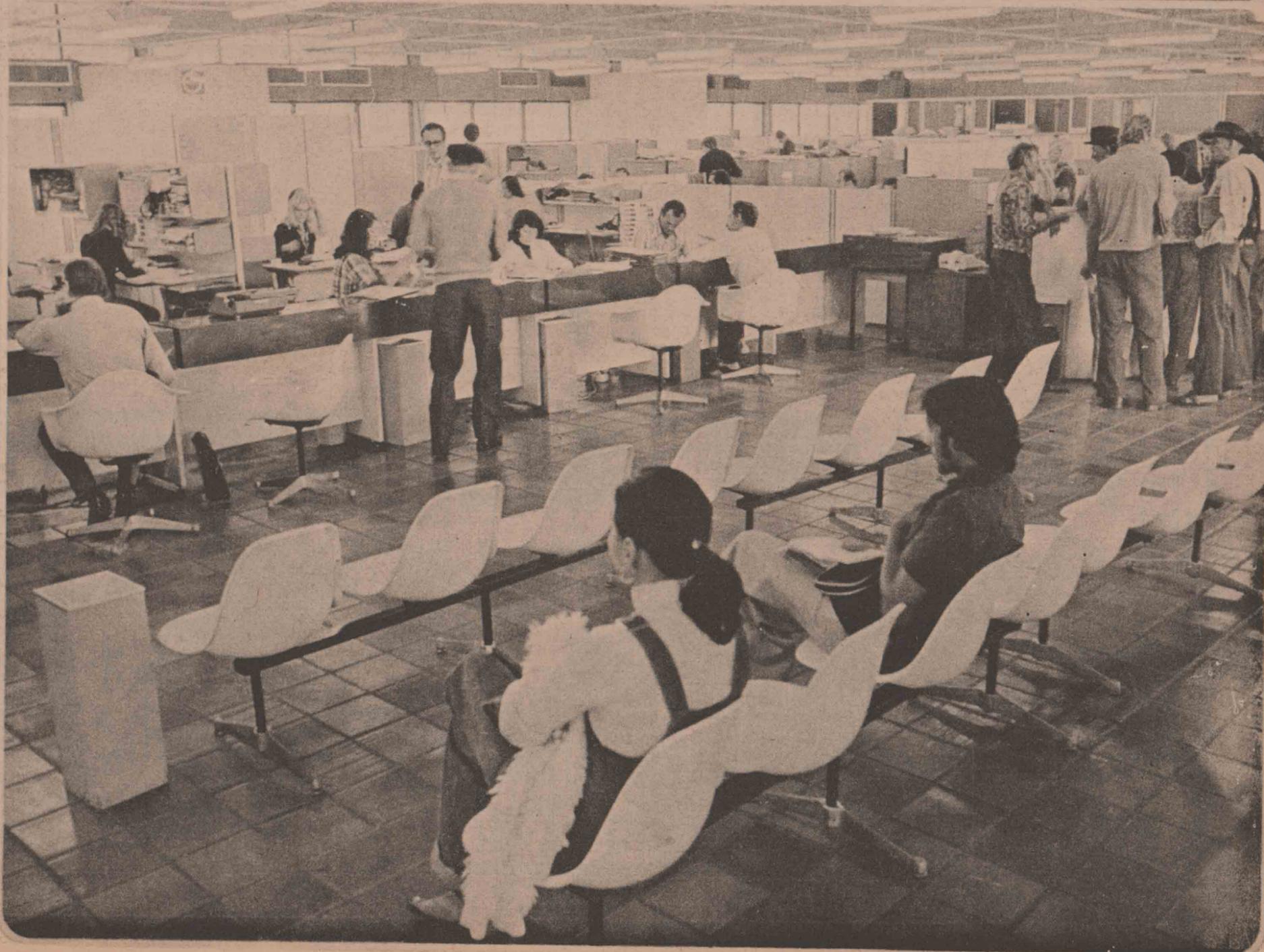
cooperativa regional tritícola serrana ltda.

COTRUI



Caderno de Balanço

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 28.02.79





BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 28 DE FEVEREIRO DE 1.979

ATIVO

CIRCULANTE

Disponibilidades:

Bens Numerários.....	427.775,64		
Depósitos Bancários a Vista.....	<u>26.913.168,44</u>	27.340.944,08	

Clientes:

Duplicatas a Receber.....	139.485.832,13		
Títulos Descontados.....	(54.646.756,08)		
Prov. p/ Créd. Liq. Duvidosa.....	(4.184.574,96)		
Clientes do Exterior.....	<u>121.057.536,59</u>	201.712.037,68	

Associados:

Conta Particular.....	100.266.438,53		
Conta Financ. Ração e Leite.....	4.366.559,79		
Conta Financ. Lavoura.....	400.294.628,27		
Conta Financ. Investimento.....	58.020.729,12		
Conta Promissórias a Receber.....	<u>75.719.737,78</u>	638.668.093,49	

Outros Créditos:

Representantes no Exterior.....	2.740.581,75		
Antecip. a Fornecedores.....	2.963.851,26		
Cheques em Cobrança.....	120.962,33		
Adiantamentos de Viagem.....	547.010,80		
Depósitos Restituíveis.....	2.923.250,00		
Créditos c/Funcionários.....	3.486.596,55		
Créditos c/Coop. Associados.....	3.168.553,65		
Créditos de Armazenagem.....	3.864.804,26		
Créditos Fiscais.....	765.243,68		
Outros Créditos.....	<u>1.945.203,92</u>	22.526.058,20	

Estoques:

Produtos Agrícolas.....	44.216.512,70		
Produtos Pecuários.....	34.507.413,60		
Produtos Industrializados.....	235.926.580,26		
Produtos Beneficiados.....	4.541.771,79		
Mercedorias.....	221.904.728,27		
Comércio em Geral.....	37.525.516,09		
Outros Estoques.....	<u>32.215.853,91</u>	610.838.376,62	1.501.085.510,07

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Associados:

Conta Financiamento Lavoura.....	29.620.330,45		
Conta Financiamento Invest.	96.504.963,56		
Conta Promis. Capitaliz.	<u>55.000.000,00</u>	181.125.294,01	

Outros Créditos:

Depósitos Restituíveis.....	1.894.000,00		
Empresas Subsidiárias.....	<u>6.654.997,19</u>	8.548.997,19	189.674.291,20

PERMANENTE

Particip. Emp. Subsid.	55.181.823,46		
Outras Participações.....	26.638.810,20		
Invest. a Realizar.....	6.092.660,47		
Marcas e Patentes.....	151.483,27		
Cauções Permanentes.....	<u>60.013,69</u>	88.124.791,09	

IMOBILIZADO

Terrenos.....	28.709.410,55		
Prédios.....	703.574.613,23		
Móveis e Utensílios.....	44.617.338,07		
Máquinas e Equipamentos.....	394.527.186,91		
Instalações.....	58.426.078,23		
Veículos.....	42.578.259,09		
Construções em Andamento.....	72.924.378,70		
Semoventes.....	91.297,39		
Depreciação Acumulada.....	<u>(316.268.817,60)</u>	1.029.179.744,57	

DIFERIDO

Despesas Pre. Oper. AMAZONIA.....	14.522.011,50		
Benf. em Prédios de Terceiros.....	525.917,24		
Despesas Diferidas.....	<u>4.251.425,79</u>	19.299.354,53	1.136.603.890,19

2.827.363.691,46

PASSIVO

CIRCULANTE

Associados:

Conta Safras a Liquidar.....	54.095.493,37		
Conta Disposição.....	<u>23.314.254,05</u>	77.409.747,42	

Débitos de Financiamento:

Financiamentos.....	1.054.967.447,51		
Contratos de Cambio.....	<u>374.330.040,74</u>	1.429.297.488,25	

Obrigações Sociais e Tributárias:

Obrigações Tributárias.....	12.900.413,48		
Obrigações Sociais.....	6.263.543,31		
Obrigações c/Pessoal.....	9.062.264,65		
Obrigações Diversas.....	<u>22.556.101,33</u>	50.782.322,77	

Outros Débitos:

Títulos a Pagar.....	15.377.767,53		
Fornecedores.....	<u>165.727.960,00</u>	181.105.727,53	1.738.595.285,97

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Financiamentos.....		416.277.339,97	
Associados Capital a Restituir.....		765.818,95	
Associados Tel. Rural.....		10.800.000,00	
Provisão p/Imposto de Renda.....		<u>23.586,62</u>	427.866.745,54

Resultado de Exercícios Futuros:

14.341.461,79

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social:

Subscrito.....	267.776.588,31		
A realizar.....	(180.419.655,60)		
Realizado p/Capitaliz.	<u>55.000.000,00</u>	142.356.932,71	

Reservas de Sobras:

Fundo de Reserva.....	63.132.749,60		
Fundo de Desenv.Econômico.....	37.715.735,75		
Fundo de Assist. Tec. Educ. e Social...	<u>28.502.068,32</u>	129.350.553,67	

Reservas de Capital:

Cor. Monet. do Ativo.....	241.864.717,79		
Cor. Monet. do Capital.....	23.825.525,00		
Sobras a Realiz. de Invest.	16.951.493,22		
Sobras Inflac. a Realiz.	123.791.784,39		
Perdas de Exerc. Anter.	<u>(33.229.618,56)</u>	373.203.901,84	644.911.388,22

SOBRAS DO EXERCÍCIO.....

1.648.809,942.827.363.691,46

COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA. - COTRIJUÍ

DEMONSTRATIVO DE SOBRAS E PERDAS - 28.02.1979

I. REGIONAL

1.1. TRIGO INDÚSTRIA

Vendas ao Banco do Brasil.....	661.500.099,88		
Vendas de Resíduos.....	203.681,40		
Secagem e Armazenagem.....	23.932.304,01		
Transferencia.....	242.082,00	685.878.167,29	
Custo de Vendas e Transf.	658.911.908,33		
Custo de Armazenagem.....	1.412.983,29		
Despesas Indiretas.....	27.144.058,05		
Sobra Inflacionária Realiz.	(1.988.310,41)	685.480.639,26	397.528,03

1.2. TRIGO SEMENTE

Vendas.....	73.827.156,32		
Transferencias.....	165.438,50	73.992.594,82	
Custo de Vendas e Transf.	59.556.801,04		
Despesas de Vendas.....	3.587.152,62		
Despesas Indiretas.....	10.720.646,83		
Sobra Inflacionária Realiz.	(215.147,60)	73.649.452,89	343.141,93

1.3. SOJA INDÚSTRIA

Exportação.....	299.847.702,44		
Mercado Interno.....	56.041.670,94		
Operações em Bolsa.....	61.432.993,55		
Recuperação Juros s/adiant.	15.929.485,03		
Transferencias.....	1.217.703.881,98	1.650.955.733,94	
Custo de Vendas e Transf.	1.409.612.555,03		
Despesas de Vendas.....	125.782.111,68		
Operações em Bolsa.....	60.627.951,15		
Despesas Indiretas.....	58.859.960,80		
Sobra Inflacionária Realiz.	(4.635.059,12)	1.650.247.519,54	708.214,40

1.4. SOJA SEMENTE

Vendas.....	108.470.298,80		
Transferencias.....	23.116.853,00	131.587.151,80	
Custos de Vendas e Transf.	109.149.088,83		
Despesas de Vendas.....	8.154.847,43		
Despesas Indiretas.....	14.241.940,56		
Sobra Inflacionária Realiz.	(381.201,12)	131.164.675,70	422.476,10

1.5. SEMENTES FORRAGEIRA

Vendas.....	11.435.787,09		
Transferencias.....	2.327.147,40	13.762.934,49	
Custo de Vendas e Transf.	11.633.831,22		
Despesas de Vendas.....	755.818,04		
Despesas Indiretas.....	1.332.729,81	13.722.379,07	40.555,42

1.6. MILHO

Vendas.....	2.597.529,48		
Transferencias.....	5.017.540,90	7.615.070,38	
Custo de Vendas e Transf.	5.892.693,00		
Despesas de Vendas.....	155.640,98		
Despesas Indiretas.....	1.512.694,83	7.561.028,81	54.041,57

1.7. FEIJÃO PRETO

Vendas.....	276.814,40		
Transferencias.....	906.249,28	1.183.063,68	
Custo de Vendas e Transf.	1.178.414,97		
Despesas de Vendas.....	4.648,71	1.183.063,68	-x-

1.8. CEVADA

Vendas.....	3.016.965,99		
Transferencias.....	947.329,00	3.964.294,99	
Custo de Vendas e Transf.	3.779.794,93		
Despesas de Vendas.....	396.620,74		
Despesas Indiretas.....	96.285,39	4.272.701,06	(308.406,07)

1.9. LINHAÇA COMÉRCIO

Vendas.....	259.837,50		
Transferencias.....	85.607,00	345.444,50	
Custo de Venda e Transf.	519.208,27		
Despesas de Vendas.....	9.149,22		
Despesas Indiretas.....	6.419,03	534.776,52	(189.332,02)

1.10 SEMENTE DE ARROZ

Vendas.....	102.938,95		
Transferencias.....	52.275,00	155.213,95	
Custo de Vendas e Transf.	153.589,75		
Despesas de Vendas.....	180,30		
Despesas Indiretas.....	6.419,03	160.189,08	(4.975,13)

1.11 SORGO COMÉRCIO

Vendas.....	14.105,71		
Transferencia.....	453.393,30	467.499,01	
Custo de Vendas e Transf.	467.499,01	467.499,01	-x-

1.12 HORTIFRUTIGRANJEIROS E MUDAS

Vendas.....	2.003.062,45		
Transferencia.....	1.085.020,35	3.088.082,80	
Custo de Vendas e Transf.	2.799.643,97		
Despesas de Vendas.....	694.376,65	3.494.020,62	(405.937,82)

1.13 BOVINOS - GADO LEITEIRO

Vendas.....	3.123.700,00	3.123.700,00	
Custo de Vendas.....	3.168.496,04		
Despesas de Vendas.....	17.374,06	3.185.870,10	(62.170,10)

1.14 LEITERIA

Vendas.....	34.801.818,71		
Custeio.....	572.454,86		
Eventuais (Frete).....	96.267,11	35.470.540,68	
Custo de Vendas.....	34.850.352,23		
Despesas de Vendas.....	1.250.686,62		
Sobra Inflacionária Realiz.	(19.486,42)	36.081.552,43	(611.011,75)

1.15 SECCÃO DE CONSUMO

Vendas de Mercadorias.....	236.146.359,58		
Vendas de Insumos.....	244.589.564,09		
Eventuais.....	44.933,07	480.780.856,74	
Custo de Venda e Transf. Merc..	205.075.338,43		
Custo de Vendas Insumos.....	226.002.786,13		
Desp. de Vendas Mercadorias....	28.292.505,31		
Despesas de Vendas Insumos.....	11.538.034,28		
Despesas Indiretas.....	10.421.475,12		
Sobra Inflacionária Realiz.	(954.834,53)	480.375.304,74	405.552,00

1.16 SACARIA

Vendas.....	9.239.810,69	9.239.810,69	
Custo de Vendas.....	9.141.831,66		
Despesas Indiretas.....	224.665,90	9.366.497,56	(126.686,87)

1.17 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

Vendas.....	25.338.571,12		
Transferencia.....	5.980.834,00		
Assistência Técnica.....	4.358.795,00	35.678.200,12	
Custo de Vendas e Transf.	14.299.941,37		
Despesas de Vendas.....	18.450.494,16		
Despesas Indiretas.....	2.848.486,91	35.598.922,44	79.277,68

1.18 SEMEM

Vendas.....	668.699,00	668.699,00	
Custo de Vendas.....	316.430,78		
Despesas Indiretas.....	343.565,11	659.995,89	8.703,11

1.19 HOSPITAL SANTA TEREZINHA

Vendas Farmácia.....	3.802.232,14		
Transferencias Farmácia.....	126.195,74		
Receitas Hospital.....	4.190.719,17		
Receitas Eventuais.....	150.463,11	8.269.610,16	
Custo de Vendas Farmácia.....	1.862.602,20		
Despesas Hospital.....	6.162.513,13		
Despesas Indiretas.....	391.282,49		
Sobra Inflacionária Realiz.	(162.386,83)	8.254.010,99	15.599,17

1.20 FABRICA DE RAÇÃO

Vendas.....	7.042.771,28		
Transferencias.....	23.797.637,54	30.840.408,82	
Custo de Vendas.....	29.313.994,63		
Despesas de Vendas.....	504.856,37		
Despesas Indiretas.....	1.057.335,71		
Sobra Inflacionária Realiz.	(61.707,00)	30.814.479,71	25.929,11

1.21 FÁBRICA DE ÓLEO IJUÍ

Vendas Mercado Interno.....	266.110.102,52		
Transferencias.....	23.557.159,10		
Eventuais.....	4.693,01	289.671.954,63	
Custo de Vendas.....	250.626.704,80		
Despesas de Vendas.....	26.602.703,08		
Despesas Indiretas.....	13.116.994,49		
Sobras Inflacionárias Realiz. .	(1.049.018,89)	289.297.383,48	374.571,15

1.22	DEPARTAMENTO TÉCNICO				
	Fates.....	21.538.877,34			
	Receitas Ordinárias.....	1.775.088,05	23.313.965,39		
	Despesas Ordinárias.....	23.313.965,39	23.313.965,39	-x-	
1.23	DEPARTAMENTO DE CRÉDITO				
	Receitas Ordinárias.....	50.697.530,52	50.697.530,52		
	Despesas Ordinárias.....	48.129.948,34			
	Despesas Indiretas.....	2.471.760,12	50.601.708,46	95.882,06	
1.24	DAMS				
	Fates.....	1.556.090,78			
	Receitas Ordinárias.....	23.455.027,24	25.011.118,02		
	Despesas Ordinárias.....	25.011.118,02	25.011.118,02	-x-	
1.25	CENTRO DE TREINAMENTO				
	Fates.....	1.883.006,77			
	Receitas Ordinárias.....	981.054,62	2.864.061,39		
	Despesas Ordinárias.....	2.864.061,39	2.864.061,39	-x-	
1.26	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE				
	Receitas Internas.....	26.269.982,01			
	Rateios.....	4.460.868,50	30.730.850,51		
	Despesas Ordinárias.....	33.348.526,13			
	Sobra Inflacionária Realiz. ...	(2.617.675,62)	30.730.850,51	-x-	
1.27	CENTRAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
	Receitas Ordinárias.....	5.405.432,31			
	Rateios.....	893.921,85	6.299.354,16		
	Despesas Ordinárias.....	8.530.549,14			
	Sobra Inflacionária realiz. ...	(2.231.194,98)	6.299.354,16	-x-	
2.	RIO GRANDE				
2.1.	TERMINAL				
	Receitas Ordinárias.....	89.715.516,65			
	Receitas Extraordinárias.....	198.082,61			
	Recuperação de Despesas.....	16.349.950,11	106.263.549,37		
	Despesas Ordinárias.....	93.299.640,79			
	Depreciações.....	17.979.845,80			
	Despesas Indiretas.....	1.431.521,31			
	Sobras Inflacionárias Realiz. ...	(6.508.463,95)	106.202.543,95		
	Provisão p/l.Renda.....	18.301,62			
	Fates.....	42.703,80	61.005,42	-x-	
2.2.	FÁBRICA DE ÓLEO- RIO GRANDE				
	Exportação.....	878.750.175,25			
	Vendas Mercado Interno.....	212.839.355,74			
	Vendas de Grão.....	5.078.295,76			
	Transferências.....	4.633.934,00			
	Taxa de Industrialização.....	6.341.260,76			
	Eventuais.....	857.599,91	1.108.500.621,44		
	Custo de Vendas.....	1.046.039.394,81			
	Despesas de Vendas.....	56.871.722,32			
	Despesas Indiretas.....	12.435.148,43			
	Sobra Inflacionária Realiz. ...	(7.330.141,29)	1.108.016.124,27		
	Provisão p/l.Renda.....	5.285,00			
	Fates.....	12.333,73	17.618,73	466.878,44	
2.3.	COLONIA DE FÉRIAS				
	Receitas Ordinárias.....	280.041,20	280.041,20		
	Custo de Vendas.....	134.696,89			
	Despesas Ordinárias.....	446.960,56	581.657,45	(301.616,25)	
2.4.	MANUFATURADOS LÃ - RIO GRANDE				
	Vendas.....	9.188.513,52	9.188.513,52		
	Custo de Vendas.....	3.106.677,43			
	Despesas de Vendas.....	1.089.723,46			
	Despesas Indiretas.....	4.809.911,60	9.006.312,49	182.201,03	
2.5.	SECCÃO DE CONSUMO				
	Vendas.....	4.080.095,36	4.080.095,36		
	Custo de Vendas.....	4.064.454,82			
	Despesas de Vendas.....	674.311,23	4.738.766,05	(658.670,69)	
3.	DOM PEDRITO				
3.1.	TRIGO INDÚSTRIA				
	Vendas ao Banco do Brasil.....	4.492.935,51			
	Secagem e Armazenagem.....	148.906,25			
	Transferências.....	2.809,80	4.644.651,56		
	Custo de Vendas.....	4.437.652,45			
	Custo de Armazenagem.....	8.186,60			
	Despesas Indiretas.....	199.560,60			
	Sobra Inflacionária Realiz. ...	(40.082,26)	4.605.317,39	39.334,17	

3.2.	SEMENTES DE TRIGO				
	Vendas.....	509.174,00	509.174,00		
	Custo de Vendas.....	522.277,60			
	Despesas de Vendas.....	5.881,50			
	Sobra Inflacionária Realiz.	(4.393,50)	523.765,60	(14.591,60)	
3.3.	SOJA INDÚSTRIA				
	Vendas.....	13.552,17			
	Transferências.....	58.835.363,66	58.848.915,83		
	Custo de Vendas.....	52.750.870,36			
	Despesas de Vendas.....	1.820.609,45			
	Despesas Indiretas.....	4.013.385,42			
	Sobra Inflacionária Realiz.	(508.632,41)	58.076.232,82	772.683,01	
3.4.	SOJA SEMENTE				
	Vendas.....	14.217.120,00	14.217.120,00		
	Custo de Vendas.....	7.883.645,37			
	Despesas de Vendas.....	1.813.031,01			
	Despesas Indiretas.....	3.891.431,72			
	Sobra Inflacionária Realiz.	(122.815,30)	13.465.292,80	751.827,20	
3.5.	SEMENTE FORRAGEIRAS				
	Vendas.....	718.595,50			
	Transferências.....	1.717,90	720.313,40		
	Custo de Vendas.....	130.505,99			
	Despesas de Vendas.....	130.953,61			
	Despesas Indiretas.....	382.491,15	643.950,75	76.362,65	
3.6.	SEMENTE DE MILHO				
	Vendas.....	44.200,40	44.200,40		
	Custo de Vendas.....	44.200,40	44.200,40	-x-	
3.7.	CEVADA				
	Vendas.....	449.392,46	449.392,46		
	Custo de Vendas.....	358.153,90			
	Despesas de Vendas.....	86.354,80	444.508,70	4.883,76	
3.8.	ARROZ				
	Vendas.....	21.241.602,15			
	Transferências.....	31.332.856,49			
	Eventuais.....	42.657,02			
	Empacotamento.....	60.921,33	52.678.036,99		
	Custo de Vendas.....	47.797.369,35			
	Despesas de Vendas.....	4.254.063,39			
	Despesas Indiretas.....	537.704,95			
	Sobra Inflacionária Realiz.	(16.833,34)	52.572.304,35	105.732,64	
3.9.	SORGO				
	Vendas.....	4.391,83			
	Transferências.....	2.486.486,75	2.490.878,58		
	Custo de Vendas.....	2.404.345,14			
	Despesas de Vendas.....	86.533,44	2.490.878,58	-x-	
3.10.	FRIGORÍFICO				
	Vendas.....	102.858.470,42			
	Transferências.....	12.041.761,00			
	Armazenagem.....	139.701,78			
	Eventuais.....	349.132,29	115.389.065,49		
	Custo de Vendas.....	104.910.794,71			
	Despesas de Vendas.....	10.878.517,25			
	Despesas Indiretas.....	2.025.430,27			
	Sobra Inflacionária.....	(486.872,06)	117.327.870,17	(1.938.804,68)	
3.11.	FRUTOS DO PAÍS				
	Vendas.....	570.295,40	570.295,40		
	Custo de Vendas.....	303.922,40			
	Despesas de Vendas.....	302.825,64	606.748,04	(36.452,64)	
3.12.	LÃ				
	Vendas.....	34.380.804,64			
	Transferências.....	8.012.626,16	42.393.430,80		
	Custo de Vendas.....	31.915.569,26			
	Despesas de Vendas.....	9.009.794,86			
	Despesas Indiretas.....	1.236.167,06			
	Sobra Inflacionária Realiz.	(8.200,86)	42.153.330,32	240.100,48	
3.13.	SECCÃO DE CONSUMO				
	Vendas de Mercadorias.....	13.391.352,37			
	Vendas de Insumos.....	6.771.691,77	20.163.044,14		

Custo de Vendas Mercadoria.....	11.205.546,44		
Custo de Vendas Insumos.....	6.367.148,46		
Despesas de Vendas.....	2.469.628,30		
Despesas Indiretas.....	144.127,10		
Sobra Inflacionária Realiz.	(55.247,90)	20.131.202,40	31.841,74
3.14. DEPARTAMENTO TRANSPORTES			
Receitas Ordinárias.....	2.412.857,67	2.412.857,67	
Despesas Ordinárias.....	2.023.077,79		
Despesas Indiretas.....	474.510,76		
Sobra Inflacionária Realiz.	(178.404,66)	2.319.183,89	93.673,78
3.15. DEPARTAMENTO DE CRÉDITO			
Receitas Ordinárias.....	24.480,74		
Receitas de Rateio.....	734.424,75	758.905,49	
Despesas Ordinárias.....	758.905,49	758.905,49	-x-
3.16. SACARIA			
Vendas.....	1.427.670,20	1.427.670,20	
Custo de Vendas.....	1.197.232,28		
Despesas Indiretas.....	207.321,29	1.404.553,57	23.116,63
3.17. DEPARTAMENTO TÉCNICO			
Fates.....	1.928.190,66		
Receitas Ordinárias.....	37.849,32	1.966.039,98	
Despesas Ordinárias.....	1.966.039,98	1.966.039,98	-x-
4. MATO GROSSO DO SUL			
4.1. TRIGO INDUSTRIA			
Vendas Banco do Brasil.....	6.770.412,97		
Vendas Resíduos.....	43.157,79		
Secagem e Armazenagem.....	217.738,46	7.031.309,22	
Custo de Vendas.....	6.727.415,73		
Custo de Armazenagem.....	19.870,37		
Despesas Indiretas.....	827.828,58		
Sobra Inflacionária Realiz.	(71.222,86)	7.503.891,82	(472.582,60)
4.2. TRIGO SEMENTE			
Vendas.....	1.606.025,00		
Transferências.....	3.498.280,00	5.104.305,00	
Custo de Vendas.....	4.179.248,96		
Despesas de Vendas.....	103.473,26		
Despesas Indiretas.....	799.686,84		
Sobras Inflacionárias Realiz.	(51.622,77	5.030.786,29	73.518,71
4.3. SOJA INDÚSTRIA			
Vendas.....	164.879.961,64		
Transferências.....	49.620,00	164.929.581,64	
Custo de Vendas.....	138.145.750,00		
Despesas de Vendas.....	20.410.666,66		
Despesas Indiretas.....	7.994.426,77		
Sobra Inflacionária Realiz.	(1.672.356,96)	164.878.486,47	51.095,17
4.4. SEMENTE DE SOJA			
Vendas.....	44.313.822,00		
Transferências.....	2.695.058,00	47.008.880,00	
Custo de Vendas.....	35.801.928,94		
Despesas de Vendas.....	2.752.779,98		
Despesas Indiretas.....	10.647.103,35		
Sobra Inflacionária Realiz.	(476.199,37)	48.725.612,90	(1.716.732,90)
4.5. ARROZ			
Vendas.....	21.116.451,57		
Transferência.....	3.993,80	21.120.445,37	
Custo de Vendas.....	12.401.992,27		
Despesas de Vendas.....	2.519.554,53		
Despesas Indiretas.....	6.990.004,08		
Sobra Inflacionária realiz.	(213.944,64)	21.697.606,24	(577.160,87)
4.6. SEMENTE DE ARROZ			
Vendas.....	9.933.639,28		
Transferência.....	2.718.520,00	12.652.159,28	
Custo de Vendas.....	7.632.652,43		
Despesas de Vendas.....	346.057,59		
Despesas Indiretas.....	4.592.698,78		
Sobra Inflacionária Realiz.	(127.814,67)	12.443.594,13	208.565,15
4.7. SEMENTE DE FORRAGEIRAS			
Vendas.....	53.699,00	53.699,00	
Custo de Vendas.....	32.350,00		
Despesas de Vendas.....	2.520,00		
Despesas Indiretas.....	61.924,18	96.794,18	(43.095,18)

4.8. MILHO			
Vendas.....	715.001,92	715.001,92	
Custo de Vendas.....	544.529,75		
Despesas de Vendas.....	10.434,61		
Despesas Indiretas.....	81.479,20	636.443,56	78.558,36
4.9. SORGO			
Vendas.....	20.990,00	20.990,00	
Custo de Vendas.....	14.038,67	14.038,67	6.951,33
4.10. DEPARTAMENTO TÉCNICO			
Fates.....	1.805.338,24		
Receitas Ordinárias.....	1.165.464,46	2.970.802,70	
Despesas Ordinárias.....	2.970.802,70	2.970.802,70	-x-
4.11. SEÇÃO DE CONSUMO			
Vendas.....	14.565.612,45	14.565.612,45	
Custo de Vendas.....	14.138.861,02		
Despesas de Vendas.....	694.680,84		
Despesas Indiretas.....	140.163,00		
Sobra Inflacionária Realiz.	(147.414,76)	14.826.290,10	(260.677,65)
4.12. SACARIA			
Vendas.....	1.220.817,64	1.220.817,64	
Custo de Vendas.....	1.247.982,33		
Despesas Indiretas.....	143.403,38	1.391.385,71	(170.568,07)
4.13. DEPARTAMENTO DE CRÉDITO			
Receitas Ordinárias.....	1.682.641,39	1.682.641,39	
Despesas Ordinárias.....	1.349.942,20		
Despesas Indiretas.....	312.958,40	1.662.900,60	19.740,79
5. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS			2.378.355,59
6. RESULTADO DE COLIGADAS			13.275.431,54
7. SOBRAS INFLACIONÁRIAS			123.791.784,39
8. PROV. P/CRED. LIQ. DUVIDOSA			
Reversão.....		6.804.835,36	
Formação.....		4.184.574,96	2.620.260,40
RESULTADO			140.364.835,80
9. RESERVA DE SOBRA INFLACIONÁRIA A REALIZAR			(123.791.784,39)
10. F.A.T.E.S. (Valor do Resultado em Coligadas)			(13.275.431,54)
11. RESULTADO A DISTRIBUIR			3.297.619,87
12. FUNDOS ESTATUTÁRIOS			
Desenvolvimento Econômico (30% das sobras líquidas).....			(989.285,97)
Fundo de Reserva (10% das sobras líquidas).....			(329.761,98)
F.A.T.E.S. (10% das sobras líquidas).....			(329.761,98)
13. SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.			1.648.809,94

Ijuí(RS), 28 de fevereiro de 1979.

Ruben Ilgenfritz da Silva
PRESIDENTE
CPF: 056268970-20

Arnaldo Oscar Drews
VICE-PRESIDENTE
CPF: 028619400-34

Clóvis Adriano Farina
SUPERINTENDENTE
CPF: 010133350-15

Ari Zimpel
TÉCNICO CONT. CRC-RS 11222
CPF: 008301860-34

NOTAS EXPLICATIVAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 1. - ALTERAÇÕES DE PRÁTICAS CONTÁBEIS

- 1.1 - Em atendimento ao contido na Instrução 001/79 do Conselho Nacional de Cooperativismo, a COTRIJUÍ neste exercício adequou suas demonstrações contábeis ao disposto no Decreto-Lei 1.598/77 e Instrução Normativa 71/78 da Secretaria da Receita Federal. Assim as demonstrações contábeis referentes ao presente exercício apresentam seu patrimônio líquido devidamente corrigido nos termos da legislação citada, sendo o valor diferencial levado à conta de Recursa de Sobras Inflacionárias a Realizar, no montante de R\$ 123.791.784,39.
- 1.2 - O valor resultante da correção dos Investimentos em Sociedades Subsidiárias, em função da Equivalência Patrimonial, calculada de acordo com o Decreto-Lei 1598/77, foi levado a conta do Fundo de Assistência Técnica e Social (FATES) de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo 88 da Lei 5.764/71.
- 1.3 - Em atendimento às determinações do Decreto Lei 1.598/77 e Instrução Normativa 51/78 da Secretaria da Receita Federal, foi procedida neste exercício pela primeira vez a desvinculação do ICM contido nos estoques. A contabilização foi procedida ao final do exercício de acordo com o disposto no item 5.2 do Parecer Normativo CST nr. 104/78.
- 1.4 - Os valores do resultado do Departamento de Assistência Médica e Social do Departamento Técnico e do Centro de Treinamento, foram levados a conta do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social, de conformidade com o disposto no item II do Artigo 28 da Lei 5.764 e artigo 57 de nossos Estatutos Sociais.

NOTA 2. - DEMONSTRATIVO DA CONTA FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO

BANRISUL			BANCO DO BRASIL S/A		
VENCIMENTO:	FINALIDADE:	VALOR:	VENCIMENTO:	FINALIDADE:	VALOR:
ER 78/017			EAI 78/01.886.4		
10.06.80	Aq. de Terneiros	57.450,00	31.07.80	Antec. Cotas	2.650.000,00
		57.450,00	15.01.81		2.650.000,00
			31.07.81		2.650.000,00
FC-78/022			15.01.82		2.650.000,00
27.03.80	Capital de Giro	2.500.000,00	31.07.82		2.650.000,00
27.03.81		3.500.000,00	15.01.83		2.650.000,00
27.03.82		4.000.000,00	31.07.83		2.650.000,00
27.03.83		5.000.000,00	15.01.84		2.650.000,00
27.03.84		6.000.000,00	31.07.84		5.300.000,00
27.03.85		7.500.000,00			26.500.000,00
27.03.86		9.500.000,00	EAC 77/00574		
27.08.86		12.000.000,00	20.12.80	Arm. Maracaju	625.000,00
		50.000.000,00	20.12.81		625.000,00
EC-77/008			Juros Capitalizados/78		381.630,55
12.05.80	Antec. Cotas	175.000,00			1.631.630,55
12.08.80		50.000,00	SUL BRASILEIRO		
12.11.80		50.000,00	ECSA 76/01		
12.02.81		80.000,00	26.07.80	Fert. Corretivos	1.100.000,00
12.05.81		200.000,00	26.07.81		1.079.375,00
12.08.81		60.000,00			2.179.375,00
12.11.81		60.000,00	ECSA 76/02		
12.02.82		110.000,00	28.12.80	Calcário	4.000.000,00
12.05.82		250.000,00	28.12.81		4.000.000,00
12.08.82		70.000,00			8.000.000,00
12.11.82		70.000,00	ECSA 77/01		
12.02.83		120.000,00	27.09.80	Calcário	1.200.000,00
12.05.83		300.000,00	27.09.81		1.800.000,00
12.08.83		90.000,00	27.09.82		1.795.007,42
12.11.83		90.000,00			4.795.007,42
12.02.84		150.000,00	ECSA 77/02-F		
12.05.84		380.000,00	26.07.80	Fertilizantes	1.265.000,00
12.08.84		110.000,00	26.07.81		1.585.000,00
12.11.84		110.000,00	26.07.82		1.820.600,00
12.02.85		190.000,00			4.760.600,00
12.05.85		480.000,00	BRDE		
12.08.85		140.000,00	CRP 76/132		
12.11.85		140.000,00	31.07.80	Insumos	1.974.125,00
12.02.86		240.000,00	31.01.80		224.125,00
12.02.86		600.000,00	31.07.81		1.974.125,00
12.08.86		180.000,00	31.01.82		224.125,00
12.11.86		180.000,00	31.07.82		525.000,00
		4.675.000,00	31.07.83		67.240,00
					4.998.740,00
BANRISUL			CRP 74/106		
ER 76/051			30.06.80	Calcário	495.000,00
13.09.80	Insumos	476.000,00	CRP 76/012-8		
13.09.81		476.000,00	31.07.80	Calcário	500.000,00
		952.000,00	31.01.81		600.000,00
ER 74/026			31.07.81		500.000,00
31.07.80	Insumos	400.000,00	31.07.82		150.000,00
ER 76/025					1.750.000,00
30.06.80	Insumos	720.000,00			
30.12.80		360.000,00			
		1.440.000,00			

UNIBANCO		
CRP 217/77/02		
15.07.80	Tratores	181.283,00
CRP 217/76/03		
31.07.80	Super Triplo Cloreto	453.995,14
31.07.81		453.995,14
		907.990,28
CRP 217/76/03		
31.07.80	Calcário	399.960,00
31.07.81		397.615,99
		797.575,99
ECONÔMICO		
CRP 998104064/011		
11.07.80	Insumos	1.600.000,00
11.07.81		1.700.000,00
		3.300.000,00
BADESUL		
CRP 76/03		
30.06.80	Procal	3.409.975,19
30.12.80		722.637,84
		4.132.613,03
CRP 76/028		
30.06.80	Calcário	150.000,00
31.12.80		150.000,00
30.06.81		150.000,00
31.12.81		150.000,00
		600.000,00
BANCO DO BRASIL S/A - IJUÍ		
31.07.80	Repasse Soja/77	1.161.324,04
31.07.80	Repasse Sojaemer/78	5.559.949,00
31.07.83	Gado Leiteiro	478.500,00
BANCO DO BRASIL S/A - SANTO AUGUSTO		
31.07.80	Repasse Soja/77	721.860,21
31.07.80	Repasse Sojaemer/78	1.797.194,50
31.07.83	R. Gado Leiteiro	404.000,00
BANCO DO BRASIL TENENTE PORTELA		
31.07.80	Repasse Soja/77	1.359.414,43
31.07.80	R. Sojaemer/78	2.150.644,72
BANCO DO BRASIL S/A - Tupanciretã		
31.07.80	R. Soja/77	1.447.781,68
31.07.80	R. Sojaemer/78	730.431,93
BANCO DO BRASIL CAMPO NOVO		
31.07.80	R. Soja/77	213.885,39
31.07.80	R. Sojaemer/78	272.065,71
BANCO DO BRASIL S/A - CATUIPE		
31.07.80	R. Sojaemer/78	64.010,58
BANCO DO BRASIL S/A - SANTO ÂNGELO		
31.07.80	R. Sojaemer/78	55.242,00
		16.416.304,19
BANCO LAR		
CRP S/Nº		
05.07.80	Armz. Chiapeta	1.289.000,00
05.07.81		360.077,32
		1.649.077,32
ECONÔMICO		
CRP-998104318/011		
31.08.80	Caminhões	200.000,00
31.08.81		200.000,00
31.08.82		200.000,00
		600.000,00
BRDE		
CRP-74/144		
31.07.80	Armz. Ajuricaba	800.000,00
31.07.81		900.000,00
		1.700.000,00
CRP-74/161		
31.03.80	Armz. Aug. Pestana	1.150.000,00
31.07.80		850.000,00
31.07.81		950.000,00
		2.950.000,00

BANRISUL		
CRP 76/012		
31.07.80	Insumos	1.766.354,79
31.01.81		1.625.988,57
31.07.81		1.134.275,91
10.01.82		527.145,52
		5.053.764,79
CRP 184-8		
31.07.80	Insumos	252.150,00
CRP 184-A		
31.07.80	Calcário	1.750.000,00
31.07.81		1.529.734,55
31.07.82		525.000,00
		3.804.734,55
CRP 76/004		
31.07.80	Calcário	250.000,00
31.07.81		250.000,00
31.07.82		75.000,00
		575.000,00
ER 76/170		
31.07.80	Calcário	54.750,00
18.10.81		54.784,50
		109.534,50
ER 75/030		
17.09.80	Insumos	350.000,00
ER 77/057		
31.07.80	Calcário	69.438,00
31.07.81		69.438,00
31.07.82		69.438,00
		208.314,00
ER 76/116		
31.07.80		424.996,60
13.09.81		424.996,60
		849.993,20
BADESUL		
CRPH-001/77		
30.06.80	Posto Resfr. Leite	170.000,00
31.12.80		170.000,00
30.06.81		170.000,00
30.12.81		170.000,00
30.06.82		170.000,00
31.12.82		170.000,00
30.06.83		170.000,00
31.12.83		170.000,00
30.06.84		170.000,00
31.12.84		170.000,00
30.06.85		170.000,00
31.12.85		170.000,00
30.06.86		170.000,00
31.12.86		170.000,00
30.06.87		170.000,00
31.12.87		170.000,00
30.06.88		170.000,00
31.12.88		170.000,00
27.06.89		170.000,00
		3.230.000,00
BANCO AMAZÔNIA		
FIR-78/001/PIN		
30.06.81	Tratores Caminhões	862.490,15
30.06.82		1.293.735,23
30.05.83		2.097.905,89
		4.254.131,27
BRDE		
CCI 3590/002		
26.08.80	Armz. Portela	752.490,00
26.02.81		1.003.320,00
26.08.81		1.337.760,00
26.02.82		1.755.810,00
26.08.82		2.090.250,00
26.02.83		2.424.690,00
26.08.83		2.675.520,00
26.02.84		2.842.740,00
26.08.84		334.440,00
BNCC-BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO S/A		
EC-77/016		
12.07.80	Armz. D. Pedrito	160.000,00
12.01.81		160.000,00
12.07.81		230.000,00
12.01.82		230.000,00
12.07.82		230.000,00
12.01.83		230.000,00

BNCC ...		
EC-77/016		
12.07.83		310.000,00
12.01.84		310.000,00
12.07.84		310.000,00
12.01.85		310.000,00
12.07.85		380.000,00
12.01.86		380.000,00
12.07.86		380.000,00
12.01.87		380.000,00
12.07.87		460.000,00
12.01.88		460.000,00
12.07.88		460.000,00
12.01.89		460.000,00
		<u>5.840.000,00</u>
(-) Parcela a liberar		<u>177.153,78</u>
		<u>5.662.846,22</u>

EC-77/007		
26.03.80	Armz. D. Pedrito	448.000,00
26.04.80		448.000,00
26.05.80		448.000,00
26.06.80		448.000,00
26.07.80		448.000,00
26.03.81		512.000,00
26.04.81		512.000,00
26.05.81		512.000,00
26.06.81		512.000,00
26.07.81		512.000,00
26.03.82		576.000,00
26.04.82		576.000,00
26.05.82		576.000,00
26.06.82		576.000,00
26.07.82		576.000,00
26.03.83		704.000,00
26.04.83		704.000,00
26.05.83		704.000,00
26.06.83		704.000,00
26.07.83		704.000,00
		<u>11.200.000,00</u>

EC-10-75/044		
26.06.80	Ampl. Armz. Vila Jôia	435.000,00
26.12.80		435.000,00
26.06.81		435.000,00
26.12.81		595.000,00
26.06.82		595.000,00
26.12.82		595.000,00
26.06.83		595.000,00
26.12.83		685.000,00
26.06.84		685.000,00
26.12.84		685.000,00
26.06.85		685.000,00
26.12.85		700.000,00
26.06.86		335.000,00
		<u>7.460.000,00</u>

EC-10 75/015		
31.01.81	Maq. Plantadeira	32.000,00
31.01.82		32.000,00
		<u>64.000,00</u>

EC 77/023		
16.06.80	Armz. Sede Insumo	245.000,00
16.12.80		245.000,00
16.06.81		245.000,00
16.12.81		245.000,00
16.06.82		368.000,00
16.12.82		368.000,00
16.06.83		368.000,00
16.12.83		368.000,00
16.06.84		490.000,00
16.12.84		490.000,00
16.06.85		490.000,00
16.12.85		490.000,00
16.06.86		612.000,00
16.12.86		612.000,00
16.06.87		612.000,00
16.12.87		612.000,00
16.08.88		735.000,00
16.12.88		556.083,85
		<u>8.151.083,85</u>

EC-10-75/024			
30.06.80	Constr. Nova Sede	152.700,00	
30.12.80		152.700,00	
30.06.81		152.700,00	
30.12.81		152.700,00	
30.06.82		152.700,00	
30.12.82		152.700,00	
30.06.83		152.700,00	
30.12.83		152.700,00	
30.05.84		152.700,00	
30.05.85		152.700,00	
		<u>1.527.000,00</u>	

EC-10-72/118			
30.06.80	Adm. Custeio Sede	72.500,00	
30.12.80		72.500,00	
30.06.81		72.500,00	
30.12.81		72.500,00	
30.06.82		72.500,00	
30.12.82		72.500,00	
30.06.83		72.500,00	
30.12.83		72.500,00	
30.06.84		72.500,00	
30.12.84		72.500,00	
30.06.84		74.209,30	
		<u>799.209,30</u>	

EC-10-75/034			
26.08.80	Fáb. de Óleo R.G.	3.100.000,00	
26.02.81		3.400.000,00	
26.08.81		3.700.000,00	
26.02.82		4.000.000,00	
26.08.82		4.300.000,00	
26.02.83		4.700.000,00	
26.08.83		5.000.000,00	
26.02.84		5.400.000,00	
26.08.84		5.700.000,00	
26.02.85		6.000.000,00	
26.08.85		6.300.000,00	
		<u>51.600.000,00</u>	

EC-10-74/054			
30.06.80	Imob. Nova Sede	56.000,00	
30.12.80		56.000,00	
30.06.81		56.000,00	
30.12.81		56.000,00	
30.06.82		56.000,00	
30.12.82		56.000,00	
30.06.83		56.000,00	
30.12.83		56.000,00	
30.05.84		56.000,00	
30.12.84		56.000,00	
30.06.85		56.000,00	
		<u>616.000,00</u>	

EC-10-72/117			
30.06.80	Imb. Vila Jôia	134.000,00	
30.12.80		134.000,00	
30.06.81		134.000,00	
30.12.81		134.000,00	
30.06.82		134.000,00	
30.12.82		134.000,00	
30.06.83		134.000,00	
30.12.83		134.000,00	
31.05.84		132.813,00	
30.12.84		134.000,00	
31.05.85		134.000,00	
		<u>1.472.813,00</u>	

EC-10-75/025			
30.06.80	Constr. Nova Sede	120.500,00	
30.12.80		120.500,00	
30.06.81		120.500,00	
30.12.81		120.500,00	
30.06.82		120.500,00	
30.12.82		120.500,00	
30.06.83		120.500,00	
30.12.83		120.500,00	
30.05.84		120.500,00	
30.12.84		120.500,00	
		<u>1.205.000,00</u>	

CRP-77/02			
05.07.80	Trator Carreta CTC	30.000,00	
05.01.81		30.000,00	
05.07.81		35.000,00	
05.12.81		35.000,00	
05.12.82		12.000,00	
		<u>142.000,00</u>	

BNCC ...		
EC-79/001		
12.12.80	Armz. D. Pedrito	450.000,00
12.06.81		450.000,00
12.12.81		800.000,00
12.06.82		800.000,00
12.12.82		1.250.000,00
12.06.83		1.250.000,00
12.12.83		1.850.000,00
12.06.84		1.850.000,00
12.12.84		2.200.000,00
12.06.85		2.200.000,00
12.12.85		2.550.000,00
12.06.86		1.688.480,00
		<u>17.338.480,00</u>

EC-78/05		
30.03.80	Constr. Supermerc. D.P.	110.000,00
30.09.80		110.000,00
30.03.81		165.000,00
30.09.81		165.000,00
30.03.82		275.000,00
30.09.82		275.000,00
30.03.83		330.000,00
30.09.83		330.000,00
30.03.84		385.000,00
30.09.84		359.000,00
		<u>2.504.000,00</u>

EC-10-76/040		
11.05.80	Constr. Escr. Superm. R.P.	120.000,00
11.11.80		160.000,00
11.05.81		160.000,00
11.11.81		200.000,00
11.05.82		200.000,00
11.11.82		240.000,00
11.05.83		240.000,00
11.11.83		280.000,00
11.05.84		280.000,00
11.11.84		340.000,00
		<u>2.220.000,00</u>

VG-75/200 a 214		
26.08.80	Subscr. Ações	76.250,00
26.02.81		76.250,00
26.08.81		76.250,00
26.02.82		76.250,00
26.08.82		76.250,00
26.02.83		76.250,00
26.08.83		76.250,00
26.02.84		76.250,00
26.08.84		76.250,00
26.02.85		76.250,00
26.08.85		76.250,00
		<u>838.750,00</u>

VG-307 a 320		
26.06.80	Subscr. Ações	9.800,00
26.12.80		9.800,00
26.06.81		9.800,00
26.12.81		9.800,00
26.06.82		9.800,00
26.12.82		9.800,00
26.06.83		9.800,00
26.12.83		9.800,00
26.06.84		9.800,00
26.12.84		9.800,00
26.06.85		9.800,00
26.12.85		9.800,00
		<u>117.600,00</u>

VG-73/085 a 100		
30.06.80	Subscr. Ações	4.130,48
30.12.80		4.130,48
30.06.81		4.130,48
30.12.81		4.130,48
30.06.82		4.130,48
30.12.82		4.130,48
30.06.83		4.130,48
30.12.83		4.130,48
31.05.84		4.130,48
		<u>37.174,32</u>

VG-S/Nº		
16.06.80	Subscr. Ações	9.800,00
16.12.80		9.800,00
16.06.81		9.800,00
16.12.81		9.800,00
16.06.82		9.800,00
16.12.82		9.800,00
16.06.83		9.800,00
16.12.83		9.800,00
16.06.84		9.800,00
16.12.84		9.800,00
16.06.85		9.800,00
16.12.85		9.800,00
16.06.86		9.800,00
16.12.86		9.800,00
16.06.87		9.800,00
16.12.87		9.800,00
16.06.88		9.800,00
16.12.88		9.800,00
16.06.89		9.800,00
		<u>186.200,00</u>

VG-75/217 a 223		
22.04.80	Subscr. Ações	4.927,36
		<u>4.927,36</u>

VG-77/048		
12.07.80	Subscr. Ações	5.100,00
12.01.81		5.100,00
12.07.81		5.100,00
12.01.82		5.100,00
12.07.82		5.100,00
12.01.83		5.100,00
12.07.83		5.100,00
12.01.84		5.100,00
12.07.84		5.100,00
12.01.85		5.100,00
12.07.85		5.100,00
12.01.86		5.100,00
12.07.86		5.100,00
12.01.87		5.100,00
12.07.87		5.100,00
12.01.88		5.100,00
12.07.88		5.100,00
12.01.89		5.100,00
		<u>91.800,00</u>

VG-EC/76/40		
11.05.80	Subscr. Ações	3.250,00
11.11.80		3.250,00
11.05.81		3.250,00
11.11.81		3.250,00
11.05.82		3.250,00
11.11.82		3.250,00
11.05.83		3.250,00
11.11.83		3.250,00
11.05.84		3.250,00
11.11.84		3.250,00
		<u>32.500,00</u>

VG-75/226 a 232		
22.04.80	Subscr. Ações	3.813,10
		<u>3.813,10</u>

VG-75/256 a 263		
01.04.80	Subscr. Ações	9.800,00
28.10.80		9.800,00
		<u>19.600,00</u>

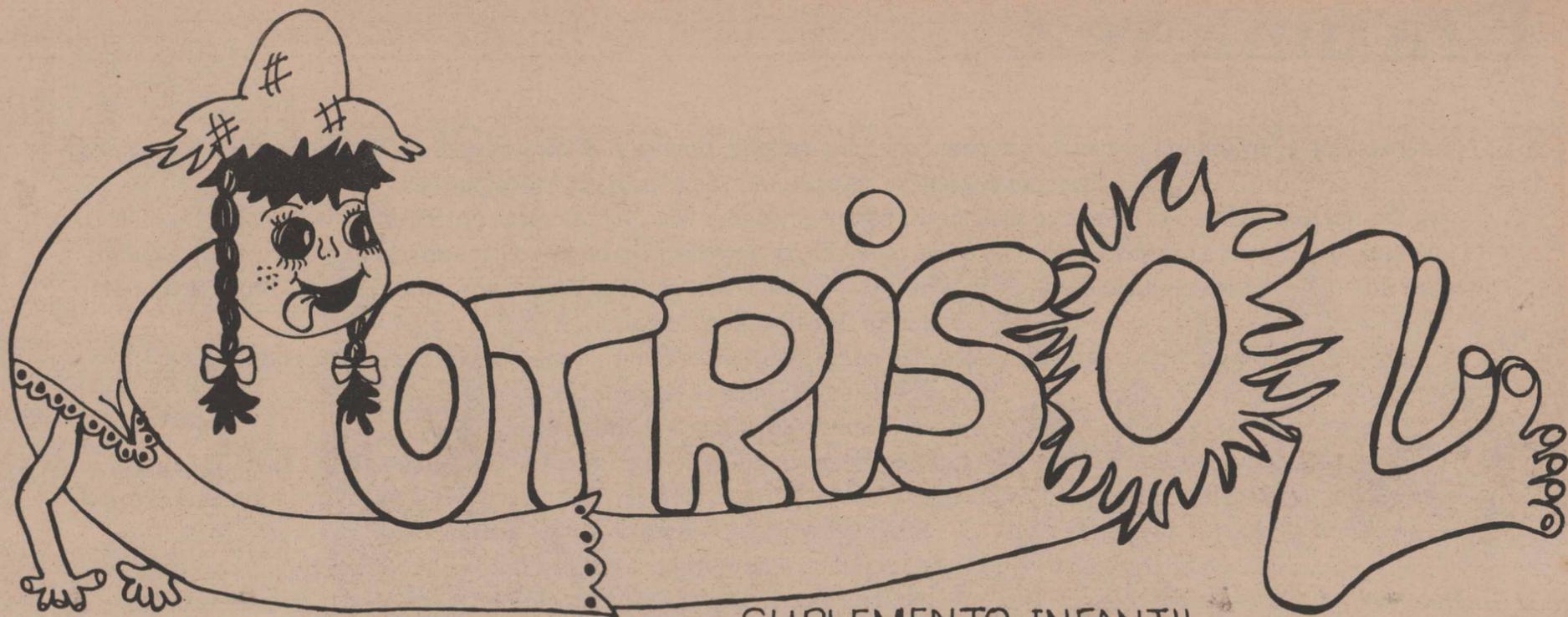
BANCO SUL BRASILEIRO S/A.-		
ECME 76/01		
26.07.80	Aq. Mercedes Caçamba	450.000,00
26.01.81		450.000,00
26.07.81		500.000,00
		<u>1.400.000,00</u>

BANCO DO BRASIL S/A.		
EA1 86/1087		
31.07.80	Armz. Ijuí	1.200.000,00
15.01.81		1.200.000,00
31.07.81		1.200.000,

BANCO DO BRASIL S/A.			
<u>EAI 78/00-001-91</u>			
30.06.80	Ariz. Esq. Umbu	426.000,00	
31.12.80		300.000,00	
30.06.81		1.200.000,00	
31.12.81		500.000,00	
30.06.82		1.800.000,00	
31.12.82		900.000,00	
30.06.83		2.800.000,00	
31.12.83		1.200.000,00	
30.06.84		3.100.000,00	
31.12.84		1.500.000,00	
30.06.85		3.600.000,00	
04.01.86		1.700.000,00	
Juros Capitalizados 78		3.607.179,00	
		<u>22.633.179,00</u>	
<u>EAI 72/685</u>			
31.07.80	Porto Rio Grande	1.250.000,00	
Juros Capitalizados 78		398.267,00	
		<u>1.648.267,00</u>	
<u>EAI 77/558-4</u>			
31.07.80	Ariz. Maracaju	4.000.000,00	
31.07.81		5.800.000,00	
31.07.82		7.800.000,00	
31.07.83		9.700.000,00	
31.07.84		9.700.000,00	
Juros Capitalizados 78		4.628.693,00	
		<u>41.628.693,00</u>	
<u>BNCC</u>			
<u>EC-10-76/037</u>			
11.07.80	Maq. Equipamentos	7.000,00	
Juros Capitalizados		438,34	
		<u>7.438,34</u>	
<u>BANCO ECONOMICO S/A.</u>			
<u>CRP-998104454</u>			
11.11.80	Equip. Empilhadeira	130.000,00	
Juros Capitalizados		7.915,84	
		<u>137.915,84</u>	
<u>BANCO LAR BRASILEIRO S/A.</u>			
<u>CRP-77/15/006/77</u>			
05.07.70	Maq. Agrícolas	175.000,00	
05.07.81		225.000,00	
05.07.82		265.000,00	
05.07.83		85.066,00	
Juros Capitalizados		21.757,87	
		<u>771.823,87</u>	
<u>BANRISUL</u>			
<u>ER-76/030</u>			
31.01.81	Tratores CTC	22.276,40	
Juros Capitalizados		1.382,99	
		<u>23.659,39</u>	
<u>BRDE</u>			
<u>CRP-78/001</u>			
10.05.80	Safras e Preços	124.982,78	
10.06.80		124.982,78	
10.07.80		124.982,78	
10.08.80		124.982,78	
10.09.80		124.982,78	
10.10.80		124.982,78	
10.11.80		124.982,78	
10.12.80		124.982,78	
10.01.81		124.982,78	
10.02.81		124.982,78	
10.03.81		124.982,78	
10.04.81		124.982,78	
10.05.81		124.982,78	
10.06.81		124.982,78	
10.07.81		124.982,78	
10.08.81		124.982,78	
10.09.81		124.982,78	
10.10.81		124.982,78	
10.11.81		63.627,18	
		<u>2.438.300,00</u>	

BNCC-BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO S/A.				
<u>EC-78/24</u>				
31.12.81	Refinaria Rio Grande	1.665.758,18		
30.06.82		1.665.758,18		
31.12.82		1.665.758,18		
30.06.83		1.665.758,18		
31.12.83		1.665.758,18		
30.06.84		1.665.758,18		
31.12.84		1.665.758,18		
30.06.85		1.665.758,18		
31.12.85		1.665.758,18		
30.06.86		1.665.758,18		
31.12.86		1.665.758,18		
30.06.87		1.665.758,18		
31.12.87		1.665.758,18		
30.06.88		1.665.758,18		
31.12.88		1.665.758,11		
		<u>24.986.372,63</u>		
<u>BADESUL</u>				
<u>EC-014/78</u>				
28.02.81	Projeto Telefonia	111.850,00		
31.08.81		447.400,00		
28.02.82		134.220,00		
31.08.82		536.880,00		
28.02.83		156.590,00		
31.08.83		626.360,00		
29.02.84		178.960,00		
31.08.84		715.840,00		
28.02.85		201.330,00		
31.08.85		805.320,00		
28.02.86		246.070,00		
31.08.86		984.280,00		
28.02.87		268.440,00		
		<u>5.413.540,00</u>		
<u>UNIBANCO</u>				
<u>CRP-217/75/02</u>				
31.07.80	Guindaste	263.200,00		
		<u>263.200,00</u>		
<u>IBM DO BRASIL</u>				
30.03.80	Computador	90.348,74		
30.04.80		90.348,74		
30.05.80		90.348,74		
30.06.80		90.348,74		
30.07.80		90.348,74		
30.08.80		90.348,74		
30.09.80		90.348,74		
30.10.80		90.348,74		
30.10.80		90.348,74		
30.11.80		90.348,74		
30.12.80		90.348,74		
		<u>903.487,40</u>		
<u>BNCC</u>				
<u>EC-77/01</u>				
15.07.80	Selecionador Grão	12.000,00		
15.01.81		15.000,00		
15.07.81		15.000,00		
15.01.82		5.000,00		
15.02.82		8.000,00		
TOTAL EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....		416.277.339,97		
<u>NOTA Nº 3</u>				
REGIÕES	CAP. INTEGR. ATÉ 28.02.78	CAP. INTEGR. 01.03 à 28.02	CAP. INTEGR. 28.02.79	%
REGIÃO PIONEIRA	39.890.721,63	23.589.900,67	63.480.622,30	59,13
DOM PEDRITO	5.849.472,30	4.481.092,34	10.330.564,64	76,60
MATO GROSSO DO SUL	8.773.274,80	4.772.470,97	13.545.745,77	54,39
TOTAL	54.513.468,73	32.843.463,98	87.356.932,71	60,24

CONTA	TOTAL	PERCENTUAIS DAS DESPESAS		
		% em relação à Desp. Total	% em relação à Rec. Bruta	% em relação à Rec. Líquida
DESPS. FINANCEIRAS ..	189.783.334,22	22,4280	3,2720	22,3409
SALÁRIOS	137.043.645,31	16,1954	2,3627	16,1325
ICM e outros Imp.	118.785.320,31	14,0377	2,0479	13,9832
DEPRECIACÕES	65.740.441,59	7,7690	1,1334	7,7388
FRETES	62.403.332,20	7,3746	1,0759	7,3460
CONTRIB. PREVIDÊNCIA	42.366.662,27	5,0068	0,7304	4,9873
DESPS. CARREGAMENTO.	32.814.199,21	3,8778	0,5657	3,8628
MANUTENÇÃO	27.789.889,82	3,3841	0,4791	3,2714
ASSISTÊNCIA SOCIAL	25.521.672,20	3,0160	0,4400	3,0044
DESPS. DIVERSAS	11.782.677,98	1,3922	0,2031	1,3870
DESPS. PROCESS. DADOS.	11.696.848,58	1,3823	0,2017	1,3769
COMBUST. E LUBRIF.	11.479.380,09	1,3566	0,1979	1,3513
LUZ ÁGUA E FORÇA	10.300.560,82	1,2173	0,1776	1,2126
MÃO DE OBRA CONTRAT.	10.211.749,09	1,2069	0,1761	1,2021
SEGUROS	10.004.000,64	1,1822	0,1725	1,1777
DESPS. C/VEÍCULOS	8.390.733,63	0,9916	0,1447	0,9877
DESPS. DE VIAGEM	8.055.295,35	0,9519	0,1388	0,9483
DESPS. DE EXPORTAÇÃO.	7.256.795,11	0,8576	0,1250	0,8543
PORTES E COMUNIC.	6.199.627,36	0,7327	0,1069	0,7298
MATERIAL EXPEDIENTE.	6.047.890,41	0,7147	0,0143	0,7119
COMISSÕES	5.953.146,20	0,7035	0,1026	0,7008
EMBALAGEM	4.897.553,32	0,5788	0,0844	0,5765
PUBLICIDADE E PUBLIC.	4.376.373,69	0,5172	0,0754	0,5152
ALUGUEL, ARMAZENAGEM.	3.691.737,79	0,4363	0,0636	0,4346
AJUDAS DE CUSTO.	3.355.754,64	0,3966	0,0579	0,3950
CONV. ASSIST. EDUCAC.	2.920.349,65	0,3450	0,0503	0,3438
DESPS. VISTORIA LAV.	2.562.390,39	0,3028	0,0442	0,3016
DESPS. C/ REFEITÓRIO	2.168.445,80	0,2563	0,0374	0,2553
DOAÇÕES	1.589.845,05	0,1879	0,0274	0,1872
INSUMOS E IMUNIZANTES.	1.546.776,48	0,1829	0,0267	0,1821
DESPS. DO HOSPITAL	1.419.346,81	0,1678	0,0245	0,1670
GUARDA, PROT. TRAB.	1.037.397,85	0,1226	0,0179	0,1221
DESPS. PASSAGEM FUNC. ..	1.010.317,90	0,1194	0,0174	0,1189
DESENV. REC. HUMANOS. ..	926.690,51	0,1097	0,0160	0,1091
DESPS. COTRIJORNAL.	924.008,44	0,1092	0,0159	0,1088
CONSULTORIA JURIDICA. ..	885.428,73	0,1047	0,0153	0,1042
DESPS. AUDITORIAS	874.903,24	0,1033	0,0151	0,1030
DESPS. C/EXCURSÕES	865.418,99	0,1022	0,0149	0,1019
JORNAIS REV. E LIVROS. ...	619.758,81	0,0732	0,0107	0,0730
CONTRIB. ENT. CLASSE.	532.759,53	0,0630	0,0092	0,0627
PENSÕES	228.262,69	0,0270	0,0039	0,0269
DESPS. C/INDIGENTES	128.794,85	0,0153	0,0022	0,0152
		846.189.517,55	100,0000	14,5886
NOTA EXPLICATIVA — Devido à alteração no critério contábil do exercício, na receita bruta estão incluídas as transferências internas. Ijuí, 28 de fevereiro de 1979				
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES				
19.04.79				
Ilmos. Srs. Conselheiros da COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA. — COTRIJUI Ijuí - RS.				
Examinamos o Balanço Patrimonial anexo, da Cooperativa Regional Tritícolá Serrana Ltda. — COTRIJUI, levantado em 28 de fevereiro de 1979 e a respectiva demonstração do resultado econômico do exercício findo naquela data. Nosso exame foi efetuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas e, conseqüentemente inclui as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessário nas circunstâncias.				
Em nossa opinião, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado econômico acima referidos, representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Regional Tritícolá Serrana Ltda. — COTRIJUI, em 28 de fevereiro de 1979 e o resultado de suas operações correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade, geralmente aceitos, aplicados com uniformidade em relação ao exercício anterior, com exceção ao constante da Nota Explicativa nº 1 com a qual concordamos.				
ASCOP LTDA. Assessoria Consultoria Planejamento e Auditoria CGMF 92.838.150/0001-97 — CRCRS 542 OCB 015 Arthur Nardon Filho Responsável Técnico Contador CRC/RS 13.866 CPF 004036440-2 Membro do IAIB 07.				
PARECER DO CONSELHO FISCAL				
Em cumprimento ao que determina o Artigo nº 52 do Estatuto Social da Cooperativa Regional Tritícolá Serrana Ltda., reuniu-se nesta data o Conselho Fiscal desta entidade, a fim de proceder ao exame do balanço, demonstrativo de sobras e perdas e todos os documentos referentes ao exercício encerrado em 28 de fevereiro de 1979, inclusive o levantamento dos saldos em caixa. Tendo sido assessorado pela ASCOP LTDA., Assessoria, Consultoria, Planejamento e Auditoria e, tendo examinado todos os documentos, encontramos tudo em ordem e emitimos o nosso parecer favorável, recomendando à Assembléia Geral sua aprovação.				
Ijuí (RS), 20 de abril de 1979 — msv				
Bruno Eisele		Dr. Antonio Cândido da Silva Neto Olympio Bellini		



SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI

Conversando com você

Você vive num mundo de adulto, cheio de conflitos, problemas e ansiedades. Você vive num mundo onde adultos destróem a natureza em nome do progresso; você vive num mundo onde adultos fazem e desfazem leis em nome da ordem; você vive num mundo governado por adultos, alguns preocupados em conseguir cada vez mais . . . por um mundo melhor para um mundo melhor para todos. Estes últimos, acreditam na força do amor, da união e, têm um carinho muito grande pelas crianças – acreditam no poder infantil, na sua capacidade de criar e recriar as coisas; de ensinar ao adulto a amar e viver realmente.

Infelizmente até mesmo no tempo de cristo as crianças não ocupavam um lugar importante no mundo – não tinham vêz, não sabiam nada e deveriam aprender. Adultos sim, é que sabiam tudo e deveriam ensinar. Assim os adultos domesticavam as crianças para que não incomodassem os grandes com suas perguntas chatas. Mas Jesus contestava e defendia o futuro dos adultos defendendo as crianças.

Também nós estamos preocupados em oferecer espaço só para você, onde possa obter informações, debater junto com seus amigos os problemas que lhe preocupam, onde possa passar momentos de diversão, passatempo. . .

Ainda é muito pouco. Porém acreditamos que, se você aproveitar tudo o que o COTRISOL quer lhe oferecer, já é alguma coisa. E, o COTRISOL poderá enriquecer muito se você participar, enviando cartinhas para nós. É muito fácil você participar. Você pode: enviar sugestões de assuntos e temas para melhorar o jornal; respostas dos passatempos, fatos que aconteceram na escola ou comunidade em que mora; criar histórias, poesias, desenhos, passatempos, joguinhos e outras coisas mais. Converse com o papai e a mamãe ou com sua professora sobre os assuntos que o COTRISOL trata. É bonito ver adultos e crianças participando em conjunto de uma atividade.

Envie as correspondências para

- a Unidade da COTRIJUI de sua localidade, ou
- COTRIJUI – setor do COTRIJORNAL, ou, ainda,

Escola de 1º grau Francisco de Assis – FIDENE – IJUI, Rua São Francisco, 501

Não esqueça de colocar no envelope que a correspondência é dirigida para o COTRIJORNAL – COTRISOL. Junto a sua contribuição coloque seu nome completo, idade, localidade, escola e série que estuda e o nome de sua professora. E AGORA BOM PROVEITO.

Era uma vez...

... num certo país, viviam um jumento, um cachorro, uma galinha, uma gata. Eles passaram a vida trabalhando, executando as tarefas com eficiência, respondendo às expectativas dos patrões.

Porém, um dia ficaram velhos e já não eram mais úteis, não produziam mais. (Apareceram outros animais jovens, com mais força). O jumento já não mais suportava o peso da carga que toda vida precisou carregar; o cachorro já não oferecia uma guarda segura no portão e nem podia mais caçar; a galinha... coitada, não conseguia mais pôr ovos; e a gata já não servia para ser o bichinho de estimação do patrão...

Os patrões os viam como cargas inúteis e das quais deveriam se livrar, esquecidos de tudo que produziram e dos anos de experiências adquiridas.

E, de repente, viram-se sozinhos e abandonados.

Um dia eles se encontraram. E, neste encontro, cada um falou de seus problemas. Conversaram, trocaram idéias. No decorrer da conversa, eles foram percebendo que já não se sentiam mais tão sozinhos e infelizes. Viram que, pelo fato de estarem ali, juntos, conversando de seus problemas, já sentiam novas forças e vontade de seguir em frente.

Resolveram neste dia, que ficariam juntos e, que, juntos, resolveriam seus problemas.

Descobriram muitas coisas, e, entre estas, de que sempre trabalhavam executando simplesmente as ordens do patrão, nunca criaram nada, conseqüentemente não sentiam satisfação no que faziam. Tudo se tornou mais fácil. Não quer dizer que não tiveram mais problemas. Mas estes eram discutidos de maneira cooperativa, encontrando soluções que iam ao encontro de todos.

Perceberam que um bicho só, era só um bicho, mas todos juntos e organizados eram fortes! E, que unindo as patas e paciência do jumento; as unhas e a esperteza da gata; os dentes e a lealdade do cão; o bico e a teimosia da galinha, eles não teriam mais o que temer.

Um dia, quem sabe, até a lei da selva poderiam transformar!

"Todos Juntos"

Uma gata, o que é que tem?

— as unhas

E a galinha, o que é que tem?

— o bico

Dito assim, parece até ridículo um bichinho se assanhar.

E o jumento, o que é que tem?

— As patas

E o cachorro, o que é que tem?

— Os dentes

Ponha tudo junto e de repente vamos ver o que é que dá.

Junte um bico com dez unhas, quatro patas, trinta dentes e o valente dos valentes ainda vai te respeitar

Uma gata, o que é que é?

— Esperta

E o jumento, o que é que é?

— Paciente

Não é grande coisa realmente prá um bichinho se assanhar.

E, o cachorro, o que é que é?

— Leal

E a galinha, o que é que é?

— Teimosia

Não parece mesmo grande coisa. Vamos ver no que é que dá.

Esperteza, Paciência

Lealdade, Teimosia

E mais dia, menos dia

a lei da selva vai mudar.

Todos juntos somos fortes

somos flecha e somos arco

todos nós no mesmo barco

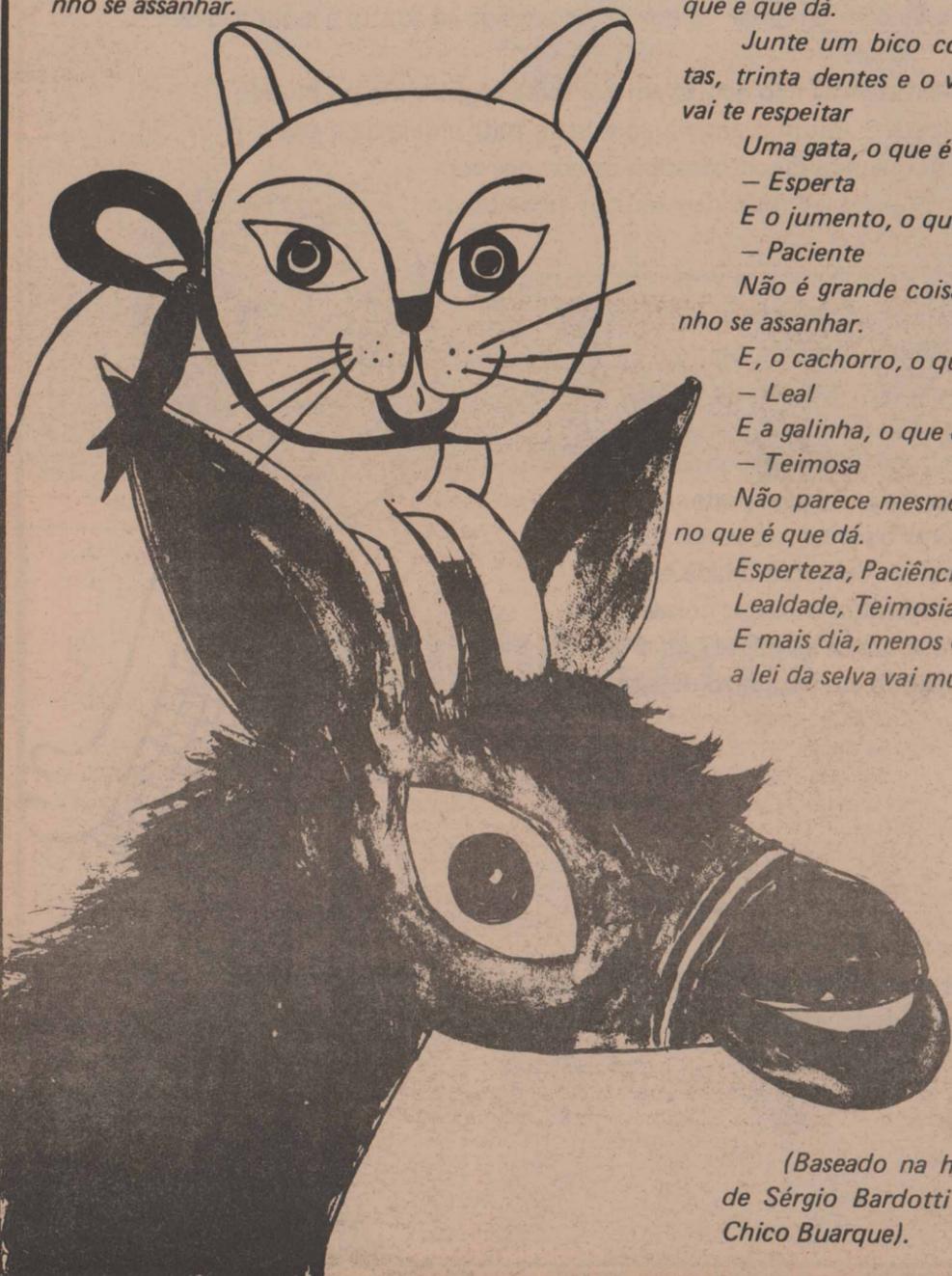
não há nada prá temer.

— Ao meu lado há um amigo

que é preciso proteger.

Todos juntos somos fortes

não há nada prá temer.



(Baseado na história de "Os Saltimbanco de Sérgio Bardotti e tradução e adaptação de Chico Buarque).



PASSATEMPO

PARA

LETRAS IGUAIS,

SÍMBOLOS IGUAIS:

RESOLVIDO O PROBLE-

MA, SURGIRÁ NA QUIN-

TA COLUNA A PALA-

VRA QUE INDICA O

FATO DE VIVER JUN-

TOS, COM OBJETIVOS

COMUNS.

(BASEAR-SE NA HIS-

TÓRIA DA PÁGINA -

ANTERIOR E PROCURAN-

DO SINÔNIMOS). LEMBRE-

SE: CADA SIM-

BOLO REPRESENTA

UMA LETRA

Qualidade do jumento



Sinônimo de jumento:



Qualidade da galinha



Resultado de um trabalho



O mesmo que união, amizade, junção...



Qualidade da gata



Sinônimo de desejo, pretensão...



O mesmo que, decisão, conclusão...



Qualidade do cão



Sinônimo de valentes, corajosos, dispostos...



ELEMENTOS NECESSÁRIOS PARA UMA VIDA COOPERATIVA

Por certo você já ouviu falar daquele homem que vivia nas cavernas. Esse homem, para sobreviver caçava e pescava. No começo, ele não conhecia armadilhas que facilitassem a caça. Então, caçar exigia agilidade e força. Às vezes, levava um dia todo para conseguir algum bicho, futura comida.

Num belo dia, deu o estalo. Ele viu outro homem caçando e pensou:

— Juntando nossa agilidade e força poderíamos pegar mais animais em menos tempo.

O homem primitivo, que ainda não sabia se comunicar pela palavra, viu-se forçado a descobrir uma forma de passar adiante sua idéia. Surgiu a **comunicação**, como elemento necessário para que aqueles homens pudessem se ajudar. Pela troca de idéias (debate) eles descobriram o que poderiam oferecer de sua força e, por outro lado, se enriquecer com a força dos outros.

Juntos, os homens encontram a melhor saída para um problema. Quando as pessoas trabalham e pensam em grupo, a inteligência se torna mais afiada do que pensando sozinhos. Também o homem primitivo, caçando e pensando em grupo, inventou armadilhas, o que facilitou ainda mais a vida. Mas isto não basta...

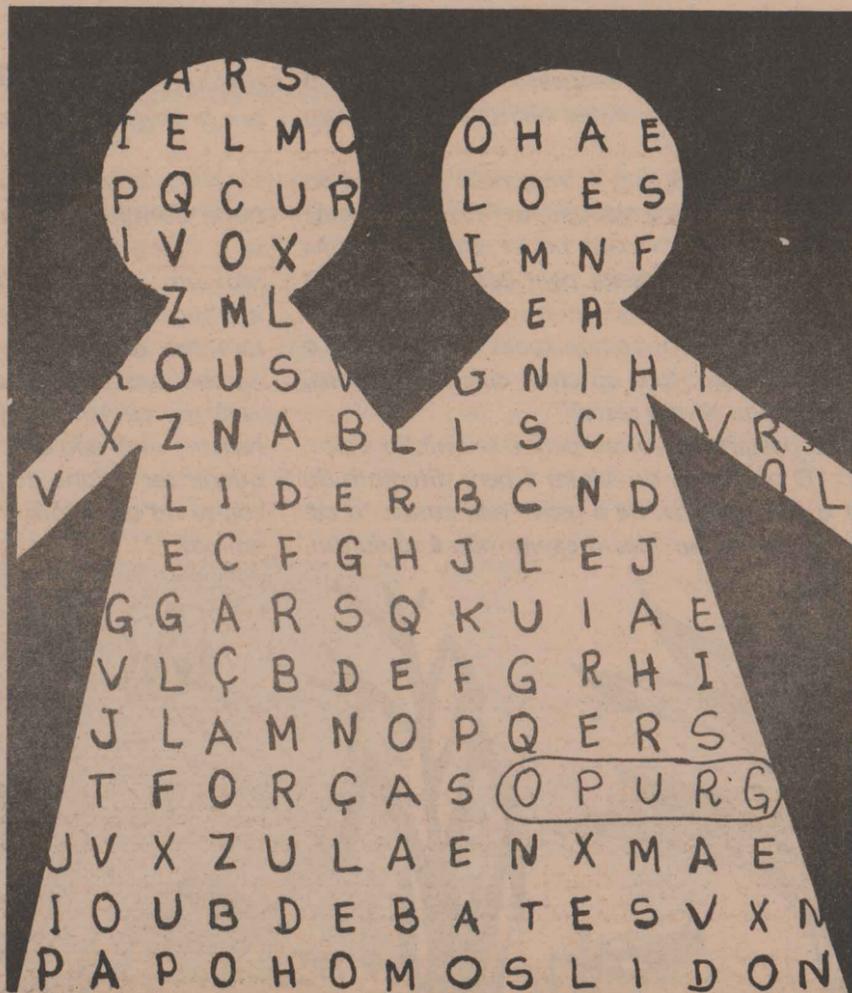
Vida em cooperação significa aprender a repartir, reconhecendo aos poucos que a realização do grupo faz com que ele tenha sempre mais força e isto dará satisfação a cada pessoa participante. Num grupo que trabalha e pensa em conjunto, o líder não tem força sozinho. Sua força vem do grupo e ele é capaz de orientar a fim de que ninguém fique por fora ou faça alguma coisa visando seu bem individual, esquecendo do bem do grupo.

O homem das cavernas descobriu muitas coisas mas, não sozinho: foi fruto de interesses iguais e troca de idéias, do ato de repartir, do trabalho pelo bem do grupo; sendo **responsável**, do compartilhar experiências de vida e entendendo que isolado não se conseguia tão bem o almejado.

Pena que muitos homens esqueceram o que é cooperar... A vida seria bem mais fácil!

CAÇA-PALAVRAS: Procure no quadro de letras as seguintes palavras encontradas no texto:

COMUNICAÇÃO - EXPERIÊNCIA - DEBATE - GRUPO - LÍDER - FORÇA - HOMENS.



VALE A PENA PENSAR

Tiradentes era um louco?

Joaquim José da Silva Xavier era um mineiro de frente altiva. Denunciava a situação do Brasil sem escolher auditório, falando a toda gente, sem reserva, no pouso das estradas, como nas ruas da cidade, nas igrejas, como nos pátios dos palácios. Certo dia um amigo, preocupado com Joaquim, o alertou do perigo que estava correndo. Ele, porém, seguro de si, afirmou:

— “Amigo, a República é a liberdade e a liberdade é a aspiração de todos os brasileiros! Vede esta terra: toda ela é fértil, toda ela reclama braços de filhos livres e amorosos que a tornem uma grande pátria, bendita e forte . . .!”

— Mas o reino é muito poderoso!, replica o amigo.

Outra vez, Joaquim seguro de si responde:

— “Também nós o seremos!”

Dois anos depois, o bom amigo caminhava silenciosamente.

Estava chorando e rezando pela alma de Joaquim, o Tiradentes, que fora executado e sua cabeça ficara erguida num alto poste, como exemplo às multidões. . .

— SERIA UM TIRADENTES UM POLÍTICO;
OU UM LOUCO?

— VALEU A PENA SEU SACRIFÍCIO?

Uma historia de índio

Os jesuítas, nos Sete Povos das Missões, ensinaram aos índios a cultura do trigo, cevada, arroz, cana-de-açúcar, algodão, fumo, já que eles só faziam pequenas plantações de milho, mandioca, batata-doce e erva-mate.

Em pouco tempo os pomares, as hortas e os jardins cultivados pelos índios guaranis, com a ajuda dos padres, forneciam produtos da mais alta qualidade. O milho formava com o trigo, o centeio e o arroz, a base da alimentação. O fumo, a erva-mate e o vinho, vindos das reduções, eram famosos.

É verdade, porém, que o esforço mais árduo nos primeiros tempos não foi aplicado na criação de uma agricultura, mas na formação de agricultores (que eram índios).

Os Jesuítas foram expulsos e os espanhóis quiseram continuar com as produções agrícolas. Tudo foi por água abaixo! Os índios aprenderam com os padres a trabalhar de forma coletiva, todos juntos. Já

os espanhóis instalaram o trabalho individual; deram um pedaço de terra a cada índio, não orientavam e só se preocupavam em cobrar o imposto. Como o índio não estava acostumado a esse tipo de trabalho, não funcionou. Por isso, os índios, eram maltratados, chicoteados e mortos por pequenos motivos. Essa é uma das principais causas do desaparecimento dos índios e dos Sete Povos.

Os espanhóis não descobriram o segredo dos Jesuítas, que acompanhavam a colheita, o trabalho com o descanso, os jogos, a caça e os exercícios religiosos. Se as reduções ficaram com a forma do conjunto agrícola mais completo e melhor organizado da América não foi porque os Jesuítas usaram a força, a tortura e a matança. Os jesuítas ensinaram a vida em cooperação, respeitando principalmente a liberdade dos índios.

Os índios só se sentiam bem trabalhando em conjunto. E vocês o que estão fazendo pelo seu grupo?

O boi que queria preservar o capim

O capim do pasto estava no fim. O boi ficou preocupado e gritou: “Vamos preservar o capim que é de todos!” Falou para a minhoca: “Você não pode comer a raiz do capim!” E para a abelha: “Você pode chupar o mel das flores que crescem no pasto mas não pode roubar a semente do capim!” E para o gafanhoto: “Você come demais. Está acabando com o capim!” Chamou o passarinho e disse: “Fique de olho no pasto, e tome conta desses bichos que ameaçam o nosso capim!”

O passarinho, foi, e transmitiu o recado do boi. Mas a minhoca respondeu: “Eu comi a raiz do capim. Mas foi para poder enterrar minha mãe que morreu pisada pela pata do boi!”. A abelha respondeu: “Para mim só sobrou a semente do capim. O boi comeu todas as flores!” E o gafanhoto disse: “Eu só comi dois capinzinhos. O boi acabou com o resto!”

O passarinho voltou para o seu ninho e pensou: “O problema do capim é bem diferente do que o boi imagina. Se a gente não cuidar, o capim vai se acabar. Mas o capim não é só do boi.

É de todos! Todos têm igual direito, conforme o tamanho do estômago de cada um!”.

O passarinho voltou a conversar com os bichos e disse: “Vamos preservar para todos o capim que é de todos”. No fim da conversa disseram: “Que o boi não atrapalhe a nossa vida. Que ele se encoste no seu canto, pois aqui tem lugar para todos. E se ele não concordar, que vá embora e procure outro lugar”.

Mas o boi não concordou, nem quis ir embora. Continuou com suas ameaças, como se fosse o único dono do pasto. Então os bichos deram um jeito para defender o seu direito. As minhocas subiram pelas pernas do boi e entraram nas suas narinas; as abelhas começaram a zumbir nos seus ouvidos, e os gafanhotos pularam nas pestanas dos seus olhos. O boi tentou resistir, mas não agüentou. Teve que desistir de querer ser o dono do pasto, e foi embora. Encostou-se no seu próprio canto, e deixou os bichos em paz.

Foi este o jeito que os bichos encontraram para preservar para todos o capim que é de todos.

(Extraído do livro da Campanha da Fraternidade)

